

Religiões e Prisões

Agradecimentos

Agradecemos aos Agentes Religiosos que fertilizaram, com suas idéias e experiências, o ciclo de debates sobre religiões e prisões realizado no ISER, ponto de partida desta publicação.

**Diretoria**

Sérgio Goes de Paula
Nair Costa Muls
Andres Cristian Nacht
Antônio César Pimentel Caldeira
Eduardo Sales Novaes

Secretaria Executiva

Samyra Crespo

COMUNICAÇÕES DO ISER n. 61**Conselho Editorial**

Ana Maria Quiroga
Regina Reyes Novaes
Rubem César Fernandes
Samyra Crespo

Organizadores deste número

Ana Maria Quiroga
Christina Vital
Flávio Conrado
Marilena Cunha

Revisão

Wagner Guimarães

Secretaria

Helena Mendonça
Cleber Victorino



Agradecemos à ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento – Holanda) pelo apoio à Área de Religião e Sociedade.

Design Gráfico e Editoração

Design Genuíno
Bernardo Lac, Maria de Oliveira

Foto de Capa

Mariana Magro/Divulgação ALERJ

Impressão

Gráfica Minister

Religiões e Prisões

7 APRESENTAÇÃO

Regina Reyes Novaes

RELIGIÕES ATRÁS DAS GRADES: OLHAR DOS PESQUISADORES

- 13 Religiões e Prisões no Rio de Janeiro:
presença e significados

Ana Maria Quiroga

- 22 Católicos e Evangélicos
em prisões do Rio de Janeiro

Edileuza Santana Lobo

- 30 Religiosidade: mecanismo de sobrevivência na penitenciária feminina do Distrito Federal

Laura Ordóñez Vargas

- 40 Religião, vida carcerária e direitos humanos

Rita Laura Segato

PRESENÇA E PRÁTICAS RELIGIOSAS NAS PRISÕES

- 47 Ciclo de Debates sobre Religiões e Prisões:
visão inter-religiosa

Maria das Graças de Oliveira Nascimento

- 53 A Casa do Perdão: resistências e estímulos
aos umbandistas

Flávia Pinto

- 57 Missão metodista nas prisões

Edvandro Machado

- 60** Assembléia de Deus: trabalho com internos e famílias
Pr. Vicente de Paulo Nascimento
- 63** O trabalho dos batistas nas prisões
Adenice Barreto Batista
- 68** Os apenados no trabalho de assistência religiosa
Amanda dos Santos Lemos

CONVERSÃO: TESTEMUNHOS ACERCA DA EXPERIÊNCIA PRISIONAL

- 75** Trajetórias religiosas e experiências prisionais: a conversão em uma instituição penal
Eva Lenita Scheliga
- 86** O reino e o reinado: vivências de um egresso
Ronaldo Monteiro
- 92** Missionários do Rock: uma história de “conversão” pela música
Christina Vital
Edileuza Santana Lobo
Elisa Gomes
Mariana Leal

DOSSIÊ

- 103** As condições de encarceramento no Rio de Janeiro
João Trajano Sento-Sé
Ignacio Cano
Marcelo Freixo
Eduardo Ribeiro
Elionaldo Julião

Apresentação

Composta por segmentos cada vez mais jovens, a população carcerária parece viver um “caminho sem volta”. Sem minimizar outras tantas e diversificadas expressões de violências (físicas e simbólicas) presentes no cotidiano das grandes cidades brasileiras, ainda somos freqüentemente impactados por cenas de motins que eclodem no interior do chamado “sistema prisional”.

Nestes momentos, fica evidente o fracasso da gestão governamental e salta aos olhos o quanto falta para que os órgãos fiscalizadores do sistema penitenciário cumpram seu papel. De fato, de maneira geral, as prisões se tornaram espaços caracterizados pela ausência de bens materiais básicos – como água, sabonete e papel higiênico; pela ausência de atendimento médico; pela marcante presença de tortura, tratos desumanos e humilhações. Por outro lado, também nestes momentos de crise evidenciam-se os complexos desafios que são colocados para os organismos dos Direitos Humanos e para outras tantas organizações da sociedade civil que buscam saídas e alternativas de re-socialização com o objetivo de reverter este processo no qual se conjugam carências e violações. Menos evidentes, no entanto, são os desafios e as repercussões sociais da crescente presença das religiões no universo penitenciário.

Sem dúvida, relacionar Religiões e Prisões é sempre polêmico. Às prisões cabe punir e criar condições para recuperar cidadãos. Às religiões cabe acolher, perdoar, redimir, converter para recuperar espíritos. Ao mitigar o sofrimento dos corpos, aportando curas e doações de bens materiais, acabam as religiões por desobrigar o poder público? Ao mitigar o sofrimento das almas, produzindo conversões, identida-

des e pertencimentos religiosos, tornam-se as religiões braços auxiliares dos governos promovendo “pacificação” e ordenamento do precário sistema penitenciário? Enfim, em sua constante busca de fiéis, as religiões nas prisões são apenas “funcionais” ao sistema? Ou, para além das “acomodações alienantes”, as religiões podem ser vias tanto para a humanização das relações quanto para a reinserção societária? As perguntas são antigas e quase universais. O que, então, há de novo na polêmica e no Brasil?

Em seu artigo que abre esta publicação, Ana Maria Quiroga observa que, hoje, por parte da sociedade brasileira pode-se observar um movimento de evitação em relação à realidade prisional e ao destino dos detentos. Contudo, e ao mesmo tempo, cresce o número de grupos e instituições religiosas que solicitam credenciamento para o exercício de atividades de assistência espiritual nos presídios. Nem sempre foi assim.

No Brasil, como lembra Edileuza Santana Lobo, em artigo também publicado neste número de Comunicações do ISER, desde o século XIX, o cumprimento de pena esteve associado com educação moral, trabalho e religião. Naquele contexto, a assistência religiosa nas prisões era atribuição exclusiva da Igreja Católica, religião oficial e dominante. Mais tarde, com a separação entre Igreja e Estado, preconizada pela Constituição Republicana, outras religiões, sobretudo as evangélicas e espíritas, também se aproximaram das prisões brasileiras. Em cada período histórico, portanto, as relações entre religiões e prisões refletem transformações na sociedade e no campo religioso brasileiro. Como caracterizar o presente?

No que diz respeito à sociedade, o Estado brasileiro continua não dando condições e garantias de vida àqueles que se encontram sob sua tutela. Porém, nos últimos anos há ainda um agravamento da situação decorrente da corrupção policial, das disputas entre “comandos” do narcotráfico e, também, da ação de facções do tráfico no interior do próprio sistema penitenciário.

No que diz respeito ao campo religioso, a maior oferta de alternativas religiosas revela o enfraquecimento da equação “ser brasileiro/ser católico”. Em tempos de globalização, ao almejado estado secularizado soma-se uma maior circulação de símbolos e credos incentivando o pluralismo religioso. Ou seja, no momento atual as autoridades religiosas tradicionais perderam a exclusividade na tarefa de transmissão, de geração a geração, das imagens do mundo. Hoje são várias e diversificadas as fontes doadoras de sentido para a vida, entre elas estão as explicações e práticas religiosas.

Segundo o nosso último Censo demográfico do (IBGE 2000), as principais mudanças que caracterizam o campo religioso brasileiro hoje são: a diminuição percentual de católicos (83,76% em 1991; 73,77% em 2000), o crescimento dos evangélicos (9,05% em 1991; 15,45% em 2000) e o aumento dos “sem religião” (4,8% em 1991; 7,4 % em 2000). Paralelamente, vários estudos têm demonstrado que entre aqueles que se classificam como “sem religião” apenas uma parcela mínima se diz “ateu” ou “agnóstico”. Entre “os sem religião” destacam-se duas virtualidades: em uma delas estão aqueles que optaram por “acreditar em Deus, mas não ter religião”, rejeitando pacotes institucionais e fazendo suas sínteses pessoais, bem ao espírito da época; na outra estão aqueles que estão em trânsito, isto é em busca de novos vínculos institucionais. Em síntese, nesta configuração social, ampliam as possibilidades de experimentação religiosa dentro, fora ou à margem da religião de origem. Assim como fora e dentro das prisões.

Focalizando as religiões no interior das prisões, comecemos pelo o que é menos visível. No conjunto dos artigos aqui publicados, Laura O. Vargas registrou a presença de novas alternativas religiosas no interior das prisões referindo-se a manifestações religiosas informais não cristãs tais como budistas, místicas e da Igreja Messiânica. Por outro lado, vários artigos fazem referência aos espíritas. Ainda assim, são escassos os parágrafos dedicados a esta presença. Talvez isto ocorra porque os espíritas kardecistas, historicamente legitimados por sua “obra social”, são pouco proselitistas. A ênfase filantrópica dos espíritas, em seu exercício da caridade cristã, muitas vezes faz invisível o seu viés religioso. O que, de certa forma, retira os espíritas kardecistas tanto da competição por fiéis quanto do alvo das críticas de religiosos e ativistas de Direitos Humanos.

Certamente por outros motivos, também as religiões afro-brasileiras, tão presentes no Brasil profundo, se tornam pouco visíveis nos presídios. Como afirmam Maria da Graça Nascimento e Flávia Pinto, em artigos também aqui publicados, as religiões afro brasileiras ocupam posição subordinada no campo religioso: na sociedade e também dentro dos presídios. Isto pode ser justificado tanto pelo preconceito histórico ainda existente em um país colonizado nos moldes da cultura católica, quanto pelas características de seus rituais que pressupõe espaços apropriados para o transe, para o uso de variado vestuário, para a utilização de determinados instrumentos de percussão. E, ainda, como conta Flávia Pinto, pela dificuldade de se caracterizar como uma instituição religiosa formal que atende os requisitos exigidos para credenciamento junto aos presídios.

Contudo, do (sugestivo) ponto de vista de Rita Segato, a invisibilidade das alternativas afro-brasileiras – sobretudo o candomblé – nos presídios poderia também estar relacionada às características das religiões “trágicas”. Estas, colocam ao alcance das pessoas um conhe-

cimento mitológico e um vocabulário que permite ao ser humano suportar o seu destino trágico como consequência da presença do mal no mundo, do sofrimento do mundo. Por estas características, não seriam redentoras. Em contraposição às religiões trágicas, sugere ainda Segato, as religiões de “superioridade moral” entram nos presídios e monopolizam os discursos que permitem a redenção. A “palavra”, neste contexto, é veículo imprescindível para a expressão da culpa, para o perdão e para a redenção. Autêntica cosmologia cristã. Não por acaso, a Bíblia é a fonte discursiva mais familiar e mais promissora no contexto penitenciário. Localiza-se assim o tenso ponto de intercessão entre católicos e evangélicos. Vamos por partes.

Dentro das prisões, ou tratando com egressos, as Pastorais Católicas têm tradição. E têm a credibilidade social da religião, ontem e hoje, majoritária que não tem necessidade de ampliar o rebanho. Seu objetivo é assistir os necessitados, para exercer seu papel espiritual e social supletivo. É verdade que, historicamente, pesa sobre a Igreja Católica tanto a convivência com as violações praticadas por autoridades constituídas quanto a pecha do assistencialismo. Porém, ainda que os grupos católicos carismáticos também façam cada vez mais presentes, hoje são socialmente mais visíveis seus organismos que se especializam em promover os “direitos humanos” dos detentos, contrapondo-se aos desmandos de autoridades carcerárias e de governantes.

Já os evangélicos que estão dentro das prisões, em suas inúmeras denominações históricas e pentecostais, são sempre olhados de maneira ambivalente. Ora produzem grande desconfiança, ora provocam sentimentos de alívio.

A desconfiança vem, sobretudo, de seu afã evangelizador, da explícita concorrência por fiéis. Mas, vem também, da falta de uma instituição central que tenha autoridade para responder por todos aqueles que se apresentam como pastores, pastoras e leigos evangé-

licos. Quem pode garantir que determinado pastor não seja ligado a um traficante ou à sua família? Ou que seja um charlatão com interesses escusos? Isto porque em sua constante segmentação os evangélicos produzem denominações independentes entre si.

Por outro lado, o sentimento de alívio vem das repercussões das conversões que, no interior das instituições carcerárias, resultam em agregação e “pacificação”. Não por acaso as notícias de jornal registram conversões de famosos traficantes; a presença de agentes religiosos que são chamados para mediar negociações entre facções e entre facções e as autoridades em momentos de rebeliões.

Certamente, sempre há dúvidas sobre o utilitarismo ou oportunismo dos beneficiários em relação a todas as religiões que adentram nas prisões. No que diz respeito às ofertas provenientes do mundo católico – bens materiais, serviços religiosos ou à assistência jurídica – elas se fazem presentes entre católicos praticantes e não praticantes, entre católicos que são também da umbanda, do candomblé ou espíritas. Como detectar oportunismos por parte de detentos, ou por parte dos agentes religiosos, no maior país católico do mundo onde convivem diferentes formas de “ser católico”? Já que diz respeito aos evangélicos, a questão da “conversão” no interior das prisões sempre traz a questão da simulação, do fingimento, da fraude. Questão difícil que, muitas vezes, revela preconceitos. Fala-se em simulação da conversão nos presídios como se houvesse em outros espaços sociais vias e métodos seguros para comprovar a “autenticidade” da conversão ou a “profundidade” da filiação religiosa transmitida de geração a geração.

As respostas a estas e outras questões não são simples. Estão a exigir várias escutas e uma profunda revisão de conceitos e preconceitos. Apostando neste caminho, o ISER em parceria com a ICCO – Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao desenvolvimento/Ho-

landa – realizou, sob a coordenação de Ana Quiroga, em outubro e novembro de 2004, um ciclo de debates sobre a atuação dos agentes religiosos nas prisões do Rio de Janeiro. Reunindo pesquisadores, agentes religiosos, profissionais da área de Serviço Social e Psicologia nos indagamos sobre os bálsamos, os serviços e as perspectivas que as alternativas religiosas apresentam para os detentos e para os egressos.

Este número de Comunicações do ISER publica depoimentos e trabalhos apresentados naquela ocasião e incorpora outros que também trazem contribuições importantes para a compreensão do tema. A publicação está dividida em quatro partes.

Na primeira parte intitulada RELIGIÕES ATRÁS DAS GRADES: OLHAR DOS PESQUISADORES, encontramos reflexões baseadas em pesquisas quantitativas e qualitativas. Ana Quiroga, Edileuza Lobo, Laura Ordóñez e Rita Laura Segato, com recortes e olhares diferenciados, trazem questões instigantes sobre o perfil dos presos e a composição dos agentes religiosos hoje nas prisões do Rio de Janeiro, sobre a maior visibilidade dos evangélicos pentecostais na prisão; sobre as diferentes vertentes da atuação da igreja católica no Rio de Janeiro e em Brasília. sobre outras linguagens e “conversões” (não religiosas) que também produzem mecanismos de sobrevivência dentro das prisões, tais como a “conversão” ao homossexualismo ou ao ideário dos direitos humanos de um Projeto Social.

Na segunda parte, intitulada PRESENÇA E PRÁTICAS RELIGIOSAS NAS PRISÕES o leitor deste número de Comunicações do ISER, terá acesso a ricos relatos de pessoas e instituições que desejam estar ou já estão nas prisões do Rio de Janeiro. O tom desta parte é predominantemente coloquial. Cada um fala do seu ponto de vista, trazendo consigo suas crenças, seus desafios, as controvérsias e as ambivalências. Olhares mais ecumênicos e olhares mais confessionais. Assim sendo, Maria das

Graças de Oliveira Nascimento, do Movimento Interreligioso (MIR), faz um resumo das reflexões do ciclo de debates e apresenta, como proposta ao final do texto, a necessidade de uma maior integração das religiões no meio carcerário. Flávia Pinto, que se reconhece como militante dos direitos humanos e do movimento negro, conta das dificuldades que encontra para adentrar nas prisões como agente de uma religião de matriz africana. Edvandro Machado - como um “agente especial”, que não fica cotidianamente “no *front*” e também participa dos Conselhos da Comunidade- analisa a situação dos agentes religiosos na prisão. Padre Vicente de Paulo Nascimento e a Missionária Adenice Barreto Batista, como porta vozes de suas Igrejas, desvendam a lógica missionária e o sentido religioso constitui o alicerce de suas intervenções nas prisões. Já Amanda dos Santos Lemos nos traz uma outra dimensão importante, muitas vezes esquecida por quem trata do tema: o papel que os prisioneiros que são também agentes religiosos desempenham na conversão e manutenção da “comunidade de irmãos”.

Na terceira parte, intitulada CONVERSÃO: TESTEMUNHOS ACERCA DA EXPERIÊNCIA PRISIONAL reúne três contribuições sobre a vida no cárcere. Eva Lenita Scheliga analisa trajetórias e experiências de presos convertidos ao pentecostalismo. Ultrapassa a idéia corrente e generalizante de que detentos convertidos estariam “se escondendo atrás da Bíblia” e abre o leque das distintas possibilidades e ênfases presentes no processo de conversão em ambiente prisional. Ronaldo Monteiro fala, sobre religiões nos presídios, na primeira pessoa: relata o que observou e o que viveu dentro do presídio, e após sua saída do cárcere. Christina Vital, Edileuza Lobo, Elisa Gomes e Mariana Leal analisam um filme intitulado *Missionários do Rock* dirigido por Cleisson Vidal e Andréa Prates. Tomando o documentário como um campo de pesquisa etnográfica, as autoras analisam o caráter religioso que assume o projeto musical e a “conversão” de seus integrantes. Trata-se de uma banda de rock, formada por

três detentos na penitenciária Lemos de Brito. Diferentes entre si no que diz respeito às suas trajetórias religiosas individuais, os “meninos” se inserem em um específico cenário do mundo prisional: os festivais em que concorrem bandas de estilo gospel ou popular, nascidas nos presídios. Este engajamento, via uma expressão artística, parece fazer diferença no cotidiano dentro da prisão e também nas perspectivas de vida dos jovens participantes.

No último bloco, temos a contribuição de João Trajano, Ignácio Cano, Marcelo Freixo, Eduardo Ribeiro e Elionaldo Julião, intitulada AS CONDIÇÕES DE ENCARCERAMENTO NO RIO DE JANEIRO. Trata-se de um dossiê no qual informações relevantes e argumentos analíticos se fazem presentes com o objetivo de convencer as autoridades competentes da necessidade urgente de transformar o sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Trata-se, de fato, de um parecer técnico apresentado pela equipe que compôs o Conselho da Comarca que acompanhava as penitenciárias do Rio de Janeiro. Publicá-lo aqui não tem apenas o objetivo de disseminar informações e ampliar o conhecimento. Mais do que isto, a idéia é provocar novas interlocuções entre pesquisadores e agentes, leigos e religiosos, entre o mundo secular e as instituições religiosas.

Enfim, para além da diversidade de confissões, crenças, estilos, posições, oposições e interpretações aqui reunidas, podemos dizer que – entre aqueles que escrevem nesta publicação – é possível encontrar um mínimo denominador comum. A saber: cada um, do seu ponto de vista, “com suas armas e bagagens”, já se empenha para combater a indiferença com o que se passa de desumano atrás das grades. O que se espera agora é que, cada um, também a seu modo, possa contribuir para o combate dos preconceitos e para ampliação do diálogo. Afinal, para reverter a atual e complexa situação dos presídios brasileiros, que muitas vezes parece se apresentar como um “caminho sem volta”, é preciso juntar todos as energias e militâncias disponíveis.

Aliás, é esse o sentido último deste número de Comunicações do ISER preparado, com competência e com o objetivo de reafirmar valores e direitos de cidadania, por Ana Quiroga e sua equipe – composta por Christina Vital, Marilena Cunha e Flávio Conrado, contando sempre com a cuidadosa arte editorial de Bernardo Lac. Vale a pena conferir.



**Religiões
atrás das
grades:
olhar dos
pesquisadores**

Religiões e Prisões no Rio de Janeiro: presença e significados

O tema “religiões e prisões” vem comparecendo na cena pública cada vez que a questão penitenciária eclode através de evasões em massa, motins, tensões motivadas pela superlotação carcerária etc. Pastores são chamados para a mediação de conflitos. Igrejas se mobilizam através de Comissões de Direitos Humanos. Famílias de presos demandam a intermediação de agentes religiosos para localização de seus membros.

É como se as religiões estivessem garantindo ou infundindo na população maior confiabilidade para ocupar espaços e exercer funções civis, em princípio, de responsabilidade de órgãos técnicos ou do próprio aparelho de Estado.

Essas formas de atuação das esferas religiosas nos contextos prisionais parecem ser novas e, a rigor, diferem do que caracterizou a tradição dos estudos acerca da realidade prisional brasileira, onde as religiões sequer eram consideradas. Pelo contrário, o enfoque dos estudos voltava-se precisamente para a análise do afastamento da religião como elemento constitutivo, quer das concepções de crime, quer das medidas propostas para sua punição.

De fato, nosso contexto carcerário foi objeto de análises mais amplas, a partir do final da década de 70, quando foram desenvolvidas importantes formulações no campo da sociologia e da história social através de estudos inspirados em Foucault e Goffman. Obras como *Vigiar e Punir*, *Manicômios, Asilos e Conventos* ou as teorias das *Instituições Totais*, guiaram uma série de análises sobre o sistema penal brasileiro.

Também contribuíram para a entrada da “questão penitenciária” na agenda pública o

contato de presos políticos e das classes médias com a realidade prisional, bem como a afirmação dos Direitos Humanos como questão e reivindicação, nacional e internacional, no final do período autoritário brasileiro e latino-americano.

Assim, durante toda a década de 1980, o sistema e as políticas penais foram objeto de importantes estudos: Pinheiro, 1983; Paoli, 1982; Benevides, 1983; Campos, 1986; Paixão, 1988a, 1988b; Adorno, 1989, 1991, para citar alguns. Estes retomaram o processo de superação das matrizes histórico-religiosas de nossas leis penais (como herdeiras das Ordenações Filipinas¹) e a longa trajetória de constituição da concepção racional de crime/penalidade dentro de uma ordem legal autônoma² centralizada e administrada pelo Estado. Focalizavam, ainda, a implementação das políticas públicas penais, a degradação dos equipamentos prisionais e, finalmente, eram quase unânimes na constatação da falência de seus objetivos de recuperação. Muitos deles sinalizavam as crescentes tensões que envolviam (e, ainda hoje, envolvem) o ambiente interno das prisões e os altos índices de reincidência que acompanhavam (e ainda acompanham) seus egressos.

Assim, de um lado, os estudos sociológicos da década de 1980 no Brasil reconstituíram a trajetória do processo de racionalização da concepção e tratamento do crime e seus atores; e de outro, analisaram a construção dos sistemas e políticas penais, onde um dos mecanismos centrais foi a separação e distinção das concepções religiosas e morais das jurídico-legais. Neste processo que remete a toda a historiografia criminológica e construção dos estados de direito:

1 “O Livro V das Ordenações Filipinas, como código penal que vigorou no Brasil até 1830, foi definido por um historiador como um “catálogo de monstruosidades”... sua definição de crime indica uma indiferenciação das esferas religiosa, moral, política e legal” (Paixão, 1988a).

2 Distinta de uma ordem ético-religiosa, e mesmo de uma ordem repressiva fundada na perspectiva normativa da comunidade moral de bases locais, sociologicamente tematizadas por Durkheim.

- o crime, enquanto infração às leis da sociedade, se distinguiria da falta ou do pecado enquanto infração às leis divinas ou da religião;
- as prisões teriam que superar as dimensões de espaços de custódia e castigo, para assumirem o caráter, em princípio, de instituições de disciplinamento, correção e recuperação (ou reconstrução moral) do interno;
- as políticas penais deveriam objetivar não apenas o cumprimento das penas (ou das dívidas para com a sociedade) mas a ressocialização do preso, o que implicaria a introdução de outros serviços e técnicas profissionais de recuperação (o trabalho; o estudo; a assistência religiosa e social; a manutenção dos vínculos com as famílias etc)

A assistência religiosa prevista como direito nas políticas penais modernas permaneceu, durante muitos anos, como um serviço restrito, de certa forma, a um pequeno contingente de agentes, predominantemente vinculados à Igreja Católica. Internamente, o acesso e a atuação destes agentes eram coordenados pela direção dos estabelecimentos penais que, no conjunto de suas atribuições profissionais, considerava a atuação dos grupos religiosos como de caráter complementar, quando não, de caráter absolutamente residual.

Entre os 20 anos que separam essa grande onda de estudos sociológicos acerca da realidade prisional e os dias de hoje, a situação tanto das prisões como da presença religiosa mudou radicalmente.

Mudanças no ambiente prisional

Uma série de mudanças poderia ser apontada no sistema prisional nos últimos 20 anos. Apenas assinalaremos algumas, do nosso ponto de vista, fundamentais na análise da relação entre religiões e prisões.

A presença e atuação das facções criminosas no interior das diferentes unidades

O desenvolvimento das chamadas “sociedade dos cativos” – uma sociedade dentro da sociedade – que nasce do isolamento da população carcerária, é fenômeno identificado internacionalmente já nos finais da década de 1950³. No caso brasileiro, e principalmente fluminense, uma definição mais nítida e com atuação mais organizada das atuais facções emerge no final da década de 1970, e desenvolve-se de tal forma que passa a definir e diferenciar as unidades prisionais de acordo às facções que as dominam.

O possível pertencimento a uma facção (que muitas vezes é definido pelo local de origem ou moradia do interno) é hoje um critério seletivo e classificatório básico para o envio dos apenados às diferentes unidades prisionais. Estes passam a ser considerados, e controlados, como membros das facções que, não apenas orientam comportamentos individuais, como os disciplinam no sentido da manutenção de compromissos normativos coletivos. Esses compromissos são, pois, produto da adesão (frequentemente compulsória) a valores, crenças e códigos rigorosos que prescrevem sistemas de lealdade e autoridade, papéis entre os membros participantes, formas de relação e resolução de conflitos, instituídos à base da força e da violência exercida entre os próprios apenados no interior das prisões.

Segundo o estudo de Lemgruber (2005), 72% dos estados brasileiros identificam e separam os presos por facções.

Mudanças no perfil dos presos

Nos últimos anos, o perfil básico dos presos tem sofrido grandes alterações. O que caracteriza o apenado típico no Rio de Janeiro, além de sua absoluta predominância urbana, é o fato de:

3 O conceito “sociedade dos cativos” já aparece em um trabalho clássico de Sykes, acerca das prisões britânicas: “The Society of Captives” – Princeton University Press, Princeton, 1958. Refere-se às formas de organização social surgidas no interior dos sistemas penais, que articulam papéis e rígidos códigos de condutas aos quais os internos devem aderir, em troca do pertencimento e da proteção interna e extra muros.

- ser um apenado mais jovem em que 41,5% têm idade abaixo de 30 anos⁴;
- ter níveis relativamente baixos de escolaridade – 69,5% com 1º grau incompleto, além de 10,4% analfabetos;
- ser condenado por ações criminosas contra o patrimônio e articulação ao tráfico de drogas;
- ter atuação ilegal de caráter mais coletivo e organizado, o que significa o declínio do “criminoso solitário”;
- ter maiores noções de eficácia da ação organizada, e da existência de seus direitos civis;
- ser mais receptivo a padrões normativos da “sociedade dos cativos” – facções – muitas vezes sendo socializado nas mesmas pela própria dinâmica da desigualdade e da territorialização da pobreza nos centros urbanos.

Essas características, que mostram um apenado potencialmente mais agressivo (ou menos pacífico), não são totalmente generalizáveis. Entretanto, elas passam a equivaler às características de parte significativa dos internos, pouco tempo após a entrada no sistema, além de marcar os grupos que, por suas fortes articulações internas e externas, ganham liderança e privilégios na dinâmica prisional.

Obviamente, os encarcerados mais pobres e fragilizados, menos agressivos e organizados constituem, talvez, a maior parte da massa carcerária. Esta vive imersa num ambiente de enorme insegurança e medo.

A visibilidade dos motins e rebeliões

Nos últimos anos tem ocorrido um aumento das organizações de Direitos Humanos, uma maior presença de instâncias do legislativo e do judiciário junto às unidades prisionais, um maior investimento na capacitação de agentes penitenciários. Entretanto, essas medidas não têm sido suficientes para atenuar a tradição multissecular de controle dos miseráveis pela

violência e pela força. Os contextos prisionais têm mantido formas extremamente desumanas e arbitrárias de tratamento dos presos, que se manifestam nas condições precárias e insalubres das celas e outras instalações penais; nos abusos de autoridade e da corrupção no tratamento dos agentes de custódia; na insuficiência e nas deficiências do tratamento alimentar e de saúde dos presos etc.

Este conjunto de elementos, somado ao ambiente de enorme insegurança e medo entre os internos, constitui um caldo de cultura para rebeliões e motins cada vez mais brutais que, periodicamente, impactam a sociedade. Nestes momentos, a invisibilidade do sistema e seus grupos humanos é desvelada. Entretanto, como se trata de movimentos que eclodem impulsionados por situações – limite, o desespero e o horror terminam sendo a forma através da qual a população carcerária comparece na cena pública, reafirmando estereótipos de ferocidade e monstrosidade que são construídos em relação a ela.

Além disso, considerando que hoje, grande parte da imagem que a sociedade tem de si é construída pelas mídias, e que a violência é um de seus ingredientes de maior impacto, os motins e rebeliões se transformam em sinônimos ou retratos da realidade prisional.

Neste contexto, e como resposta, a sociedade amplia seu questionamento ao sistema de justiça penal, reivindicando seu endurecimento. Voltam a germinar propostas de soluções “mais rápidas e definitivas” como as de exterminar tais problemas e seus “portadores”. Desenvolve-se, assim, uma relação paradoxal onde a constatação da desumanização não é acompanhada por um apoio a políticas penais humanizadoras ou de direitos humanos.

Estas são vistas como “políticas de privilégios” em relação aos “bandidos”. Pelo contrário, o que ocorre muito frequentemente, quando do contato da sociedade com a dinâmica prisional, é o aparecimento de inúmeras ma-

4 Dados do Ministério da Justiça, fornecidos por Julita Lemgruber (2005).

nifestações de apoio⁵ ao recrudescimento do uso da força e da repressão sobre os internos, desconhecendo o efeito perverso que tais medidas terminam por desencadear não apenas em termos presentes, mas também, futuros.

A ampliação da presença religiosa

Enquanto é possível observar, por parte da sociedade, um movimento de distanciamento em relação à realidade prisional e ao destino de seus encarcerados, um outro movimento, em sentido oposto, vem sendo desenvolvido. Trata-se do aumento do interesse dos grupos religiosos pela realidade dos presos, vistos como um campo fértil a suas tarefas de conversão e evangelização.

A entrada e o exercício da atividade religiosa nas Unidades Penais do Estado do Rio de Janeiro vêm sendo sucessivamente regulamentada por portarias⁶ que normatizam o processo de cadastramento de Instituições Religiosas; a inscrição, o credenciamento, a capacitação e o Plano de Trabalho dos agentes, bem como as normas relativas a seu comportamento no exercício das atividades de assistência espiritual. Estão incluídas nas Portarias as interdições de envolvimento, interferências e julgamentos em questões que extrapolem o âmbito do exercício religioso, e as sanções a serem aplicadas, no caso de transgressões.

Apesar destas normas, o que se observa é uma certa aprovação (e frequentemente, incentivo) à presença dos agentes, por suas contribuições no apoio social aos presos e pela colaboração no próprio processo de disciplinarização, uma vez que “preso convertido é preso mais calmo”. Sem dúvida, como assinalam vários estudos, inclusive alguns incluídos nesta publicação, as entidades religiosas, sobretudo as denominações evangélicas e pentecostais, constituem uma enorme força no interior das diferentes unidades.

A evolução desta presença em todas as uni-

Número de instituições religiosas credenciadas nas unidades penais do Estado do Rio de Janeiro



dades penais do Estado do Rio de Janeiro pode ser apreciada, no gráfico acima, através da comparação do número de instituições religiosas credenciadas junto à Coordenação Técnico-Social, nos anos 2000, 2002 e 2004.

Esse aumento não se distribuiu de maneira uniforme nos diferentes Complexos Penitenciários. Assim, tomando-se apenas dois importantes Complexos da cidade do Rio de Janeiro – Bangu e Frei Caneca –, comparando-os entre os anos 2002 e 2005, temos:

- Em Bangu, deu-se um aumento significativo de internos, em quase todas as unidades. Entretanto, o número de instituições religiosas credenciadas não teve crescimento equivalente, sendo que em boa parte delas parece ter havido até redução quantitativa.
- No Complexo da Frei Caneca, aumentou-se tanto o número de internos como o de Instituições Religiosas atuantes no interior das unidades.

Cada uma das Entidades Religiosas credenciadas inscreve seus agentes para atuar nas diferentes unidades, além de possuir um representante legal junto à Coordenação de Serviço Social. Cada agente pode atuar, no máximo, em duas unidades.

⁵ Vários estudos, baseados em análise de “cartas ao leitor” ou “mensagens radiofônicas” em períodos com ocorrência de tragédias sociais ou de crises no sistema penal, como Chacinas, rebeliões ou revoltas em presídios têm apontado o significativo número de apoios a um “endurecimento” ou aumento da lógica repressiva no tratamento com os internos em geral, e com os rebeldes, em particular. (Benevides, M. V. Opinião Pública: “carta dos leitores”, 1983; Oliveira, L. “Os excluídos existem?”, 1997; Caldeira, Tereza, “Direitos Humanos ou privilégio de bandidos”, 1991; Ramos e Musumeci, 2005)

⁶ Portaria nº 709/ DESIPE de 22/12/1992 posteriormente pela Portaria DESIPE/DG nº 716 de 03/11/1993; DESIPE/DG nº 754, de 27 de junho de 1996; Portaria DESIPE/DG nº 770 de 19/04/2000, e atualmente pela Portaria SSAUP-SEAP nº 005 de 31 de janeiro de 2004

Número de Internos e Instituições Religiosas por unidade penal

	Número de internos	Número de instituições	Número de internos	Número de instituições	Variação do número de internos 2002 – 2005	Variação do número de instituições 2002 – 2005
FREI CANECA	2.717	42	3.536	52	+30% ↗	+24% ↗
PO	181	8	135	12	↘ -25,5%	+50% ↗
Hélio Gomes*	566	5	1.091	6	+92,7% ↗	+20% ↗
Heitor Carrilho	95	3	200	3	+110% ↗	nulo
Nelson Hungria – hoje Bangu VII	224	5	414	7	+84% ↗	+40% ↗
Milton D. Moreira	1.007	7	1.005	8	↘ -0,2%	+14% ↗
Lemos de Brito	549	9	593	11	+8% ↗	+37,5% ↗
Hospital Central	95	5	98	5	↘ -0,3%	nulo
BANGU	9.312	68	11.631	73	+25% ↗	+7% ↗
Alfredo Tranjan – Bangu II	670	7	811	5	+21% ↗	↘ -40%
Serrano Neves – Bangu III	891	5	1.012	4	+13,6% ↗	↘ -20%
Jonas Lopes – Bangu IV	887	5	1.038	3	+17% ↗	↘ -40%
L. Pellegrino – Bangu I	45	2	44	2	↘ -0,3%	nulo
Talavera Bruce (feminino)	313	7	311	8	↘ -0,7%	+14% ↗
Romeiro Neto (feminino)	28	-	421	5	+503% ↗	-
H. Psi. Roberto Medeiros	118	4	149	4	+26% ↗	nulo
Vicente Piragibe	1.381	7	1.363	5	↘ -2,5%	↘ -29%
Esmeraldino Bandeira	969	8	996	6	+2% ↗	↘ -25%
H. Dr. Hamilton Agostinho	76	5	68	7	↘ -10,5%	+40% ↗
Moniz Sodré	1.323	1	1.372	3	+3,7% ↗	+200% ↗
I.P. Plácido de Sá Carvalho	1.540	5	1.811	8	+17,6% ↗	+60% ↗
C.C. Jorge Santana	452	1	721	2	+59,5% ↗	+100% ↗
Sanatório Penal	112	4	63	4	+56% ↗	nulo
C.C. Pedro Melo	482	5	721	4	+49,6% ↗	↘ -20%
C.C. Bangu V	493	2	730	3	+48% ↗	+50% ↗

*Em 2002, ocupadas apenas 50% das vagas; **Ocupação parcial por obras.

Fonte: Coordenação do Serviço Social – SEAP

7 O ano de 2002 foi o último para o qual obtivemos os dados referentes a totalidade de agentes cadastrados. Para 2004, obtivemos apenas os dados referentes às Entidades Religiosas inscritas e cadastradas e seus respectivos representantes legais junto à SEAP/RJ

Assim, as estatísticas referentes ao número de agentes inscritos podem dar uma visão distorcida, na medida em que, um mesmo agente comparece simultaneamente em pelo menos duas unidades. Da mesma forma, como pode ser visto no gráfico a seguir, as mesmas entidades religiosas se repetem nas várias unidades penais, sendo que, no caso das instituições evangélicas (notadamente Assembléia de Deus e Batistas) uma mesma denominação comparece diversas vezes ligada a Igrejas-Matrizes sediadas em diferentes bairros da cidade. Desta forma, enquanto católicos, espíritas, e outras Igrejas Protestantes de tipo histórico (como Metodistas e Presbiterianos) possuem

uma única representação por unidade penal, outros grupos evangélicos se subdividem em diferentes unidades de culto.

É interessante notar, ainda, o significativo peso da participação feminina no conjunto dos agentes religiosos contrastando com o universo dos internos, onde os homens são maioria absoluta.

Desta forma, tomando-se os dados referentes ao ano de 2002, nos dois maiores Complexos Prisionais da cidade a distribuição dos agentes por Igrejas, por unidade penal e sexo, estruturou-se conforme a tabela a seguir.

Número de agentes religiosos por sexo/unidade penal em 2002

Agentes
Femininos

Agentes
Masculininos



FREI CANECA

105 85

PO

30 19

Assembléia de Deus	25	7
Igreja Batista	3	1
Soc. São Dimas (Católica)	1	7
Universal do Reino de Deus	1	4

Hélio Gomes

11 8

Batistas	4	1
I. Esp. Amelie Boudet	3	-
São Dimas - Past. Penal	-	5
Universal Reino Deus	4	2

Heitor Carrilho

6 8

Soc. São Dimas (Católica)	-	5
Universal Reino Deus	2	3
Adventista 7º Dia	4	-

Nelson Hungria

6 16

Batistas	1	4
I. Esp. Amelie Boudet	4	1
São Dimas - Past. Penal	1	4
Universal Reino Deus	-	7

Milton Dias Moreira

18 9

Assembléia de Deus	3	3
Igreja Batista	3	1
I. Esp. Amelie Boudet	4	1
Com. Arquidioc. (Católica)	1	1
Universal Reino Deus	3	3
Nova Vida	4	-

Lemos Brito

31 14

Assembléia de Deus	4	-
Igreja Batista	5	1
I. Esp. Evangelio de Jesus	5	-
São Dimas (Católica)	2	6
Universal Reino Deus	2	4
Congregação Cristã	5	-
Presbiteriana do R. Janeiro	5	-
Metodista	4	2

Hospital Central

3 11

I. Esp. Amelie Boudet	1	1
São Dimas (Católica)	-	1
Universal Reino Deus	1	5
Metodista	1	1
União Evang. Pentecostal	-	3

BANGU

120 148

Alfredo Tranjan

10 15

Assembléia de Deus	1	3
Igreja Batista	6	2
São Dimas (Católica)	-	5
Universal Reino Deus	2	4
Maranata	1	1

Bangu III - S. Neves

14 14

Batistas	3	1
I. Esp. Amelie Boudet	2	4
São Dimas - Past. Penal	2	3
Universal Reino Deus	7	2
Metodista	-	4

Bangu I - L. Pellegrino

3 3

São Dimas (Católica)	1	3
Conv. Batista Carioca	2	-

Talavera Bruce

14 23

Batistas	3	7
I. Esp. Amelie Boudet	2	3
São Dimas - Past. Penal	3	3
Universal Reino Deus	1	5
União Evang. Pentec.	1	3
Pent. Nova Vida	4	2

H.Psi. Roberto Medeiros

12 15

Batistas	6	6
São Dimas - (Católica)	1	7
Universal Reino Deus	5	2

Vicente Piragibe

24 19

Assembléia de Deus	15	2
Igreja Batista	5	7
São Dimas (Católica)	1	5
Universal Reino Deus	3	3
Metodista	-	2

Esmeraldino Bandeira

29 10

Assembléia de Deus	12	1
Igreja Batista	2	4
I. Esp. Amelie Boudet	3	2
São Dimas (Católica)	4	2
Universal Reino Deus	5	1
Evang. Graça em Unid.	3	-

Hosp. Dr. Hamilton Agostinho

5 10

Assembléia de Deus	2	-
Igreja Batista	1	2
São Dimas (Católica)	1	5
Universal Reino Deus	1	3

Moniz Sodré

5 1

Universal Reino Deus	5	1
----------------------	---	---

I.P. Plácido Sá Carvalho

15 13

Assembléia de Deus	5	-
Igreja Batista	3	1
São Dimas (Católica)	1	4
Universal Reino Deus	2	4
Nazareno - Grande Rio	4	4

C.C. Jorge Santana

2 1

Igreja Batista Edem	2	1
---------------------	---	---

Sanatório Penal

5 10

Assembléia de Deus	2	2
I. Esp. Amelie Boudet	2	-
São Dimas (Católica)	-	6
Universal Reino Deus	1	2

C.C. Pedro Melo

8 11

Batistas	3	6
C.Arquidioc./S. Dimas	2	2
Universal Reino Deus	3	3

C.C. Bangu V

4 3

Batista em Edem	1	1
Universal Reino Deus	3	2

Total de agentes religiosos por sexo em 2002



TOTAL 458 agentes

Fonte: Coordenação do Serviço Social – SEAP

Estas tabelas permitem algumas observações importantes acerca da presença das religiões nas prisões do Rio de Janeiro, no ano de 2002⁷:

- Há um equilíbrio de distribuição por sexo entre os agentes religiosos com uma pequena maioria para as mulheres. Essa maioria pode ser identificada tanto em termos percentuais, como nas médias Entidades/Agentes;

- O equilíbrio da distribuição entre os sexos é quebrado quando são focadas especificamente cada uma das religiões e/ou denominações: entre os agentes católicos, 74% são mulheres; igualmente 58% dos metodistas; 53% da Igreja Universal.

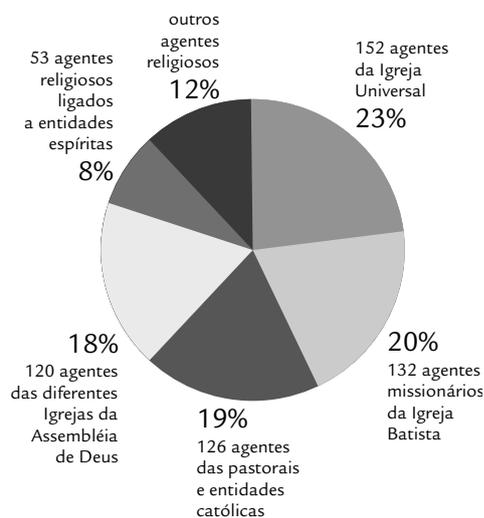
- Por outro lado, não existem mulheres entre os agentes religiosos das Igrejas Presbiteriana, Adventistas e Congregação Cristã.

- Ainda que a média do número de agentes por Instituição Religiosa seja em torno de quatro pessoas, algumas possuem médias bem superiores. Este é o caso das Igrejas Assembléia de Deus, da Igreja Universal do Reino de Deus e dos Batistas, cujas missões têm dado uma ênfase toda especial ao trabalho de evangelização e conversão de apenados.

- No conjunto de agentes religiosos presentes no universo prisional do Rio de Janeiro, essas religiões juntamente com os católicos e espíritas totalizavam 88% do número geral de agentes religiosos.

Considerando, pois, os dados de 2002 relativamente a todo o conjunto de unidades penais do Rio de Janeiro, a presença numérica de agentes vinculados às cinco maiores religiões e denominações estava assim configurada:

Total de agentes religiosos nas unidades penais do Rio em 2002



Essa distribuição com grande ênfase nos grupos evangélicos e pentecostais confirma as diversas análises acerca do fenômeno religioso no contexto brasileiro contemporâneo, onde vem sendo assinalado. Um crescimento do pluralismo nas opções de crenças e nas vinculações religiosas e doutrinárias em todas as camadas sociais e, em especial, nas camadas menos favorecidas da população nacional.

De fato, desde o final dos anos 1980, com maior incremento durante toda a década de 1990, o campo religioso vem sofrendo importantes mudanças, tanto através da quebra da absoluta hegemonia da identidade católica como identidade nacional, como da ampliação do campo evangélico e pentecostal. Este tem vivenciado uma enorme expansão através da

adesão pessoal de fiéis feita por rupturas e conversões (retiradas principalmente do campo católico) aliada a um tipo de proximidade e presença de templos, pastores, e outros agentes religiosos nos diferentes espaços sociais, com ênfase nos bairros e áreas populares dos centros urbanos e rurais.

Além disso, as religiões evangélicas têm utilizado elementos doutrinários e litúrgicos de grande proximidade com a realidade das camadas populares. Assim, a liturgia da Palavra onde é dada grande importância ao testemunho da conversão (legitimando e valorizando o “passado do pecador” convertido) representa uma forma de inclusão e valorização da experiência dos indivíduos julgados por faltas ou ilegalismos. A libertação pela fé, onde a “justiça divina perdoa e liberta” mesmo que permaneçam as “injustiças dos homens”; a atuação de seres sobrenaturais (demônios) responsabilizados como os verdadeiros autores dos crimes e faltas humanas, tudo isso, são elementos da experiência religiosa evangélico-pentecostal que terminam dando sentido à situação vivida pelos indivíduos em geral, e pelos encarcerados, em particular.

Alguns outros significados da presença religiosa nas prisões

Os debates no ISER, realizados no segundo semestre de 2004, identificaram ainda outros significados da assistência religiosa nas prisões. Destacaremos alguns deles:

1. Num universo absolutamente massificado e desumanizado, a assistência religiosa, mesmo que muitas vezes marcada por uma lógica fundamentalista, tem representado uma oportunidade de singularização dos indivíduos que dela participam.
2. Esta singularização opera em diferentes dimensões: no acolhimento do preso e sua família; na justificação místico-religiosa de sua culpabilidade; na atribuição de um

outro universo de “irmãos” em um contexto e ameaçador.

3. O universo prisional, por suas características de isolamento e reclusão, pode ser configurado como um espaço de conversão: seja de arrependimento e conversão à vida legal e ordeira (utopia das penas privativas de liberdade); seja de conversão às carreiras criminosas (constatação da realidade das instituições totais como “escola de aperfeiçoamento” de práticas criminais), seja, finalmente, de conversão religiosa ou de “conversão a Jesus” (objetivo do proselitismo religioso).

4. Além do possível conforto espiritual transmitido pelas diferentes religiões dentro do universo carcerário, não há dúvida de que elas representam uma razão legítima de aglutinação interna, de proteção para os indivíduos, além de representar como que uma “terceira via” em face à dinâmica das facções. Neste sentido, algumas organizações religiosas estruturadas internamente às prisões têm apresentado uma estrutura de adesão, de compromissos e lealdades a códigos de comportamento, e de submissão a penalidades, extremamente rigorosas, que as aproximam das demais “sociedades dos cativos”. São lidas como “facções do Bem”. Entretanto, não há como ignorar que elas operam com dimensões igualmente opressivas sobre aqueles indivíduos que foram por elas convertidos.

Bibliografia

Adorno, Sérgio & Bordini, Eliana B. “Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo” in Revista Brasileira de Ciências Sociais. Anpocs, n° 9, vol. 3, fev. 1989;

_____. “A prisão sob a ótica de seus protagonistas” in Tempo Social. Revista do Dpto. de Sociologia, São Paulo, USP, 1991;

Benevides, M. Vitória. *Violência, Povo e Polícia*. São Paulo, Brasiliense, 1983;

Portaria DESIPE/DG nº 770 de 19/ 04/ 2000

Portaria SSAUP- SEAP nº 005 de 31 de janeiro de 2004

Caldeira, Tereza Pires do Rio. “Direitos Humanos ou privilégio de bandidos: Desventuras da democratização brasileira” in *Novos Estudos*, Cebrap, nº 31, São Paulo, 1991

Coelho, Edmundo Campos. “A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro” in *Dados*, nº 29 – 1, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1986;

Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes, 9ª edição, 1991;

Goffman, Erwing. *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974;

Lemgruber, Julita. “Sistema Penitenciário Brasileiro”. Apresentação UERJ, agosto de 2005;

Oliveira, Luciano. “Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, ano 12, fevereiro, 1997;

Pinheiro, Paulo Sergio (org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983;

Paoli, M. Célia. “Violência e Espaço Civil” in *Violência Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1982

Paixão, Antonio Luiz. *Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo, Cortez, 1988

_____. “Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania” in *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988;

Ramos, Sílvia e Musumeci, Leonarda. *Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Civilização Brasileira/ CESeC, Rio de Janeiro, 2005;

Sykes, E. *The Society of Captives*. Princeton University Press, Princeton, 1958.

Portaria nº709/ DESIPE de 22/12/1992

Portaria DESIPE/DG nº 716 de 03/11/1993;

DESIPE/DG nº 754, de 27 de junho de 1996;

Católicos e evangélicos em prisões do Rio de Janeiro

Edileuza Santana Lobo

Doutoranda Antropologia e Sociologia
– PPCIS/UERJ

Professora do Colégio Mário Quintana
– Penitenciária Lemos de Brito

As prisões do Rio de Janeiro têm sido alvo do interesse de religiosos que passaram a atuar nesses espaços sociais, entendendo-os como um campo fértil para o proselitismo religioso. Nos últimos anos, grupos evangélicos com predominância de pentecostais passaram a visitar os presídios com objetivo de converter os internos a sua crença gerando um grande contingente de “irmãos encarcerados”. Pela visibilidade desses “crentes” nas prisões, percebe-se que não é desprezível o número de convertidos às igrejas evangélicas. Se existe algum fenômeno religioso na conversão destes grupos de internos, a meu ver, isto se dá de fora para dentro, com a presença constante dos agentes religiosos de diversas denominações revezando-se na evangelização dos presos.

A presença dos pentecostais no ambiente prisional produziu uma nova dinâmica religiosa neste espaço social. Hoje, é quase impossível entrar em qualquer unidade sem notar a presença dos “crentes” que ali estão procurando distinguir-se como tais, guardando certa distância da “massa carcerária”. A construção de uma nova identidade iniciada a partir de um “novo nascimento” é acionada também corporalmente: a visibilidade dos pentecostais é percebida não apenas pela expressividade numérica, mas também pelo comportamento e pela forma de falar e de se vestir.

Os cultos pentecostais nos presídios acontecem diariamente. Para realizá-los, os agentes religiosos se revezam de acordo com a denominação a qual pertencem. Também os que ali se converteram tornam-se agentes religiosos internos. Após um período de aprendizado da fé, através dos estudos bíblicos e frequência assídua às atividades religiosas, tornam-se

detentores do “capital religioso” e passam a atuar como “multiplicadores da fé”. Vale citar aqui o *Grupo de Evangelismo e Visitação da Congregação Lemos de Brito* composto por três ou quatro internos munidos de Bíblia que percorrem os espaços do cárcere, distribuindo folhetos evangelísticos¹ e, surgindo a oportunidade, proferem uma oração ou leitura da “Palavra”.

Os agentes religiosos externos realizam rituais como batismos e ceias. Outros, pela projeção que alcançaram neste “campo religioso”, aparecem apenas em ocasiões especiais. Os espaços reservados para as atividades religiosas não comportam o número de assistentes. Desta forma, geralmente, as reuniões acontecem nos pátios e quadras das unidades que se transformam em “palcos” para dar lugar a performances reveladas, por exemplo, nas práticas de exorcismos. “Expulsar os demônios” que se manifestam no corpo das pessoas integra a concepção sobre a possessão do “mal” nas igrejas pentecostais. Na prisão esta prática ganha contornos especiais uma vez que o crime cometido passa a ser concebido como de responsabilidade do “demônio” que se apossou do corpo de quem o cometeu.

A conversão dos presidiários também gera simpatias por parte dos administradores, já que esses entendem que os evangélicos geram menos conflitos. Nas palavras de Gilson Nogueira, diretor do Presídio Muniz Sodré em Bangu, também evangélico:

“O que mais quero é poder manter a calma dentro da unidade; que todos estejam tranquilos como estão agora. Com 1400 internos, não tenho ninguém no castigo no dia de hoje”².

1 Como professora do colégio Mário Quintana, na Lemos de Brito, tive a oportunidade de receber estes folhetos diversas vezes nas visitas do citado grupo à escola.

2 Entrevista ao jornal “Só Isso”, maio de 2005, redigido e ilustrado pelas internas da Penitenciária Talavera Bruce.

Os agentes religiosos evangélicos têm relevância social por se configurarem como alternativas de ressocialização (embora o efeito social da presença evangélica nas prisões ainda necessita ser mais estudado).

Os católicos, diferentemente dos evangélicos, fazem assistência religiosa sem pregar conversão e reagem criticamente ao avanço das igrejas evangélicas e às suas práticas proselitistas. Consideram-se, ainda, prejudicados por considerar que os diretores de unidades favorecem os “rivais”.

Neste texto, pretendo apresentar um breve panorama da atuação dos agentes religiosos católicos e evangélicos no sistema penal analisando os diferentes mecanismos de ação destes grupos através da assistência social e da prática proselitista que resulta em disputas religiosas. Esta pesquisa foi realizada entre 2001 e 2002 nos Presídios Helio Gomes e Nelson Hungria no Complexo Frei Caneca e resultou na minha dissertação de mestrado (Lobo, 2002).

A prisão como campo religioso

Desde o século XIX, com a construção da Casa de Correção³, a assistência religiosa nas prisões tornou-se atribuição da Igreja Católica. A figura do capelão já existia para dar assistência aos presos. Nos registros encontrados nos Relatórios Ministeriais⁴ o agente religioso aparece descrito como “médico espiritual que está constantemente num hospital infeccionado”. Os penitenciariistas brasileiros do século XIX estavam afinados com o pensamento europeu dos reformadores⁵ que se dedicaram a pensar a questão das prisões e criaram modelos que associavam o cumprimento da pena com a educação moral, o trabalho e a religião. No documento supracitado, aparecem citações que nos revelam a preocupação da casa com assistência religiosa aos presos:

“As práticas religiosas, a constante assiduidade do capelão junto aos presos é assim, palpante necessidade do sistema”.

No Brasil, a religião tinha espaço garantido desde a criação das prisões⁶ e era ocupado legitimamente pela Igreja Católica. Quase um século depois, as tarefas religiosas nas prisões não se diferenciavam muito daquelas do século XIX, época na qual o catolicismo era religião oficial do Estado. Nesse contexto, o protestantismo era corrente minoritária que atuava clandestinamente, mas começava a incomodar os católicos, por sua prática proselitista. A partir do fim da monarquia, com a emergência do estado secularizado, novos grupos religiosos, como os evangélicos pentecostais passaram a atuar livremente protegidos pela separação entre Igreja e Estado preconizada na constituição republicana.

Hervieu-Léger (1997) esclarece que o estado secularizado impulsionou o pluralismo religioso ao mesmo tempo em que diminuiu a influência da religião na sociedade. Esta situação favoreceu a concorrência criando novos campos sociais como possíveis espaços de proselitismo e até de disputas religiosas. Neste sentido, o lócus prisional passou a presenciar uma disputa religiosa onde católicos e evangélicos são os principais concorrentes na distribuição de bens de salvação aos presidiários. Outros grupos religiosos como os espíritas e religiões afro-brasileiras, também atuam nas prisões, porém com menor incidência.

Até a década de 1980, os meios de comunicações não tinham muito acesso ao universo das prisões não podendo assim, apresentá-lo à sociedade, situação que tem início com o fim do governo autoritário. Estudos e debates sobre a questão das prisões eram escassos e passaram a ser mais frequentes após o episódio ocorrido em São Paulo conhecido como “massacre do Carandiru” que provocou reações e manifestações de organismos nacionais, internacionais e da sociedade civil⁷. Estes movimentos colaboraram para evidenciar a precariedade das prisões brasileiras, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

3 A construção da Casa de Correção teve início em 1834 onde atualmente é a Penitenciária Lemos de Brito no Complexo Frei Caneca.

4 Os Relatórios Ministeriais da Casa de Correção estão disponíveis no em <http://crl.edu/bsd/bsd/hateness/minopen.html>.

5 Ver Bentham (2000), Beccaria (2002).

6 Coleção de Leis do Império, 1850 – Regulamento para a Casa de Correção do Rio de Janeiro – Decreto 06/07/1850. Trata dos serviços religiosos que o capelão deveria executar como “rezar missas aos domingos e dias de guarda e executar tarefas concernentes à função da Igreja, determinadas pelo diretor da instituição”.

7 Ver Leal, 2001.

As prisões brasileiras – com um sistema carcerário deficitário, celas superlotadas e ausência de políticas públicas que possam viabilizar a garantia dos direitos humanos dos presos – têm proporcionado iniciativas da parte das igrejas evangélicas no intuito de promover algumas transformações na realidade social das prisões a partir da conversão religiosa dos detentos. Assim, os agentes religiosos externos passam a visitar diariamente os presos ajudando a amenizar carências materiais e afetivas desses indivíduos e até de suas famílias. A presença dos pentecostais no ambiente prisional revelou um campo de disputa na distribuição dos “bens de salvação” aos presidiários.

A presença expressiva de evangélicos nas prisões começou no final dos anos 1980. Antes disso, a participação deles não se dava de forma sistemática como hoje. “Era tudo muito solto. Não havia compromisso”, conforme declaração de uma missionária que entrevistei. Outros agentes religiosos lembraram que, desde a década de 60, a Igreja Batista e Assembléia de Deus visitavam as prisões, geralmente em ocasiões especiais e datas festivas como Natal e Ano Novo. A atuação de agentes religiosos com objetivo conversorista era incipiente e acontecia por meio de iniciativas isoladas.

A penetração das igrejas evangélicas em novos espaços sociais foi percebida e registrada por estudiosos⁸, que destacaram a militância dos pentecostais em setores sociais marcados pela pobreza e desigualdades, locais marginalizados, considerados por muitos como espaços de proliferação do crime e da miséria. Em favelas e bairros de periferias o “tornar-se crente” passou a representar uma alternativa de vida para muitas pessoas, principalmente jovens. A cada semana, no ano de 1992, surgiam cinco novas igrejas evangélicas (Fernandes, 1998). É compreensível, portanto, que o movimento crescente de evangélicos se refletisse nas prisões e que suas militâncias, naqueles espaços, tenham provocado algumas transformações no seu cotidiano.

Outro fator que aponta para a questão do crescimento religioso é a iniciativa por parte do Departamento de Sistema Penitenciário para controlar o fluxo crescente de agentes religiosos nos presídios. Através da Portaria DG nº 770 de 19 de abril de 2000 fica estabelecido o cadastramento das instituições religiosas interessadas em visitar os presídios e o credenciamento de seus agentes religiosos.

A atividade de assistência religiosa nas prisões é regulamentada pela Lei de Execuções Penais (LEP), nº 7210 de 11 de julho de 1984, que regula o serviço de capelanias no sistema penitenciário. “Art.24º – A assistência religiosa com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa”.

Percebe-se que as prisões não ficaram imunes às transformações do campo religioso brasileiro. O crescimento das igrejas pentecostais dos últimos anos também se reflete nas prisões. Espaço tradicionalmente ocupado pela Igreja Católica, as prisões têm sido alvo da atuação expressiva de igrejas evangélicas que, a princípio, têm logrado sucesso. Sua iniciativa combina assistência social e proselitismo ao mesmo tempo em que exercem suas práticas religiosas com autonomia e oposição aos católicos.

A Pastoral Penal e os católicos nas prisões

Embora não tenha tido o crescimento acentuado que os evangélicos tiveram, a atuação dos católicos nas prisões nas últimas décadas aumentou. Em 1975 foi criada a Pastoral Penal com objetivo de ampliar o atendimento da Igreja Católica aos presidiários, conforme declaração do padre Bruno Trombeta⁹.

“Quando nós começamos, nós começamos a celebrar algumas missas por semana, depois percebemos que as missas eram muito procuradas e que não era possível ir ao

⁸ Ver Mariano, 2001.

⁹ O padre Bruno Trombeta iniciou sua atividade como capelão nos presídios do Rio de Janeiro desde 1969 quando ingressou no presídio Hélio Gomes. Ampliou suas atividades para outras unidades prisionais, tornando-se, depois, coordenador da Pastoral Carcerária do Estado do Rio de Janeiro até o seu falecimento em março de 2003. Esta entrevista foi-me concedida em julho de 2001.

presídio fazer uma missa e esquecer daquilo que era a visão humana integral. Então eu não posso no presídio, fazer simplesmente uma missa e sair. Tenho que atingir uma dimensão mais ampla, uma dimensão que abrangesse o homem integralmente. Então foi aí que se criaram dois outros pontos para o atendimento ao preso e a família do preso, que é a assistência social ao preso, à sua família e ao egresso e depois o atendimento jurídico”.

A atuação dos agentes religiosos católicos nas prisões é direcionada ao coletivo dos presos, e, não é visível entre os católicos, a intenção de converter os presos, como afirmou o padre Bruno: “A conversão é uma questão da pessoa com Deus, creio que não devemos coagir ninguém a se converter”. Nas prisões, a atuação dos católicos consiste em missas, atividades de aconselhamento, palestras, assistência jurídica e ajuda material para aquelas necessidades básicas que o Estado não fornece como também fazem os evangélicos. Embora desenvolvam atividades consideradas relevantes, não alcançam a mesma visibilidade dos evangélicos, cujo diferencial está na atuação direcionada aos indivíduos. Assim, através da conversão individual, os evangélicos vão formando uma rede de sociabilidade e alcançam maior visibilidade.

Em 1978 a Pastoral Penal prestava assistência religiosa a 10 presídios com 60 agentes religiosos entre leigos, freiras e sacerdotes¹⁰. Com o crescimento da população carcerária, cresceu também a demanda pela assistência religiosa nas prisões. No ano de 2002, os católicos estavam atuando em todas as unidades do sistema penitenciário do Rio de Janeiro com 150 agentes religiosos leigos, além dos clérigos.

É recorrente entre os agentes católicos a afirmação de que atuam diretamente com o coletivo. O discurso dos católicos não é predominantemente religioso, mas de conscientização dos direitos e deveres do detento no sistema penitenciário e também de defesa dos direitos humanos:

“Eu sou o capelão do coletivo, não sou o capelão dos católicos; os católicos estão incluídos se quiserem descer, se não quiserem descer não são obrigados [...]. A nossa presença dentro dos presídios é uma preocupação com os direitos humanos também, não é uma preocupação cultural como fazem os evangélicos, culto, fazer culto. Eu não tenho essa preocupação, eu faço missa. A preocupação da presença da Igreja Católica é uma preocupação de controle, do preso para não ser esmagado pelo outro preso, para não ser esmagado pela direção e pelos guardas. Isso é a preocupação nossa”.

A literatura produzida para a Campanha da Fraternidade de 1997, cujo tema “A fraternidade e os encarcerados”, revela a preocupação da Igreja Católica com o crescimento dos evangélicos nas prisões:

“Agentes da pastoral carcerária de várias Dioceses relatam que os presos católicos se ressentem da pouca atenção que recebem da sua igreja. A presença das igrejas evangélicas é marcante e há muitos que nelas encontram motivações psico-religiosas para a reconstrução da própria personalidade“. (1997: 71)

Naquele mesmo ano, a revista *Manchete* (25/01/1997) trouxe uma reportagem provocativa com o título “Guerra Santa nos Presídios” na qual denunciava uma suposta reação dos católicos ao avanço dos evangélicos no sistema penitenciário:

“Nas hostes da Igreja Católica, nada causa mais irritação do que insinuar que a escolha do tema (da Campanha da Fraternidade) faz parte de uma estratégia para ocupar, com maior intensidade, os presídios”.

Ao mesmo tempo em que os católicos apelavam à solidariedade para com os presidiários revelavam reação aos evangélicos. A concepção de que o presidiário é católico, embora não

esteja praticando a religião, está presente na literatura citada. “A falta de uma religião (católica) bem arrumadinha não é desculpa para as pessoas tentarem “converter” os presos ou jogar Deus na cara deles! Isto é um insulto”. (Valentini, 1995:19) A igreja deve estar presente no sentido de conscientizar o preso dos seus direitos e deveres e cobrar do Estado o cumprimento dos direitos humanos para os presos. Tal concepção foi enfatizada pelo padre Bruno Trombetta, “não estamos interessados em fazer proselitismo, queremos defender os direitos físicos e morais dos presos”. Assim, a postura dos católicos se opõe a dos evangélicos na medida em que estes enfatizam a conversão individual e direcionam suas ações para atingir este objetivo, enquanto aqueles, exercem suas atividades religiosas direcionadas ao coletivo.

Sem dúvida, uma postura política, mas que não resulta em mobilizações em termos de prática religiosa. Por outro lado, os evangélicos com sua militância explícita produzem agregação social ao apostar na transformação individual através da conversão, na auto-estima pelo discurso do amor, perdão e libertação e, por último, o sentido de pertencimento proporcionando assim a formação de um novo coletivo com uma identidade positiva. Esse percurso religioso é legitimado pelo uso da “Palavra”, no caso, através dos textos bíblicos que vão proporcionar o suporte para a atuação dos agentes religiosos e a reprodução dos convertidos na prisão.

Atuação dos evangélicos nas prisões

Historicamente, no Brasil, o “ideal cristão” de evangélico se constituiu em oposição à religião Católica (Dreher, 1997). Na concepção evangélica, religião e vida cotidiana são inseparáveis. O compromisso de tornar visível a opção religiosa e, a demonstração da condição de “crente” é vista como testemunho da fé. De modo geral, na sociedade mais ampla e especificamente na prisão, isto resulta na distinção

daqueles que “se convertem” através do comportamento. Procuram se diferenciar daquele característico da cadeia e uma nova identidade corporal é acionada, na qual a Bíblia em baixo do braço representa a “arma do crente, a espada da fé”. Além disso, o uso de roupas sóbrias, a mudança no modo de falar e gesticular, vêm configurar um comportamento adequado à condição de “irmão”.

Por outro lado, ser “crente” na prisão pode também trazer benefícios para o preso na medida em que a adesão à fé e a adoção de novos padrões de comportamento torna o “novo crente” objeto de atenção do agente religioso que vai ajudá-lo, como a um “filho na fé”. Isto consiste em receber atenção especial no sentido de orientá-lo no seu novo percurso e ajudá-lo materialmente. Como efeito da nova condição social do preso, a pressão do *sistema* sobre ele é, de certa forma, amenizada, uma vez que “deixa de ser aquele detento que só pensa em fugir”. Outro aspecto ressaltado com frequência pelos presos evangélicos e mesmo por aqueles que não participam de atividades religiosas, é que muitos se utilizam do expediente religioso para se protegerem, “se escondem atrás dos irmãos”. Isto se aplicaria àqueles que estão condenados por estupro e temem represália do próprio coletivo.

Várias são as denominações evangélicas que atuam nas prisões através de seus agentes religiosos. No contexto da prisão, estes agentes não enfatizam a denominação a qual pertencem constituindo uma espécie de “ecumenismo evangélico” cujo objetivo é minimizar as diferenças doutrinárias em favor da unidade do grupo. Dentre os evangélicos nas prisões, a presença de pentecostais é predominante sendo a maior parte da Igreja Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus.

Apesar da variedade de atores e discursos característicos dos evangélicos, estes se organizam espacialmente no sentido de incentivar a conversão do preso e a multiplicação dos fiéis na prisão. Aceitar a crença evangélica na

prisão significa assumir um novo estilo de vida e novos padrões de comportamento.

Isto vai exigir do interno a busca do “aperfeiçoamento cristão”, o que implica utilizar o tempo disponível para freqüentar os cultos da prisão e estudar a Bíblia. Este novo “ethos” de crente evangélico vai se construindo no cotidiano das prisões, com a supervisão dos agentes religiosos que as visitam com freqüência. Estes organizam cultos e festividades, procuram envolver os familiares dos internos nas atividades religiosas, promovem reconciliações familiares e até casamentos daqueles que, segundo os padrões evangélicos pentecostais, “não estão de acordo com a vontade de Deus”.

Outro fator que contribui para a visibilidade dos evangélicos é a segregação do grupo em espaços definidos como “celas evangélicas”. Essa transformação no espaço físico das prisões tem gerado descontentamento da parte dos católicos que identificam esta prática como uma espécie de privilégio concedido pelos diretores dos presídios. Os detentos, quando se tornam evangélicos, passam a compartilhar o mesmo espaço, separados daqueles que não professam a mesma crença.

Segundo declaração da missionária Adenice Barreto, a iniciativa das “celas evangélicas” é importante para a consolidação da fé dos novos convertidos:

“Começou pela população, daqueles que se convertem, ter dificuldade de leitura da Bíblia e oração. Eles queriam orar, fazer cultos e os ímpios não aceitavam. Havia uma divisão, porém, tudo o que o guarda e o diretor querem no presídio é tranquilidade. Se há tranquilidade para eles, está ótimo. Então, o que aconteceu: houve uma reivindicação daqueles que se convertiam e de nós enquanto capelães, para que houvesse espaço para aqueles que querem seguir a “palavra”. E aqueles que não querem, que continuem no seu convívio de bebida, de prostituição, do que quiserem. As galerias

em que eles estão são as que dão menos trabalho”.

No discurso dos agentes religiosos evangélicos é recorrente a afirmação de que a iniciativa das igrejas tem contado com apoio dos diretores dos presídios pelos benefícios que suas presenças trazem, principalmente, no sentido de que a religiosidade dos presos promove um ambiente calmo na cadeia, conforme a declaração de um delegado:

“Todas as vezes que acontece um batismo, faço questão de falar aos presos. Acho esse trabalho importantíssimo. Em primeiro lugar porque sentimos que, após esse encontro religioso, os presos ficam mais calmos. Em segundo, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela igreja tem dado resultados”.¹¹

Atualmente existem celas evangélicas em quase todos os presídios do Rio de Janeiro. Cito aqui o Presídio Hélio Gomes no Complexo Frei Caneca o qual visitei na ocasião da pesquisa. Em 2002, aquela unidade possuía uma população carcerária de 920 detentos. Segundo informações dos presos, oito celas eram ocupadas por evangélicos, abrigando 30 homens em cada uma. Isso representava em média, 20% do contingente. Para uma boa convivência naquele espaço, os detentos, orientados pelos agentes religiosos, estabeleceram algumas regras. A manutenção dos cultos no interior das celas era mantida por uma liderança formada para este fim, sendo composta por dirigentes de cultos, instrutor bíblico, tesoureiro (para recolher o dízimo) e conselheiro. Além disso, criaram um estatuto com as seguintes determinações: não brigar nem discutir interpretações doutrinárias das igrejas, não falar palavrões, não contrair dívidas, o uso de aparelhos de rádio e televisão deveria se restringir aos programas edificantes ou educativos. O não cumprimento do estatuto implicava advertência ao companheiro quanto a seu desvio de conduta. Caso houvesse reincidência, o interno retornaria ao convívio com os “pecadores”. Em entrevista

recente, um detento da Lemos de Brito que em 2002 estava no Hélio Gomes revelou que atualmente na Lemos, nem todos os presos evangélicos vivem segregados em tais celas. Disse também que as regras não são tão rígidas quanto no outro presídio e que até alguns presos que têm bom comportamento são aceitos no grupo. Um outro interno também na Lemos de Brito, revelou que prefere conviver na galeria dos “não crentes”, pois ali podem surgir oportunidades de evangelizar os companheiros. Nesta unidade, segundo informação recente do pastor Vicente, agente religioso da Igreja Assembléia de Deus, a Congregação da Lemos de Brito tem 125 membros ativos (batizados e filiados à Igreja Assembléia de Deus Parque Aliança em Duque de Caxias). Além disso, informou o pastor, “tem aqueles que não são membros da igreja, mas freqüentam os cultos para receberem benefício social, como leite para aqueles que tomam remédio e alguns artigos de primeira necessidade”. Num universo de aproximadamente 550 internos, não é desprezível o número de pentecostais. Se a adesão religiosa é estratégica e se produz efeitos sociais efetivos, são questões ainda não respondidas. Vale questionar também, se outras iniciativas estão sendo implantadas para oferecer ao preso melhores condições para o cumprimento da pena e o possível retorno à sociedade.

Conclusão

Nas prisões do Rio de Janeiro, a presença dos agentes religiosos por um lado tem provocado mudanças no ambiente prisional e, por outro, transformado líderes religiosos em parceiros do Estado na administração de conflitos nas prisões, algumas vezes até, atuando com certa autonomia em situações de rebeliões.

Enquanto a visibilidade dos evangélicos nas prisões está crescendo, percebo a atuação dos católicos enfraquecida. O número de agentes religiosos é reduzido, as reuniões acontecem uma vez por semana e segundo informações dos internos, são pouco freqüentadas. Nos

presídios do Complexo Frei Caneca, onde fiz a pesquisa e nas conversas com agentes religiosos católicos, inclusive na época do padre Bruno Trombetta, observei que o catolicismo ali praticado guarda semelhanças com a igreja progressista no seu engajamento na luta pela justiça social em favor dos direitos humanos dos presos. Uma agente religiosa com quem conversei recentemente revelou que, com os presos sua prática religiosa é baseada na “espiritualidade chão” da corrente inaciana, voltada para reflexão sobre os atos cometidos e a consciência da responsabilidade sobre os mesmos. Com a morte do padre Bruno, o discurso de defesa dos direitos humanos dos presos ainda continua presente, embora enfraquecido. Se o Grupo de Renovação Carismática pode ser identificado como movimento de reação da Igreja Católica ao avanço pentecostal nas prisões do Rio de Janeiro, o grupo ainda não chegou.

Bibliografia

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. SP: Ed. Martin Claret, 2002

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

BIRMAN, Patrícia. “*Males e Malefícios no Discurso Neopentecostal*” in: *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1997

BIRMAN, Patrícia e LEITE, Marcia Pereira. “*O que aconteceu com o antigo maior país católico do mundo?*” in: *Brasil – Fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira*. BETHEL, Leslie (org.) RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2002

CNBB – Manual da Campanha da fraternidade, 1997

CNBB – Como Fazer Pastoral Carcerária. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995

COELHO, Edmundo Campos. *A Oficina do Diabo. Crises e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987

DREHER, Martin N. "Protestantismo Brasileiro – Um Mundo em Mudança" in: Estudos Leopoldinenses Vol.1 n° 2, 1997 pg.139-161

FERNANDES, Rubem Cesar. (et al.) *Novo Nascimento – Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998

HERVIEU-LÉGER, Daniele. "Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião?" in *Religião e Sociedade* Vol. 18-1,1997

KANT, Roberto L. MISSE, Michel e MIRANDA, Ana P. "Violença, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: Uma bibliografia." Rio de Janeiro: RBIB n° 50, 2000 pg. 45-123

LEAL, César Barros. *Prisão: Crepúsculo de uma era* Belo Horizonte: Del Rey, 2001

LOBO, Edileuza Santana "Igrejas atrás das Grades": Um estudo sobre a atuação de católicos e evangélicos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. IFCS-UFRJ, Dissertação de mestrado, 2002

MARIANO, Ricardo. "Análise Sociológica do Crescimento Pentecostal no Brasil." Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2001

ORO, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Petrópolis: Vozes, 1996

PAIXÃO, Antonio L. *Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Ed. Cortez e Associados, 1987

Religiosidade: mecanismos de sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal

Laura Ordóñez Vargas
Mestre em Antropologia – UNB

Este trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado, cujo trabalho de campo foi realizado na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDf), tendo a religião como chave de entrada neste universo social. A realidade que se desvendou ao longo da pesquisa mostrou-se rica e complexa em relação à imaginada inicialmente. Assim, o “religioso” junto com outros aspectos da vida prisional feminina como as formas de sociabilidade e a homossexualidade compõem o tripé analítico da minha interpretação. Tal análise supõe um recorte de gênero, visto que a cultura carcerária feminina configura dinâmicas específicas e particulares, quando comparadas às dinâmicas na cultura carcerária masculina.

Neste trabalho, analiso o aspecto religioso sem desconsiderar sua interdependência com outros dois aspectos acima referidos. Para tanto, primeiro realizo uma breve etnografia descritiva sobre a forma como opera a religião na PFDf: as diversas igrejas que assistem as internas, o sistema de participação nos cultos, as manifestações religiosas informais, entre outros. Em seguida, apresento minha escolha analítica para explicitar o papel que os grupos religiosos e o discurso cristão desempenham nesta *instituição total*, conforme a perspectiva dos diferentes atores da comunidade prisional, com ênfase na voz das presidiárias. Esclareço, ainda, que meu propósito não é fazer uma contribuição ao campo dos estudos da religião.

Etnografia

Na PFDf há onze grupos religiosos para assistir as internas. Dentre esses, nove grupos são evangélicos de diferentes denominações: seis grupos Batistas; dois grupos da Assembléia de Deus e um grupo da Igreja Universal do Reino

de Deus. Os outros dois são católicos: a Pastoral Carcerária e a Oficina de Oração Católica. Além desses, há um grupo não religioso, os Narcóticos Anônimos (NA), que é considerado pela instituição como “grupo religioso” porque também ajuda as internas.

Para a pesquisa entrevistei os agentes religiosos da Igreja Batista Primeiro de Julho que trabalham com as mulheres presidiárias há 8 anos; da Igreja Batista Filadélfia, presente há 14 anos; da Igreja Batista Central de Brasília; da Igreja Assembléia de Deus, que trabalha há 4 anos na penitenciária; da Pastoral Carcerária, presente há 12 anos, e, finalmente, do Grupo de Oração Católico que atua com as mulheres, há 7 anos.

Dentre os diferentes grupos evangélicos atuantes na penitenciária, cuja maioria é batista, existem diferenças de “usos e costumes”, mas não de doutrina, pois a base é o Evangelho. Deste modo, todos os agentes religiosos dos grupos batistas consideram suas igrejas “mais liberais, mais avivadas e alegres, porque nos cultos batem palmas e cantam”. A agente religiosa da Assembléia de Deus revela as diferenças de atuação. Descreveu sua igreja como sendo mais ortodoxa nos usos e costumes dentro e fora dos cultos: “nós, assembleianos, não batemos palmas nos cultos, não assistimos televisão, escutamos só música religiosa, as mulheres não podem cortar o cabelo, entre outras coisas”.

Dentre os grupos católicos, a Pastoral Carcerária constitui-se como uma divisão das pastorais sociais que fazem parte da Igreja Católica. Por outro lado, o Grupo de Oração católico é independente da Igreja, mas realiza oficinas com as internas tendo como base do seu trabalho, os preceitos católicos.

O contato entre os agentes dos diversos grupos religiosos acontece uma vez por ano, quando se reúnem na penitenciária para planejar e distribuir os dias e horários da assistência religiosa. A distribuição dos horários, segundo alguns agentes religiosos, é negociada entre a administração e os grupos conforme a disponibilidade de tempo dos mesmos. Deste modo, cada grupo evangélico, dos nove, assiste às internas um ou dois dias do mês; o grupo de Oração Católica realiza duas oficinas ao ano, de quatro meses cada uma, e nesse período assiste às internas quatro dias por mês, ou seja, uma vez por semana; a Pastoral Carcerária ingressa na penitenciária nos três primeiros sábados do mês e ministra a missa durante um destes sábados; e finalmente, o grupo de Narcóticos Anônimos assiste às internas uma vez por mês, aos sábados.

Para entender o sistema de participação nos cultos é preciso descrever, a grosso modo, o complexo penitenciário da PFDF que se divide em quatro blocos. No Bloco I ficam as internas em regime semi-aberto e os homens de tratamento psiquiátrico. O Bloco II destina-se exclusivamente aos escritórios administrativos dos agentes penitenciários e funcionários. O Bloco III abrange a maior parte da população carcerária, ou seja, as internas em regime fechado. Esse bloco, por sua vez, está dividido nas alas A, B e C. Finalmente, há o Bloco IV que não está em funcionamento.

No momento da pesquisa, a participação das internas nos cultos evangélicos dependia da coincidência entre o horário designado ao grupo religioso e o horário do “banho de sol” no pátio. Assim, por exemplo, se aquelas que ocupam a ala C se encontrassem no pátio no horário da Igreja Primeiro de Julho assistiam ao culto. No entanto, para participar dos dois grupos católicos, era preciso inscrever-se numa lista, dado que os sábados eram os dias agendados para a Pastoral Carcerária. Também, se fazia necessário agendar a participação no Grupo de Oração que realizava sua assistência em forma de oficinas.

Em junho de 2003, a Fundação INTEGRA (Instituto de Integração Social e de Promoção à Cidadania), cuja presidente é Weslian Roriz, esposa do governador do DF, e a vice-presidente, Lucia Vittá, que lidera os grupos de oração católicos, construiu no Bloco III de regime fechado uma Capela Católica e, ao lado, um espaço ecumênico evangélico. Ambos os espaços são destinados à realização dos cultos com as internas desse bloco. No momento da pesquisa alguns cultos eram realizados ainda no pátio e outros nesses espaços. No Bloco I, de regime semi-aberto, os cultos evangélicos são realizados no pátio e, nos dias de sábado que correspondem à Pastoral Carcerária, as internas são levadas ao Bloco III para assistir aos trabalhos de evangelização ou à missa.

Segundo estatísticas de junho de 2004, ingressaram na penitenciária 44% de católicas, 27% de evangélicas e 1% de espíritas, de um total de 300 internas. Os 28% restantes não informaram ou não possuíam religião. Essas estatísticas revelam que 49% das internas assistem aos cultos evangélicos e 35% às missas católicas. Não quer dizer que a adesão das internas seja exclusiva, visto que, na realização da pesquisa, muitas responderam participar de ambos os cultos.

Por motivos de “segurança”, isto é, para controlar as brigas no pátio, a administração mudou o sistema de participação das internas nos cultos. O novo sistema começou a vigorar em Janeiro de 2005. Deste modo, foram criadas duas listagens únicas: a evangélica de qualquer denominação e a católica fazendo com que as internas tenham que escolher entre o evangelismo e o catolicismo. Também foi determinado, de forma contrária ao sistema anterior, que as internas a participarem dos cultos ou missas devem ser aquelas que estão nas celas e não as que se encontram no pátio em “banho de sol”. Assim, por exemplo, se a ala C encontra-se no pátio, são as internas da ala A ou B as que assistem aos cultos realizados obrigatoriamente nos espaços religiosos.

Dentro da penitenciária observei dois cultos religiosos nas duas Igrejas Batistas: a Batista

Central e a Batista Primeiro de Julho (IBPJ). O primeiro foi realizado no pátio da ala do regime semi-aberto com a participação de 16 internas e o segundo no espaço de realização dos cultos evangélicos, contando com a presença de 25 internas. Os cultos seguiram a mesma liturgia das igrejas evangélicas de fora: o momento de cantar e louvar e o momento da palavra do pastor que inclui a leitura da Bíblia. Igual a todos os cultos dentro da penitenciária, estes tiveram duração de uma hora e meia a duas horas.

Além dos grupos e dos cultos religiosos evangélicos e católicos, a prática religiosa se estende a manifestações informais entre a população carcerária que – de forma individual ou grupal – durante as noites, nas celas ou em outros espaços, se reúne em campanhas, jejuns, grupos de oração e leitura da Bíblia. Há também, segundo as internas, manifestações religiosas informais individuais não cristãs como de espíritas, budistas, místicas e da Igreja Messiânica. Cabe ressaltar ainda que, na PFDF, algumas internas não têm religião. Em relação às práticas das religiões afro-brasileiras como o candomblé e a umbanda, não encontrei nenhum indício da sua presença na penitenciária. Segundo o relatado por todas as internas que entrevistei e pelas agentes penitenciárias, essas práticas religiosas não fazem parte do cotidiano prisional.

Escolha Analítica

Em primeiro lugar destaco o fato de tratarmos, neste trabalho, com sujeitos multiplamente excluídos: são mulheres, pobres e não-brancas. A esses fatores soma-se o processo de aprisionamento que produz outra exclusão: são “criminosas”. Dois ritos de passagem marcam o processo de mudança identitária das internas, a saber, o momento de ingresso no sistema e o de saída. Observamos que a antiga identidade que a mulher dispunha quando em liberdade fica suspensa e nasce a identidade de mulher encarcerada que é institucionalizada. Essa nova identidade resulta da intromissão inde-

sejável e forçada da instituição no reduto da individualidade da presidiária. Resulta no controle de todos os aspectos da sua vida e da sua rotina e da invasão da sua reserva simbólica individual (Foucault, 1975). Em função desse processo que sofre a identidade da presidiária e do contexto de poder/submissão exacerbado em que é colocada examinarei, a seguir, minha escolha analítica.

Como já afirmei anteriormente, o papel que desempenham os grupos religiosos e o discurso cristão, ou seja, o aspecto religioso, constitui uma das partes de um tripé analítico – formado também pela “sociabilidade” e pela “homossexualidade” – que atuam como tecnologia e estratégia de poder e de controle institucional e administrativo sobre a massa carcerária com a finalidade de tê-la mais dócil e menos “revoltada”. Atuam ainda como mecanismos de “adaptação-resistência” que adotam as internas para driblar e mitigar as tensões e as dores do dia a dia do aprisionamento e para sobreviver ao extremo estado de repressão e contenção em que se encontram submetidas, segundo a máxima de Foucault (1976) que diz que “onde tem poder, tem mecanismos de resistência”. Tal relação entre poder e resistência apresenta-se, no contexto carcerário, de uma forma veemente e gritante.

O conceito de mecanismos de adaptação-resistência é híbrido. Nele comportamentos e discursos aparentemente adaptativos aparecem simultaneamente como formas de resistência. O discurso híbrido é aquele onde falam concomitantemente e em tensão o sujeito reduzido a uma posição de subalternidade e o sujeito rebelado, insatisfeito (Segato, 2003:249). Esses mecanismos são espaços intermediários e brechas do sistema prisional, onde a vida e a singularidade pedem passagem subordinadas e limitadas ao poder e controle e, ao mesmo tempo, em coexistência negociada com eles.

Dessa forma, a religiosidade, a sociabilidade e a homossexualidade como mecanismos de adaptação-resistência são cruciais para a

sobrevivência da presidiária que depende de um equilíbrio entre submissão, adaptação e resistência.

As estratégias de poder e controle institucionais incidem sobre as formas de sociabilidade e as relações interpessoais fomentando um ambiente de extremo individualismo, pois com a existência de união e de solidariedade coletiva é mais difícil controlar a massa carcerária. Deste modo, desenvolve-se o sistema prêmios e castigos que incentivam a lealdade para com as agentes penitenciárias. Como mecanismo de “adaptação-resistência” as internas produzem um duplo isolamento, ou seja, “isolamento dentro do isolamento” que se configura de modo particular numa penitenciária feminina se comparada a uma masculina. É uma forma de guardar para si um resto de identidade, a constituição de uma reserva de subjetividade intocada em meio a um contexto que ‘institucionalizou’ sua identidade.

Os envolvimento homossexuais são percebidos como consequência da repressão e das dificuldades impostas pela instituição às relações sexuais e afetivas heterossexuais. As relações homossexuais atuam como mecanismo de adaptação-resistência para algumas internas, pois criam uma alternativa de solidariedade, de sociabilidade e de afetividade, em pares, dada a dificuldade de organizar-se em grupos. Com isso, desenvolve também uma singularidade e um senso de identidade frente a um outro, no caso, a parceira.

A presença dos grupos religiosos e a circulação do discurso religioso atuam como uma estratégia indireta da instituição para manter calma e dócil a massa carcerária. Para as internas, assistir aos cultos e a presença dos grupos religiosos são formas de passar o tempo de ócio, de escutar palavras de conforto, de ter canais de contato com pessoas de fora do presídio. A adoção do discurso religioso cristão por parte das internas é uma forma de criar sentido, finalidade e transcendência à vida intramuros, onde aquela que não consegue se singularizar

aos olhos do mundo, consegue se singularizar aos olhos de Deus.

Por meio da extrema individualidade em relação ao coletivo, dos envolvimento homossexuais como alternativa restante de sociabilidade, solidariedade e afetividade, e através da religiosidade como refúgio e alívio espiritual, as presidiárias resistem e se adaptam à realidade prisional, preenchem de sentido a nova identidade e a vida atrás das grades, bem como criam caminhos de volta à singularidade expropriada pela instituição. Singularidade vital que se realiza de diversos modos: a partir de si mesma, a partir de uma outra interna e a partir da divindade.

Papel dos Grupos Religiosos: Como Poder e Controle

Na penitenciária masculina do DF comumente conhecida como a ‘Papuda’, os grupos religiosos, particularmente, os evangélicos, constituem uma segunda administração penitenciária e concentram o poder de decisão entre a massa carcerária. Os espaços físicos e simbólicos exclusivos dos crentes são espaços de resolução dos conflitos e de proteção contra a violência e os juramentos de morte entre os grupos de internos (Segato, 2001). O mesmo não acontece na PFDF devido ao baixo índice e grau de violência física e devido à inexistência de mortes entre as internas. Deste modo, a organização política, econômica e espacial da massa carcerária feminina não está vinculada aos grupos religiosos.

Na perspectiva de agentes penitenciários e não penitenciários, a assistência religiosa, bem como a circulação do discurso religioso cristão, desempenha um papel positivo do ponto de vista individual e institucional. Com isso, para as agentes e a administração penitenciária, os grupos religiosos constituem um mecanismo indireto, mas efetivo, de controle sobre a massa carcerária, uma vez que sua presença no cotidiano prisional suaviza e ameniza as tensões

diárias das internas tornando-as mais dóceis. Assim, afirmaram:

“É um culto de apoio para as internas válido e positivo. Também nos ajudam a ter as internas menos revoltadas” (Agente Penitenciária).

“Os grupos são ótimos, ajudam as internas e dão palavra de conforto, são grupos religiosos e ao mesmo tempo terapêuticos. Eles dão sossego às internas” (Agente Penitenciária).

A psicóloga da instituição reforça o papel dos grupos religiosos como mecanismo de controle indireto assim como o equipara ao papel do tabagismo e das drogas. Em sua opinião todos eles ajudam a tranquilizar as internas e a diminuir a ansiedade que, na situação de encerramento, é muito alta:

“Os grupos têm uma função de trabalhar a auto-estima, trabalhar a questão do perdão. Eles trabalham o momento presente, não olham as causas, a origem. Essencialmente, a função deles, é uma função ansiolítica. Eles diminuem a ansiedade, através da reza compulsiva, da leitura compulsiva da bíblia, dos cantos. É uma forma de diminuir a ansiedade geral com todos os limites que a gente possa ver, mas é uma função. Tem que ter alguma forma. Do mesmo modo que o tabagismo, a maconha, as drogas, como tem os remédios. Os grupos têm uma função sadia, pelo menos abaixa a ansiedade e não tem efeitos colaterais químicos.”

Para os grupos o papel e o objetivo principal do seu trabalho, dentro da penitenciária, são a evangelização e a conversão religiosa como se evidencia nos seguintes depoimentos:

“A nossa pretensão é a conversão usando a Bíblia como instrumento. Se você prega para 100 mulheres e uma aceita, isso já é vitória” (Primeiro de Julho).

“Nosso objetivo é transformar elas para Cristo, levar a palavra de Deus, a Bíblia e a palavra da verdade. Agora, tem dias que a gente mostra o céu, e tem dias que a gente mostra o inferno para elas” (Assembléia de Deus).

“Gosto de fazer trabalho ecumênico porque no final, o que é religião? É re-ligar o homem com Deus, então é isso que nós fazemos, não vamos discriminar religião. Para nós o conhecimento bíblico é fundamental, por isto, nosso objetivo é evangelizar, levar a palavra de Deus e ressocializar as pessoas” (Pastoral Carcerária).

Para os agentes religiosos o trabalho de assistência religiosa na penitenciária constitui-se em uma forma de realizar sua missão filantrópica e proselitista:

“Muitas falam para nós, que o que a gente faz é um conforto espiritual. A gente faz um trabalho de evangelização sem discriminação de religião, é um conforto para elas e para nós. Eu falo para elas: a sociedade pode falar que vocês são lixos, mas vocês são lixos recicláveis, são super importantes” (Pastoral Carcerária).

“Eu não as vejo como pragas, as vejo como pessoas que podem ser recuperadas pelo poder de Deus, como pessoas carentes, que precisam ajuda, por isso eu vou lá, com o propósito de levar algo de Deus para suas vidas” (I. Batista Central de Brasília).

Os grupos religiosos promovem ajuda material com a doação de cestas básicas às famílias das internas mais carentes e de objetos de uso pessoal e de asseio para as internas e seus bebês como fraldas, absorventes, desodorantes, cremes, sabonetes, entre outros. Eles também são os maiores doadores para os eventos festivos da instituição, mas na atual gestão, a contribuição material dos grupos é feita indiretamente às internas via administração penitenciária.

Religião: Discurso dominante e mecanismo de adaptação-resistência

Do ponto de vista das internas, os grupos religiosos atuantes e o discurso cristão presente na prisão desempenham um papel de profunda eficácia individual sobre o grupo de mulheres que compõem:

“Os grupos são um ‘refrigério’ para nossa alma, eles são divinamente maravilhosos. Nós somos muito carentes da palavra de Deus aqui dentro, a gente enfraquece sem o grupo religioso, eu mesma estava fraca. O aprender vem de ouvir, ouvir é fundamental ”
(Interna).

“Os grupos são maravilhosos, ótimos, é muito bom. Dão uma paz de espírito muito grande. São muito significativos, dão palavras de conforto e levantam o ânimo da gente. Deus para mim mudou tudo, é ele que me dá forças para superar e suportar tudo o que eu já vi e já vivi, se não fosse por Ele acho que não agüentaria Para mim a cadeia é um lugar que o diabo fez e nem ele suportou ficar, deixou para nós...”
(Interna).

“Adoro os grupos religiosos, a gente aqui dentro precisa orar, dá mais força para a gente conversar e trocar palavras com Deus” (Interna).

Como outra face da mesma moeda, para as internas, a presença dos grupos religiosos, bem como a adoção do seu discurso, são como um mecanismo de ‘adaptação-resistência’. Dada a necessidade e a possibilidade os grupos e o discurso religioso preenchem de sentido e de finalidade a vida atrás das grades para muitas internas. Através deles, as internas se singularizam frente a Deus e frente aos agentes religiosos. Aliás, o discurso cristão é professado e está completamente internalizado na narrativa das internas.

A presença de grupos de religiosos além de proporcionar às internas um suporte emocional, são um parêntese no cotidiano prisional que as anima e lhes dá força para suportar o cativo. Do mesmo modo, o discurso de “libertação”, principalmente dos grupos evangélicos, ao dialogar por oposição com a realidade do aprisionamento, coloca uma oferta alternativa de “liberdade” numa situação onde o desejo de ser livre se torna muito presente.

Uma das entrevistadas e ex-presidiária relata sua experiência de “libertação” quando esteve pela segunda vez dentro da penitenciária:

“O encontro com Deus foi à segunda vez que estive na cadeia. Da primeira vez eu não fui tocada, o que me mantinha era saber que meu filho estava me esperando. Da segunda vez, eu sentia a necessidade de um encontro com o Senhor. Aí, eu estava caminhando no pátio e encontrei um folheto que me tocou profundamente e rapidamente. Falava que tinha dois deuses: deus e o diabo, ou eu escolhia a vida ou escolhia a morte. Nesse momento eu fui tocada no coração, de um momento para outro eu aceitei Jesus. Desde esse dia somos só eu e Deus. No outro dia falei com os irmãos da Igreja Primeiro de Julho e me converti. Sou outra pessoa, me libertei. A vida que estava levando ficou para trás, já não penso mais em traficar, agora só quero ser uma pessoa honesta e trabalhar. Foi uma mudança de vida, de hábitos, de desejos, de tudo. Muda-se do ódio para o amor (Ex-Interna).

Do mesmo modo, as internas reconhecem o valor do aprendizado religioso que se realiza na cadeia:

“Por uma parte eu acho ruim ter vindo à cadeia, mas por outra acho bom, porque eu aprendi, aprendi como realmente é realidade, porque lá fora eu estava sendo induzida pelo inimigo, estava fazendo obras

malignas que não é a favor de Deus. Se eu não tivesse estado aqui dentro não teria aprendido tudo o que aprendi” (Interna).

Antônia, uma das duas internas com quem tive contato na minha primeira entrada no cárcere, chegou a referir-se à cadeia como a melhor alternativa de sobrevivência colocada por Deus:

“Cadeia foi a melhor coisa que me aconteceu, eu agradeço estar aqui, se eu não tivesse sido recolhida estaria morta. Eu era muito viciada, muito, eu já nem...eu estaria morta mesmo. Foi Deus quem me colocou neste lugar, aqui eu conheci nosso Pai Salvador. Desde que conheci a palavra do Senhor, a Antônia que entrou, morreu.”

Agna, que tem uma condenação de 50 anos, não comete suicídio porque o suicida, na “lei de Deus”, é condenado:

“Eu vou te falar a real aqui, porque não é da lei de Deus, se não eu se mataria. Se não existisse Deus, se não estivesse na lei de Deus que o suicida é condenado, eu se suicidaria, porque eu preferiria eles terem me dado uma sentença de morte, porque aos poucos eles estão me matando.”

Mesmo sem acreditar na doutrina proferida pelas igrejas, algumas internas assistem aos cultos porque estes são espaços e momentos que preenchem o tempo de permanência no ócio e permitem contato com o mundo de fora. Isto porque os cultos são uma das escassas alternativas de sociabilidade, de conforto e de transcendência na cadeia:

“Aqui nós temos sede da palavra de Deus, de conversar com pessoas que não sejam daqui, senão a gente fica muito reprimida” (Interna).

Os grupos religiosos, em algumas ocasiões, atuam como agentes de re-inserção ou de “purificação social” para as ex-presidiárias que adotando a identidade religiosa, de “crente”

ou de católica, “limpam” seu estigma de criminosas. Isto lhes ajuda a viabilizar alternativas de emprego por meio das pessoas da igreja, pastores, padres ou “irmãos de fé”. Foi o caso de duas ex-presidiárias que entrevistei:

“Eu cuido de uma velhinha que é mãe de uma irmã da fé. Foi muito difícil arrumar esse emprego porque se eu falava que era ex-presidiária para as pessoas aí não ia conseguir nada. Eu não vou falar e não vou mentir. Mas se não me perguntam eu não vou falar, vou ficar calada. Se me perguntam eu falo” (Ex-Interna).

O universo prisional é um lugar pobre de alternativas discursivas. Nesse contexto, o discurso cristão ou de ‘superioridade moral’ se faz onipresente e concentra, monopoliza e regula a palavra no cárcere e, com ela, as vias de acesso ao bem, à auto-reflexão, à auto-avaliação e à redenção. A conversão religiosa passa a ser o único caminho possível para transformação individual. Ainda que existam outros discursos circulando no universo prisional, como o discurso psiquiátrico, psicológico e de narcóticos anônimos, o discurso cristão preenche o leque de alternativas discursivas que a instituição, por meio dos grupos religiosos, privilegia e disponibiliza às internas. Deste modo, o discurso bíblico, na PFDF, torna-se o recurso discursivo mais rico para as internas: “é ele e somente ele que, na maioria dos casos, preenche a lacuna das figuras discursivas características do encerro prisional” (Segato, 2001:138). Aliás, a Bíblia, é o único livro que as internas podem possuir nas celas e nos pátios sem nenhuma restrição. É necessária a presença de outros arcabouços discursivos através dos quais as presas possam assumir seus crimes e suas vidas com uma atitude responsável e reflexiva: “onde é responsável quem se torna capaz de responder pelo que fez frente aos outros e de recuperar o sentido dos seus atos de forma reflexiva e crítica” (Segato, 2003).

Questiona-se, com isso, a “contenção da palavra” no universo prisional que impede as

internas de relatar suas autobiografias a partir de múltiplas vias discursivas; e que não limitem nem polarizem a concepção de si mesmas sobre supostos dicotômicos, descontínuos e excludentes como os que estão contidos no discurso cristão que, ao focar e trabalhar o presente do sujeito, ignora e apaga os contextos originários destas mulheres.

Cabe ainda questionar a relação que se estabelece entre conversões e reincidências. É necessário ouvir as presidiárias que não aderem aos grupos religiosos, assim como as internas que, ainda que se filiem a esses grupos, mantêm comportamentos e práticas que, para tais religiosos, são inaceitáveis. A homossexualidade, por exemplo, claramente se distancia do modelo “do bom e do certo” que propõe o discurso cristão. Este discurso na PFDf cria uma equação que equipara conversão religiosa com re-socialização da interna. Propõe um modelo de transformação individual que necessariamente passa pela conversão religiosa, onde, pela “intervenção e poder de Deus“, a interna “morre“, deixa para trás sua anterior vida de criminosa – associada à influência do demônio e do mal – e renasce para uma nova vida, convertida numa nova pessoa de Deus e do bem:

“Do mês de janeiro a agora (julho) já se converteram 100. A gente oferece: quem quer aceitar a Jesus aí, quem quer levanta a mão. Isso é conversão. Na hora que ela fala eu quero, isso é conversão. A nossa conversão é aceitar a Jesus como o senhor e salvador da vida. Se alguém levanta a mão, essa pessoa está mudando o modo de viver por outro modo, pelo nosso modo. Nós não fumamos, não fazemos coisa errada, somos pessoa do bem, só orar...isso é uma conversão. A pessoa se libertou do pecado, não vai querer mais matar, mais assaltar, mais mexer com drogas, vai se converter. A vida de ontem fica para trás” (I. Batista Filadélfia).

“A conversão é mudar de vida, mudar de caminho, realmente abandonar tudo

aquilo que é errado. Conversão tem que ser diária. A cadeia é uma faculdade do crime. A pessoa entra com um crime simples frente à sociedade e a pessoa sai realmente revoltada. Então tem que realmente mudar, senão nós vamos ter reincidências constantes” (Pastoral Carcerária).

Entre católicos e evangélicos há variações frente à conversão. Entre o discurso da Pastoral Carcerária e o discurso dos grupos evangélicos, grosso modo, podemos dizer que o católico explicita uma preocupação social que é mais condizente com a realidade e com o contexto que envolve as internas, enquanto o evangélico manifesta uma preocupação de tendência mais individual, uma preocupação com a relação da pessoa com Deus.

Por trás das conversões religiosas evangélicas, segundo Rita Segato (2003:7), existe um vocabulário de “morte” e “renascimento”, onde o sujeito nega absolutamente reconhecer-se nesse outro, que perpetrado o crime. Essa estratégia de ter sido outro, já morto, faz com que a pessoa se exima da sua responsabilidade e desconheça a razão dos seus atos passados, deslocados e não assumidos, pelo sujeito que se diz atual. Assim, por exemplo, se uma interna assaltou, matou ou traficou, seu crime, avaliado em termos de pecado, fica sob a responsabilidade da ação do diabo ou de algum encosto que decidiu no lugar dela.

Desse modo, na conversão religiosa dos evangélicos, a responsabilidade pelas ações passadas do sujeito encarcerado é depositada nas ações do “inimigo” e a responsabilidade das ações presentes e futuras ficam nas mãos de Deus. Para quem já está sob um regime tutelar, privado de toda singularidade e responsabilidade, depositar o pouco que resta de si no poder e na vontade divina não contribui, de forma alguma, com o suposto de devolver à sociedade um indivíduo preparado para viver em liberdade. Segundo agentes penitenciários, agentes religiosos e internas são comuns os casos de ex-dententas que se converteram na

prisão e ao alcançarem à liberdade reincidiram no crime e voltaram para a cadeia:

“Tem realmente poucas internas que, quando saem, continuam freqüentando a Igreja. Estas mulheres lutam como umas leões todos os dias para não roubar ou não traficar, ainda vendo os filhos com fome. Outras aparecem na Igreja no começo, para pedir cestas básicas para suas famílias e depois, somem e voltam para o crime e para cadeia” (I. Primeiro de Julho).

“Tem muita gente que se escuda atrás da Bíblia, tipo um falso profeta, que fala de Deus, mas a mente está virada para o crime. Têm umas que se convertem somente aqui dentro. Quando saem começam a cair na gandaia, esquecem de Igreja, esquecem de tudo, caem nas drogas e voltam para cadeia. Isso acontece muito” (Interna).

Os parâmetros do discurso cristão colocam, às vezes, metas e modelos tão inatingíveis que impedem as internas de se pensar como “uma boa pessoa”. Observamos tal situação nos depoimentos de algumas internas que mudaram sua forma de agir e de pensar, acreditam em Deus, mas não conseguem se considerar convertidas, ou seja, suficientemente “boas”:

“Eu não sou convertida, a pessoa convertida é mais sábia e eu não tenho toda aquela sabedoria. Às vezes sou muito esquisita, pois como levo tanto tempo aqui, às vezes fico revoltada, não quero falar com ninguém, fico isolada, mal-humorada, por isso não me acho convertida” (Interna).

“Aqui dentro não vou me converter, porque você vê pessoas que é só sair do culto e já estão te batendo com a mesma Bíblia. Seguir Jesus é difícil e aqui dentro mais” (Interna).

Do mesmo modo, neste modelo do “bem” cristão, a homossexualidade é “pecado”. Assim, o discurso evangélico, diferente do

católico, é repressivo e radical frente a esta prática na PFDF:

“A homossexualidade é um negócio demoníaco, mulher com mulher, homem com homem, nós somos contra. A gente então tenta botar religião na cabeça delas. A palavra de Deus diz que vão para o inferno, isso é coisa do demônio. Se as mulheres são lésbicas e aceitam Jesus, elas têm que deixar. Geralmente quando são lésbicas elas ficam sem religião, porque elas sabem que estão erradas.” (I. Batista. Filadélfia)

“A gente mostra que mulher com mulher é pecado. A gente mostra como o diabo tenta as pessoas a fazer coisas erradas, coisas que são abomináveis aos olhos de Deus. Quando a Bíblia fala do lesbianismo fala que é pecado. Elas vão receber a punição pelo seu erro, Deus castiga e ele sabe direitinho como cobrar” (Assembléia de Deus).

A homossexualidade é uma prática muito freqüente no contexto prisional e a homofobia exacerbada dos grupos religiosos afasta as mulheres deles, mas não necessariamente da religião, criando conflitos entre a sexualidade e a religiosidade das internas:

“A mulher da batista me ajudou muito durante todo o tempo que estive aqui, mas quando falaram para ela que eu estava com outra mulher, ela ficou doida e me disse que não acreditava isso de mim, que não fosse decepcionar ela, que se eu estivesse com outra mulher ela não ia a vir mais a me visitar. Aí eu fiquei pensando, porque na Bíblia diz que o homossexualismo é abominável aos olhos de Deus. Ai eu fico pensando também esse lado, de eu não receber uma benção de Deus, de ele não olhar para mim porque sigo o caminho do homossexualismo. Eu no começo fiquei muito confusa, mas o que eu estava sentindo era mais forte, aí eu comecei a me afastar das religiões, de orar, voltei a fumar,

pegava pouco a Bíblia. Eu sabia que o que eu estava fazendo era errado” (Interna).

“Eu acho o lesbianismo mais afetivo e mais carinhoso, mas na lei de Deus está homem com mulher e vice-versa, se não fosse pecado seria ótimo. Eu acho que é pecado e que eu sou pecadora, porque não é da lei de Deus, não é certo. Mesmo eu crendo e acreditando em Deus eu continuo no pecado, é isso. Mas eu prefiro ficar com mulher. Para mim lidar com isso é muito difícil porque eu fico em dúvida e com raiva. Eu quero seguir a bíblia, mas é muito difícil para mim, eu não gosto de homem” (Interna).

Segundo as internas, existem mais “conversões sexuais” do que religiosas na penitenciária: um maior número de internas vira lésbica do que “crente” ou católica. A penitenciária disponibiliza às internas o acesso ao discurso cristão que monopoliza as escassas alternativas discursivas do universo prisional, como já salientamos anteriormente.

Para muitas internas, o papel que desempenham os grupos religiosos e o discurso cristão constitui, junto com a sociabilidade e a homossexualidade, um dos mecanismos de adaptação-resistência, ou seja, atuam como caminhos de volta à singularidade dentro do contexto prisional. Neste processo podem singularizar-se diante de si mesmas, das parceiras e do Deus cristão. Estes compõem o tripé fundamental para preencher de sentido e dar finalidade à vida e ao dia a dia atrás das grades. Constituem-se em razões essenciais para a sobrevivência ao aprisionamento.

Bibliografia

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *Historia de la sexualidad: La voluntad del saber*, Tomo 1, México: Siglo XXI, 1984.

RICHETTE, Christian. “I’ve Got The Promise of an Eternal

Life: Religion and Personal Identity among Pentecostal Ex-Alcoholics in Sweden”. In Jan-Ake Alvarsson & Rita Laura Segato (eds): *Religions in Transitio: Mobility, Merging and Globalization in the emergence of Contemporary Religious Adhesions*. Sweden: Uppsala University Library, 2003.

SEGATO, Rita Laura. “Religião, Vida Carcerária e Direitos Humanos”. In Novaes Regina (org.). *Direitos Humanos, Temas y Perspectivas*. Rio de Janeiro: ABA/ MAUAD/ Fundação Ford, 2001.

----- “El Sistema Penal como Pedagogia de la Irresponsabilidad y el Proyecto Habla Preso: el derecho humano a la palabra en la cárcel”. En: *Serie Antropologica* # 329. 2003.

Religião, vida carcerária e direitos humanos

Rita Laura Segato
Antropóloga
Professora do Departamento
de Antropologia da UNB

40

Comunicações do ISER

O Trabalho na Papuda

Freqüento o presídio masculino de Brasília, desde 1993, e desenvolvi nele dois projetos diferentes, além de ter orientado algumas pesquisas de alunos realizadas nesse e em outros estabelecimentos penitenciários da cidade. Minha primeira pesquisa no espaço carcerário começou, como disse, em 1993, no presídio conhecido como “Papuda”, que era uma antiga fazenda; porém, seu nome oficial é Centro de Internação e Reabilitação do Distrito Federal (C.I.R.). Tanto esse como o outro projeto posterior foram realizados junto a alunos: alunos de antropologia, de psicologia, de direito e uma equipe de trabalho dentro da cadeia. O que tentarei mostrar aqui é em que momento a religião finalmente entrou no campo dos fenômenos interessantes para a compreensão do ambiente carcerário.

O que deu início, em 1993, a essa longa relação da Universidade de Brasília com a cadeia da cidade foi uma solicitação do Secretário de Segurança do Distrito Federal, naquela época, o Coronel Brochado, que demandou à Universidade que produzisse um conhecimento sobre a violência sexual na cidade, pois, nas estatísticas, Brasília figurava com o maior índice desta violência do país. Para responder a essa solicitação, o Reitor Ibañez chamou a um grupo de professoras da UnB que trabalhavam com a questão de gênero para entender a questão da violência sexual no âmbito local. Desde o começo, eu pedi para trabalhar com os estupradores condenados, interessada nos enigmas que seguramente albergava a memória das pessoas que tinham sido capazes de perpetrar esse tipo de violência.

Neste primeiro período, o que mais impressionava eram as ótimas condições de trabalho que a gente tinha, quase as de um terapeuta: conversas íntimas, até com almofadões no chão e bastante privacidade para podermos dialogar com o preso, tentar entender que fantasmas habitavam a mentalidade de um estuprador.

O primeiro grande descobrimento da pesquisa foi perceber que o mesmo estranhamento e espanto que qualquer leitor sente ao ler sobre um crime horrendo numa página de jornal é sentido também, a respeito desse ato, por quem um dia o perpetrara, quando esta pessoa já se encontra há algum tempo presa e condenada. A passagem desse ato ou da sua memória para o discurso, pelo menos e caracteristicamente para o Brasil, é marcada por intenso pudor e repressão. O condenado em questão manifesta um estranhamento perante aquele gesto e experimenta o crime como ininteligível desde sua nova perspectiva.

A segunda grande percepção estava relacionada à carência de léxico, de ferramentas discursivas, à falta de exposição a discursos que estes presos revelavam, mostrando-se, portanto, impedidos de operar um processo de reconhecimento e de elaborar uma versão possível da sua identidade e de seu drama de vida. Essa impossibilidade de “narrar-se” não pesava somente em relação a nós, que queríamos saber, mas em relação a eles mesmos e à sua própria necessidade de se analisarem de alguma forma, para refletirem sobre sua ação. A ferramenta por excelência para esta análise é a palavra, e este recurso se faz disponível somente na medida em que se toma contato com uma variedade de discursos mais sofisticados que poderão logo ser manipulados na perse-

guição de um sentido para o feito – perante si mesmos e perante os outros.

Em terceiro lugar, vem a relação particular que os presidiários estabelecem com a religião, tema da palestra de hoje¹. Dentro do universo de recursos discursivos rudimentares no interior da cadeia, o recurso do discurso bíblico vai ser, no mais das vezes, o recurso discursivo mais rico com o qual a maioria destas pessoas vai estar em contato. É ele e somente ele que, na maior parte dos casos, preenche a lacuna das figuras discursivas característica do encerro prisional. Uma das entrevistas com um dos estupradores foi reveladora deste aspecto particular de carência: o preso fez esforços por relatar-nos uma tentativa de conversão que realizou e seu subsequente fracasso. O seu enunciado foi o seguinte: “eu quis ser bom, mas eu não posso ser bom. Eu tentei me tornar um irmão na maneira de vestir, de falar. Estudei a Bíblia, tentei obedecer aos preceitos e às exigências que os irmãos têm obrigação de obedecer. Mas não consegui, eu fracassei. *Eu sou mau*”.

Dois Direitos Humanos ausentes nas Declarações e Pactos Internacionais: à Redenção e à Palavra

No seu livro *Nova Criminologia à luz do Direito Penal e da Vitimologia*, Antonio Beristain faz referência a um direito humano faltante, que ele descreve como “o direito ao perdão” – ativo ou passivo, total ou parcial – como direito básico de todas as pessoas e, portanto também, dos autores de faltas, de delitos e de crimes graves. Esse não está formulado expressamente em nenhuma das declarações, nem nos pactos internacionais. Mas, segundo nossa opinião, deve reconhecer-se teórica e eficazmente, em nível universal, nacional e local. (p. 58)

A partir da minha experiência na Papuda, identifiquei a necessidade de formular um direito humano próximo – mas não idêntico – ao que Beristain aponta, mas que eu definiria como “o direito humano à redenção”. Seria longo

examinar esta proposta exaustivamente na presente ocasião, mas basta dizer que entendo o direito à redenção como dependente de um ato de auto-perdão, por sua vez, dependente de um desenvolvimento do sentido da responsabilidade. Isso quer dizer que o ato de auto-perdão referido se encontra longe de um ato de esquecimento. Ambos processos somente podem desenvolver-se quando duas condições se encontram garantidas:

1. a vida num ambiente com recursos discursivos ricos em figuras de reconhecimento e capaz de informar a auto-indagação e a reflexão;
2. a possibilidade do registro, da circulação e da inserção extra-muros (além cárcere) das narrativas resultantes. Quer dizer que, nesta perspectiva, “o direito à redenção” está profundamente atrelado ao “direito à palavra”, este último nos dois sentidos já mencionados: como “acesso à palavra” e como “projeção da palavra”.

Este desenvolvimento de conceitos deslançou, como vinha relatando, quando percebi que acontecia, no presídio, um verdadeiro monopólio das vias de acesso à redenção. Tratava-se, e ainda se trata, de um monopólio religioso que concentra e regula, também, o acesso à palavra no cárcere. Os cristianismos, particularmente os pentecostalismos e, mais tarde, a missão carismática, que classifico como religiões de “superioridade moral”, detinham, como ainda detêm, as vias de acesso ao bem, os discursos para que as pessoas possam se dizer boas, sendo o texto bíblico a grande fonte dessas figuras. Fora delas, nenhum outro tipo de narrativa capaz de providenciar às pessoas com recursos discursivos para elaborar um discurso de auto-indagação, auto-avaliação e de aspiração moral se encontrava à mão.

Contra o monopólio cristão do discurso da redenção

Eu classifico as religiões em dois grandes grupos, as religiões da “superioridade moral”, ex-

¹ A autora refere-se ao curso “Direitos Humanos, Temas e Perspectivas”, atividade prevista em um convênio de cooperação entre a Associação Brasileira de Antropologia – ABA e a Fundação Ford, realizado entre novembro e dezembro de 2000 na sede do ISER.

pressas principalmente pelo cristianismo, que possibilita o acesso ao bem, mas também detém o monopólio do bem, dos discursos do bem, e as religiões que defino como “trágicas”, paradigmaticamente o candomblé, pelo qual o que se faz é colocar ao alcance das pessoas um conhecimento mitológico e um vocabulário que permite ao ser humano suportar o seu destino trágico, mas que não pretende superar este destino e sim possibilitar que a pessoa possa se situar em relação ao mundo. Este é um discurso que garante também uma forte estrutura moral para suportar a tragicidade do destino humano como consequência da presença do mal no mundo, do sofrimento no mundo.

As religiões de “superioridade moral” entram nos presídios e monopolizam os discursos que permitem a redenção, e é isto que o exemplo citado do preso que não conseguiu “ser bom” expressa. Não havia outro caminho possível para ele poder chegar a se considerar bom ou capaz do bem.

Isto me levou a propor um projeto que eu idealizei e que se chamou “Fala Interno – O Direito Humano à palavra no cárcere”. Esse projeto, quando foi escrito e teve seu financiamento aprovado no Ministério da Justiça tinha como eixo uma discussão sobre um par de Direitos Humanos que não se encontra registrado na Declaração Universal. Tinha como base o artigo 19, que se refere à liberdade de expressão e opinião, e eu entendi o projeto como atendendo a uma demanda pelo desdobramento deste artigo, que descrevi como sendo “o direito à inscrição discursiva no mundo”. O outro direito que eu busquei estar contemplando é “o direito humano à redenção”, mas não uma redenção monopólica, antes uma redenção pluralista, por caminhos variados.

Estas duas formulações estão profundamente vinculadas entre si, porque o que o preso quer é refletir sobre o que ele fez, compreender-se e encontrar uma saída, pois o trabalho de saída da repetição do ciclo da violência é um traba-

lho que exige muita força, exige uma atividade interna muito grande, e exige uma capacidade de falar, de falar para si e sobre si, de refletir, de elaborar um discurso. Eu acreditava ser muito difícil para os presos terem isso devido às suas condições de educação e à exposição a uma cultura muito rudimentar que existe dentro do presídio, onde os contatos afetivos, amorosos, são escassos, quando não inexistentes.

Assim sendo, o direito à redenção é exatamente este direito a encontrar uma forma de se dizer bom, de se dizer capaz de ser bom, mas isto dentro de uma quantidade de perspectivas mais ampla e não dentro de uma perspectiva religiosa única, fechada. O outro direito que mencionei, o direito à inscrição discursiva no mundo, poderia ser descrito da seguinte forma: se o mundo é um lugar onde circulam e se entrecruzam uma grande quantidade de discursos, uns mais audíveis, outros menos audíveis e outros completamente silenciados, não basta que você tenha liberdade para falar, para poder se expressar e dar opinião. Eu diria que algumas garantias devem existir para que narrativas de identidades e sensibilidades diversas possam ser construídas, em primeiro lugar, e logo inscritas, tornadas audíveis, reproduzidas e distribuídas amplamente dentro da grande arena de interlocuções que é hoje o mundo.

O discurso do preso é, por um lado, um discurso completamente inaudível, circunscrito, amuralhado e, pelo outro, o preso é, como um diretor de disciplina me confidenciou sem pudor algum: “preso duas vezes: da cadeia e da religião. Sem o concurso da religião, não poderíamos mantê-los aqui”. Então, foi com base nestas duas propostas – o direito à redenção e o direito à inscrição discursiva – que nós realizamos este projeto chamado “Fala Interno: o direito humano à palavra no cárcere”. Levamos lá para dentro pessoas da cidade de Brasília que fossem reconhecidamente boas na sua capacidade de articular e escrever palavras, tais como um sambista que teve algumas composições gravadas por Bezerra da Silva e obteve o Prêmio Sharp por uma composição;

um *rapper* famoso na cidade que ganhou um prêmio da MPB pelo melhor clipe do ano 1999; poetas reconhecidos; jornalistas, etc.

O Projeto Fala Interno levou à cadeia dois tipos de oficinas da palavra, quatro oficinas de gêneros populares: samba, *rap*, cordel, mamulengo, e quatro oficinas de gêneros eruditos: teatro, jornalismo, poesia e linguagem cinematográfica. Esta última, ministrada pelo cineasta André Luis da Cunha, foi a única a ter continuidade numa oficina de produção de roteiros praticamente até hoje; vários internos se encontram escrevendo histórias em formato técnico de roteiro e obtivemos um financiamento do Pólo de Cinema e Vídeo do DF para realizar um filme documentário sobre O Dia de Visita.

Atendemos noventa e oito presos na cadeia que, na época, abrigava mil e duzentos internos, ou seja, isto ficou bem aquém do que eu queria, e atendemos, naturalmente, os presos que já estavam mais disciplinados, o que na cadeia se chama de presos “pacificados”, mas a intenção era de atingir o preso que está no fundo do pátio, o que realmente não tem acesso à palavra nem à redenção, aqueles que são mais arredios em relação a todas estas formas de missão, obras sociais, obras filantrópicas que existem dentro da cadeia. Portanto, o projeto ficou muito restrito, pois só atendeu aqueles que já faziam parte de outros projetos, de outras obras de ação social. Mas, de qualquer forma, eu acho que foi uma experiência positiva. O aspecto mais definitivo desse empreendimento foi a fundação, dentro do presídio, de uma Casa da Cultura, separada da ala destinada à educação e administrada pela Fundação de Apoio ao Preso Trabalhador – FUNAP, cujo presidente, por lei, é designado diretamente pelo Governador do Estado. A Casa da Cultura é um espaço onde artistas da cidade vão ensinar e ajudar os presos a desenvolver sua capacidade comunicativa e de expressão. É um espaço mais livre e criativo do que a Ala Educativa ou, pelo menos, para isso temos lutado e insistido com as autoridades.

O Papel da igreja evangélica no CIR

Sobre religião, especificamente, muitos dos presos com quem nós atuamos são pessoas que já professavam algum credo religioso. A maior parte do grupo que foi beneficiada pelo nosso projeto é de católicos carismáticos, e o restante é de convertidos à religião evangélica que atua na “Papuda”. Lá dentro não há diferentes igrejas evangélicas atuando, mas há uma única igreja evangélica unificada, que não admite, naquele espaço, diferenciação de denominações, para não perder a posição de maioria dentro do presídio. O importante é que ali a hegemonia da presença evangélica é incontestável. Os católicos carismáticos fizeram sua entrada mais recentemente, nos últimos cinco anos, e constituem uma missão que trabalha basicamente com educação musical e com a formação de um grupo de MPB – o Exodus.

É interessante perceber que estes grupos evangélicos fazem parte da administração da comunidade carcerária, ou seja, não somente desenvolvem um trabalho religioso, mas tomam conta da organização de todas as atividades do dia a dia, administrando a prestação de serviços tanto daqueles que são convertidos como daqueles que não o são: distribuem cargos, selecionam desde quem trabalha na faxina até quem vende na cantina, que necessariamente não pode ser uma pessoa evangélica, pois ocorrem ali transações que não são condizentes com a moral e os valores evangélicos.

O grupo evangélico possui um efetivo poder de gestão: é uma igreja, uma ação religiosa, mas seu campo vai muito além dessa incumbência. O grupo é realmente quem organiza a comunidade carcerária e estabelece o diálogo, o vínculo entre a administração policial da cadeia e a gestão e organização da comunidade carcerária. Isto é muito interessante porque também é possível identificar lá dentro outro grande poder: o poder

dos “patrões”. Patrões são as pessoas que possuem a capacidade de empréstimos e de circulação interna de recursos, que assumem uma atribuição “bancária” e que, juntamente com o poder do grupo evangélico, exercem o controle político e a gestão religiosa de forma bastante cooperativa. No que diz respeito à administração da vida da população carcerária, eles trabalham em ótimo acordo. Os “patrões”, com sua capacidade de empréstimo e liderança nos negócios ilícitos, funcionam com conselheiros dentro da igreja evangélica. Eles não podem ser pastores, mas exercem a função de conselheiros informais dentro da igreja.

A igreja transforma o espaço do caos, que é o espaço da força e da violência, em um espaço de convívio, em um espaço do discurso. O papel da igreja é não somente converter, mas também transformar relações que seriam semelhantes às de um “estado de natureza” em relações discursivas, coloca à mão um discurso para que as pessoas possam diminuir seus conflitos com menor recurso ao poder de morte. Ela instala estes conflitos num campo discursivo e os media, tanto entre evangélicos como entre presos que não são evangélicos (Marques 1998).

O meu projeto objetivava levar outras formas de introduzir e articular discursos lá dentro, formas estas que pudessem de alguma maneira romper este monopólio cristão sobre a resolução de conflitos e acesso à superioridade moral, ao prestígio moral. Por que esta tentativa minha pode-se interpretar como uma iniciativa anti-religiosa? Em primeiro lugar, pelo incômodo quase natural frente a qualquer tipo de monopólio, de fechamento das alternativas, da redução do pluralismo das sensibilidades e as escolhas. Este fechamento do campo discursivo me parecia pior que os próprios muros da prisão. E, em segundo lugar, porque analisando os discursos das pessoas convertidas, via-se a cópia pouco convincente de um discurso do “bem” cristão.

Uma crítica ao discurso cristão do bem na cadeia

No Brasil, há poucos seguimentos quantitativos ao longo dos anos que permitam hoje falar com segurança sobre os índices de reincidência. Mas, em geral, o conhecimento prático dos guardas carcerários e as estatísticas existentes mostram que o grau de reincidência entre os convertidos não apresenta diferença notável com as dos não-convertidos. Estes números, que não são definitivos, pois, como disse, não existem realmente estudos confiáveis de longo prazo sobre o tema no Brasil, podem nos dar uma idéia.

Uma pessoa que eu conheci – um pastor evangélico que se converteu na cadeia após ser condenado por estupro – saiu da prisão aproximadamente um ano depois de me conceder uma entrevista e voltou pouco tempo depois. Qual pode ser então a nossa interpretação sobre estes discursos de conversão? Para analisar a eficácia de uma pena, de um castigo, nós temos duas alternativas: ou apelar para estudos estatísticos, por enquanto incompletos, ou partir para a análise do discurso, o que significa entrar num terreno muito instável, de muita controvérsia, mas o único caminho hoje à disposição.

Em minha opinião, o discurso do preso convertido constitui uma “mimese regressiva”. E o que vem a ser isto? As classes populares produzem discursos miméticos sobre as produções culturais e sobre as formas de expressão da classe dominante. Uma “mimese progressiva”, contraposta a uma mimese regressiva, se define por imitar um modelo dominante adicionando-lhe comentários que desestabilizam o próprio poder citado na mimese. Exemplos são o culto de possessão registrado no famoso filme *Les Maitres Fous* de Jean Roux, assim como as análises do poder mágico dos xamãs colombianos de Michael Taussig. De modo oposto, o que eu estou chamando de “mimese regressiva” é exatamente a imitação que o preso faz do discurso do “bem”, copiando um

discurso cristão, com seus valores familiares e suas fórmulas de boas maneiras e repetindo o mesmo, *ad infinitum*. O que impressiona é a forma mecânica em que são aplicadas as fórmulas discursivas, sem introduzir-lhes comentários alusivos à situação específica vivida pelo preso ou suas famílias.

Na mimese progressiva, quando se comenta o sistema que é mimetizado, tem-se um efeito desestabilizador e o sujeito está ali implicado, o comentário recai criticamente sobre o sistema e a dominação e reverte de forma libertária sobre o sujeito, fazendo uma referência cifrada a sua própria condição subalterna.

Na mimese regressiva, o sujeito copia assumindo sem reservas a fala do outro, dominante, sobre si. Ele assume e copia a fala dominadora – do cristão, do pastor, do sacerdote, daquele que está identificado com o “bem”, com a lei. Assim sendo, nega sua própria condição e sacrifica seu lugar de fala, seu lugar de sujeito diferenciado, contraventor.

Uma das conseqüências da mimese moral regressiva é que produz discursivamente a morte daquele que cometera o crime. Aquele que matou, que estuprou, que causou sofrimento não existe mais. Nesta elaboração sobre o crime não há verdadeiramente uma continuidade, não há uma reflexão profunda sobre o que ele foi e sobre o que ele pode voltar a ser. É estabelecido como um dogma o evento de sua própria morte, não recuperando as condições sociais sob as quais foi perpetrado o ato violento. Como conseqüência disso, não se realiza o percurso reflexivo que traz o momento do crime ao momento atual para sua reelaboração numa aceitação de responsabilidade. O aprendizado religioso sob o modo da mimese regressiva tem como seu correlato lógico instaurar um novo sujeito que não se reconhece nem se implica nas condições de produção do seu crime. Esta modalidade de conversão estabelece um corte radical entre um sujeito “morto”, desaparecido, responsável, mas que hoje não pode prestar contas, e

um sujeito novo, “cristão”, “ressurrecto”, que repete mimeticamente o discurso do “bem” sobre si mesmo, alienado do seu próprio passado e desprovido do potencial crítico que somente a mimese progressiva executa, ao introduzir um comentário crítico, algum grau de tergi-versação irônica, na sua apropriação da cultura dominante através de uma cópia alterada.

Bibliografia

Beristain, Antonio: *Nova Criminologia à luz do Direito Penal e da Vitimologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

Marques, Ildeu: “A Autoridade Legitimada pelo Procedimento. Uma Etnografia sobre a Autoridade em uma Instituição Penal.” Monografia defendida no Depto. de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1999.



Presença e práticas religiosas nas prisões

Ciclo de Debates sobre Religiões e Prisões visão inter-religiosa

Espiritualidade nos presídios

Superpopulação nas celas, condições de vida desumanas e façções criminosas, entre outros fatos, constituem o pano de fundo no qual se insere as ações que devem ser pensadas sobre a questão da espiritualidade nos presídios, casas de custódias, casas de passagem e hospitais psiquiátricos. É possível nestes ambientes conversar com Deus, Alá, Jeová, Oxalá, Jesus entre os muitos nomes pelos quais as diferentes religiões denominam os Seres Maiores? Algumas tradições religiosas encontraram a resposta estabelecendo pontes para o caminho do encontro, de homens ou mulheres cumprindo pena nestes locais, com seu Eu mais interior, apresentando-as no Ciclo de Debate, Religiões e Prisões, realizado em outubro e novembro de 2004.

A grande contribuição do encontro foi tornar mais conhecidas algumas questões que envolvem a população carcerária e as atividades que vêm sendo desenvolvidas, por tradições religiosas estruturadas, para este fim, através de pastoral carcerária, como é o caso das igrejas cristãs (católica e evangélicas), e de outras religiões que estão começando agora, como é o caso da Casa do Perdão, de confissão umbandista.

As temáticas tratadas foram:

- 1 Igrejas atrás das grades: o olhar dos pesquisadores;
- 2 Credenciamento de agentes religiosos: as responsabilidades do sistema penitenciário;
- 3 Dilemas e perspectivas do trabalho nas prisões: pontos de vista de agentes religiosos;

- 4 Trajetórias dos egressos convertidos: experiências e desafios para as Igrejas e para a Sociedade.

Em nossa pesquisa, pudemos observar o processo que envolve complexas situações intrincadas na rede social e analisáveis a partir de uma dicotomia bem simples: incluídos e excluídos. Tal dicotomia revela a perversidade de todo um sistema.

A seguir algumas questões serão colocadas no sentido de alimentar o processo de reflexão a partir de um olhar inter-religioso, onde a espiritualidade apresenta-se como um caminho para o resgate do ser humano encarcerado.

Porque trabalhar a questão da espiritualidade nas prisões

Na perspectiva religiosa, o ser humano atrás de grades traz, em si, a esperança e o desejo da liberdade; há sempre a possibilidade de um novo viver, um recomeço com mais dignidade e respeito, cabendo um amplo trabalho na área religiosa através de agentes religiosos.

O amparo legal para o desenvolvimento destas atividades é a Lei 7210, de 11 de julho de 1984, da Lei de Execução Penal, na Seção VI, Artigo 24, que define a forma de assistência religiosa aos detentos, na medida em que estabelece:

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

No nível estadual, as portarias da Secretaria de Administração Penitenciária estabelecem as normas e condições para o trabalho de assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais do Estado. É assim definido institucionalmente o que é permitido ao trabalho do agente religioso que desenvolve atividades que levam a igreja, o templo e a casa de santo até as prisões, difundindo valores como a solidariedade, o amor pessoal e o respeito à dignidade do ser humano.

Como bem apontou um ex-detento presente ao ciclo de debates, é preciso entender que existe uma diferença entre os direitos do cidadão – o que paga os impostos, e, em contrapartida tem o direito à segurança e os direitos humanos, que se referem aos seres humanos sem distinção de cor, raça, sexo, religião. Nesta categoria é que estão os presos, pois assim lhes está sendo garantido o respeito à dignidade humana.

Olhando o trabalho das igrejas atrás das grades

O crescimento das igrejas evangélicas, em especial as neopentecostais, vem, de certa forma, preocupando os outros segmentos religiosos. Tal crescimento vem também se constituindo num foco de pesquisas acadêmicas, na medida em que indicadores estatísticos mostram o avanço dessas em relação às religiões ditas históricas, conforme pode ser visto no quadro abaixo, distribuído durante o ciclo de debates.

A principal pergunta dos pesquisadores é que tipo de método está sendo usado: conversão ou não-conversão?

A exposição de um vídeo mostrava a atuação de um pastor da Igreja Universal em atividades

Entidades religiosas cadastradas em 2000 e 2002 nos presídios do Estado do Rio de Janeiro

	Entidades cadastradas 2000	Entidades cadastradas 2002	Entidades com cadastro pendente
Assembléia de Deus	16	24	5
Batista	16	15	5
Católica	3	7	–
Espíritas	4	6	–
Universal Reino Deus	1	1	–
Nova Vida	1	3	–
Metodista	1	1	3
Congregacional	1	1	1
Prebiteriana	1	1	–
Adventistas 7º Dia	1	1	–
Evangélica Graça em Unidade	1	1	–
Igreja Missionária Jesus Cristo	1	1	–
Evangélica Pentecostal	1	1	–
Igreja Quadrangular	1	1	–
Nazareno	1	1	–
Pentecostal Boas Novas Friso	–	1	–
Congregação Cristã	–	1	–
Maranata	–	1	–
Divulgadores Teocráticos	–	1	–
Jesus Cristo é a Porta	1	–	1
Outras*	–	–	4
Total	51	69	19

(*) Pentecostal Ebenezer – Missão Almas de Cristo, Cristo Vive, Ceiga de Cabo Frio.
Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária, Divisão do Serviço Social, 2002, Rio de Janeiro

realizadas dentro de um presídio e que contrariam a legislação, pois há práticas de exorcismo com o propósito de retirar o “demônio” do corpo do detento. Após o ritual o detento depunha como convertido declarando a certeza de que “só Jesus salva”.

Será que é esta a palavra que os detentos ouvem ou querem ouvir?

Será que as outras tradições com amplo trabalho na Pastoral Carcerária, cujas diretrizes são definidas pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – que defende a linha dos Direitos Humanos, em especial a dignidade do homem, não estão dando conta da solidão e carência de afeto dos detentos?

É fato que neste contexto de solidão, carência e ociosidade, qualquer atividade religiosa aberta constitui-se num evento também social e os detentos acabam participando de todas. Por outro lado, é fato constatado também pelos agentes religiosos que há mudanças significativas no padrão de conduta dos detentos que se “converteram” à religião evangélica: postura compenetrada, voltada para o controle e domínio do “demônio”, transferindo do detento para este “demônio” a responsabilidade pelos atos que causou a infração que os levou até às grades.

Outro fato importante também relatado no ciclo é que os “convertidos” são transferidos para a galeria de protestantes, nas quais são garantidos aos seus ocupantes um padrão de higiene e limpeza superiores ao da massa carcerária, além de conviver num ambiente mais amigável. Para a direção do presídio isto é ótimo na medida em que lidar com os convertidos é bem mais fácil.

Num segundo patamar estão as religiões católicas e espíritas, cada uma com 10 entidades cadastradas.

A igreja católica tem como principal objetivo assistir ao preso religiosamente, não significando, necessariamente, convertê-lo ou impor uma prática religiosa, mas sim “... ter os sentimentos de Cristo Jesus para realizar uma pastoral de escuta e da solidariedade, já que o preso vive uma experiência permanente de solidão. Por isso, a Pastoral Carcerária, de forma amiga, deve preencher o vazio, possibilitando ao preso uma partilha fraterna, marcada pela absoluta confiança”...¹

As religiões de matriz africana apresentaram as dificuldades enfrentadas por uma casa de umbanda para obter o cadastramento, bem como das dificuldades de realizar os rituais devido ao fato de que os instrumentos religiosos como o tambor, não são permitidos. Observaram que as músicas de louvor nos cultos evangélicos têm nível sonoro superior a dos tambores, mas ainda assim são permitidas.

Em comum nos relatos feitos durante o evento ficou a certeza de que o preso é um grande problema para a sociedade na medida em que se constitui numa ameaça, recaindo sobre ele toda sorte de críticas e condenações.

Identifica-se assim um eixo de trabalho fundamental junto às comunidades religiosas no sentido de esclarecê-las quanto à situação dos detentos e conscientizá-las de que sem o apoio e a solidariedade deles, o homem ou a mulher que vive ou viveu a experiência do cárcere carregará para o resto de suas vidas as marcas da condenação, ficando muito difícil sua acolhida e integração à sociedade.

O papel dos agentes religiosos

Segundo depoimento de um agente religioso: “Nós não nos lembramos deles, mas eles sempre se lembram de nós”. Tal agente se refere ao fato de que atos simples como conversar, ouvir, alimentar a chama divina em cada um, realizados nas visitas aos presos, ficam para sempre registrados.

Isto dá uma pequena amostra do papel estratégico que o agente religioso pode exercer no processo de transformação de seres marginalizados e excluídos da sociedade.

Na maioria das tradições religiosas seus organizadores, gurus, mentores de alguma forma vivenciaram no nível do real ou do simbólico a experiência da prisão e a pessoa interessada em participar neste serviço deve ver em cada rosto que está no cárcere o próprio rosto daquele que é reverenciado na sua tradição religiosa.

A Pastoral Carcerária, por exemplo, ligada à CNBB, propôs que a conduta do agente diante do preso deve ser a mesma que Cristo teria. Recomenda também que o preso, ao ser visitado, deve sentir-se gente, pois o cristão que escolhe este serviço precisa saber distinguir entre o pecado e o pecador. O agente deve despir-se de preconceitos, assim como o fez Jesus².

¹ Ver site www.pastoralsocial.org.br

² Ver site www.pastoralcarceraria.org.br

A proximidade entre o agente religioso e o preso de uma forma fraterna e amiga cria vínculos que permitem escutar suas principais preocupações, que são, em geral, relacionadas à família.

Foi consenso entre os agentes presentes ao ciclo que os trabalhos desenvolvidos junto às famílias dos detentos constitui uma estratégia de apoio num momento difícil para as partes. Por exemplo: os agentes operam como elo entre o detento e sua família; levam, para os primeiros, informações sobre seus familiares e mostram a estes a importância de sua presença e apoio para o restabelecimento da dignidade do detento.

Mas quem é este agente religioso?

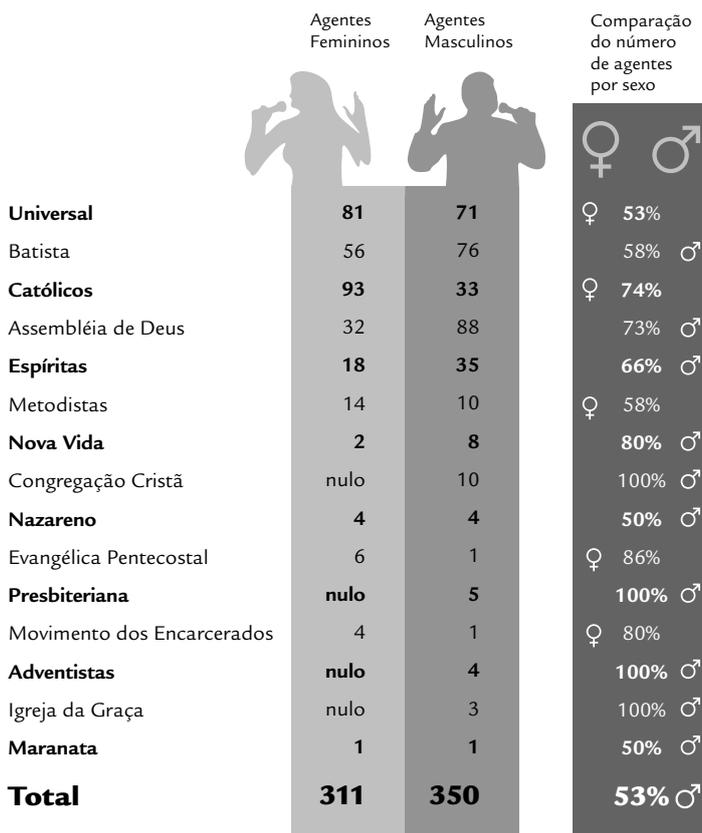
No quadro abaixo, dados da Secretaria de Administração Penitenciária para 2002, informam que existem 661 agentes religiosos cadastrados, dos quais 61% estão cadastrados como pertencentes às Igrejas Universal (23%), Batista (20%) e Assembléia de Deus (18%).

A Igreja Católica (19%), os Espíritas (8%) e os Metodistas (4%), constituem um segundo grupo de maior participação no total de agentes religiosos.

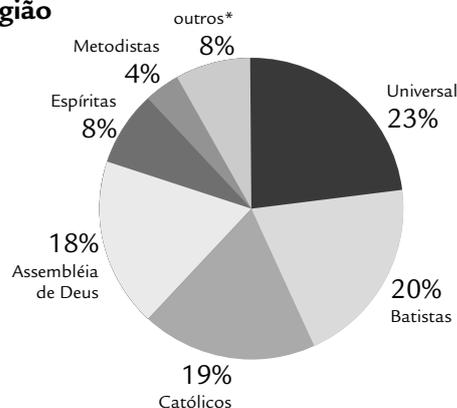
Em relação à distribuição por gênero, verifica-se que a maioria é de homens (53%), já que a figura masculina é um fator de segurança para os trabalhos em instituições penitenciárias. A Pastoral Carcerária acredita que a equipe deve ser mista porque se não houver homens juntos, é praticamente impossível um carcereiro deixar a equipe entrar no pátio do sol e até nas celas dos presos³.

Exceções são feitas às igrejas Católica (74%), Metodista (58%), Universal (53%), Evangélica Pentecostal (86%), Movimento dos Encarcerados (80%), cujas mulheres estão efetivamente comprometidas com este trabalho. O compromisso dessas agentes relaciona-se,

Agentes Religiosos por Igrejas e Sexo, 2002



Agentes religiosos por religião



(*) Nova Vida, Congregação Cristã, Nazareno, Evangélica Pentecostal, Presbiteriana, Movimento dos Encarcerados, Adventistas, Igreja da Graça, Maranata.
Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária, Divisão do Serviço Social, 2002, Rio de Janeiro

necessariamente, à disposição das mesmas em realizar um trabalho sujeito a reações contrárias de seus familiares e até de membros da própria comunidade religiosa. No entanto, para o agente atuar no presídio é preciso ser respaldado pela Igreja.

Outro eixo de atividade dos agentes religiosos é com os profissionais que trabalham nos estabelecimentos prisionais. É necessário muito

diálogo para diminuir resistências, pois muitos consideram perda de tempo a visita da Igreja. Autoritarismo, desconfiança, sarcasmos, entre outros empecilhos, são colocados.

Como conduta de trabalho a Pastoral Carcerária recomenda que o agente religioso acompanhe os presos humanamente, isto é, como pessoa humana, e o agente também como pessoa humana “... sem estar jogando religião ou devoção em cima dele a toda a hora! Aliás, religião não é o problema número um dos presos. A sua liberdade o é. Religião costuma ser problema número um de Pastorais Carcerárias ou dos Movimentos Católicos de leigos. A maioria dos presos tem Deus e religião, de alguma maneira, não a nossa maneira, mas, sim, a sua maneira, que tem de ser respeitada e reverenciada, porque é dom de Deus para ele.”⁴ Acredita-se que esta postura está associada à premissa básica para o trabalho inter-religioso nos estabelecimentos prisionais.

Um trabalho de sensibilização junto às diferentes tradições religiosas poderá resultar num plano de trabalho conjunto, dinamizando e expandindo a espiritualidade dos detentos, a partir de uma educação de valores. Mais recentemente desenvolve-se a linha da Justiça Reparativa, que propõe “que muito mais que culpabilização, punição e retaliações do passado, passe-se a preocupar com o restabelecimento e a restauração de todas as relações que foram afetadas, em uma perspectiva focada no presente e no futuro”.

Ainda é um sonho, mas ao religioso cabe ajudar a construir um mundo de paz e felicidade, e, principalmente, sem exclusão.

O que se ouviu sobre a trajetória dos egressos convertidos

Ao longo dos debates a questão dos egressos foi tocada muitas vezes. O que vai acontecer quando o detento cumprir a pena e passar à condição de egresso? Notadamente a sociedade não está preparada para recebê-lo. Nem

existem políticas públicas que dêem garantias de trabalho.

Os preconceitos, medos e inseguranças quanto à possibilidade de cometerem o mesmo ou outro delito os fazem marginalizados, sendo dificultado o seu ingresso no mercado formal de trabalho. Agentes religiosos presentes ao debate afirmaram que muitos detentos ganharam liberdade, mas ficaram devendo às facções criminosas as quais estavam ligados. Ao saírem das prisões eles têm de pagar as dívidas e, por isso, muitas vezes retornam à vida do crime. Nesse contexto, os egressos convertidos teriam melhores condições de retorno com o apoio das instituições religiosas.

O depoimento de um egresso pertencente à ADHONEP – Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno, que possui o Departamento de Prisões com ampla experiência em trabalhos nas prisões do Estados Unidos⁵ – revelou que, a partir da mobilização de empresários, autoridades e homens de negócio, trabalha no sentido de ser um instrumento no processo de ressocialização do preso, cooperando para uma efetiva reintegração do homem à sociedade, ao convívio da família e ao mercado de trabalho. Tal agente também providencia todos os meios para a profissionalização e capacitação técnica de muitos deles. Alerta, ainda, para o fato de que a passagem pela instituição penitenciária faz com que o egresso seja eliminado tão logo a empresa saiba do antecedente criminal de seu empregado.

Como uma saída, identifica a criação de cooperativas ou associações que ajudem o egresso a se inserir no mercado informal através da prestação de serviços de reparos, obras, artesanato, produção caseira de doces, a fim de que comece a reestruturar sua vida. Finalmente, este agente religioso apresenta feliz o depósito em conta corrente recebido pela venda de agendas feitas a partir da reciclagem de papel.

Contrário a este depoimento, outros agentes mostraram que há mais evidências de insu-

4 Ver site www.pastoralcarceraria.org.br
5 Ver site www.adonep.org.br

cesso do que de sucesso nos seus trabalhos, agravado pelo desemprego atual: se não existe emprego para o “cidadão de bem” como haverá para o homem ou a mulher com antecedente criminal?

Caminhos e possibilidades para a implantação do movimento inter-religioso nas Prisões

Diante do quadro exposto entende-se que o trabalho inter-religioso, estruturado através de valores, é um dos caminhos possíveis para a ampliação das possibilidades de uma melhor compreensão do mundo por parte do detento e estabelecimento de alicerces para a sua transformação.

Neste sentido, deverão ser formadas equipes de trabalho compostas por representantes de várias tradições que tenham como principais objetivos:

- 1 Desenvolver atividades levando em consideração o respeito à escolha religiosa do detento;
- 2 Alertar o agente religioso sobre a necessidade de alimentar a chama interna de cada um dos detentos em meio à difícil situação de solidão e desprezo na qual vivem;
- 3 Acompanhar as famílias dos detentos, desenvolvendo atividades no intuito de recuperar os elos familiares.

Estando de acordo com esses objetivos, sugerimos que as tradições interessadas se articulem no sentido de:

- 1 Apoiar todas as iniciativas já em curso pelas instituições religiosas, como da Pastoral Carcerária, da CNBB e da ADHONEP, mapeando suas experiências de sucesso a fim de ter um referencial para futuros trabalhos;

- 2 Estabelecer um programa de treinamento e apoio aos agentes inter-religiosos com base em valores, evitando deste modo o proselitismo. O programa deverá abordar também como se deve dar o relacionamento com os agentes públicos, responsáveis pela guarda nos estabelecimentos prisionais;

- 3 Formar uma rede de apoio ao trabalho, tanto em relação ao detento quanto ao egresso, através da indicação para empresas do mercado de trabalho, da formação de cooperativas, formação da mão de obra especializada em consertos, construções, entre outros;

- 4 Realizar um amplo trabalho de divulgação junto à mídia, tanto interna quanto externa a suas tradições, no sentido de mostrar:

- a situação dos detentos que têm direitos garantidos pela Constituição Brasileira;
- a importância do apoio às famílias dos detentos, em especial aos filhos menores, tentando diminuir os impactos negativos na formação dos mesmos;
- a importância da realização de atos de solidariedade, visando contribuir para a inclusão deste segmento através da compra de artesanatos produzidos nas celas, fornecimento de materiais, instrumentos, livros, entre outros, contribuindo para a melhoria das condições de vida;

- 5 Implantar políticas públicas que dêem condições aos egressos de obter trabalho digno, evitando seu retorno às condições que propiciaram a realização do delito;

- 6 Contribuir para um melhor conhecimento da realidade dos detentos através da realização de pesquisas qualitativas e quantitativas, planejadas e coordenadas por pesquisadores apoiados pelos agentes religiosos.

Casa do Perdão: resistências e estímulos aos umbandistas

Nós somos um Centro de Umbanda atuante no sistema prisional e não temos como falar do nosso trabalho sem relatar as dificuldades para a nossa entrada no sistema e a grande dificuldade que temos ainda com o preconceito e com a discriminação religiosa intra e extramuros. Foi muito difícil a conquista desse espaço e de respeito. Fomos para o presídio exatamente porque identificamos, como religiosos, haver grande necessidade, por parte desse grupo social, de assistência religiosa. Percebemos que os idosos e as crianças já têm muitas ofertas de trabalho religioso, mas sabemos que no sistema prisional não é assim. Por trabalhar, ou melhor, por termos um centro em uma favela, observamos as dificuldades que enfrentamos para não deixar os jovens entrarem no tráfico. Esse é um caminho tentador. Tentei conversar, mas meus argumentos eram fracos diante dos R\$ 400,00 semanais que os jovens podiam ganhar nessa atividade criminosa. Não funcionou aqui fora e partimos para a ação nos presídios. Foi muito difícil sermos aceitos ali. O DESIPE “embarreirou” o tempo todo. Ou melhor, não posso dizer “o DESIPE” nem “o Governo”, mas pessoas pouco esclarecidas, de mentes fechadas, fanáticas e bitoladas, que nos discriminaram, nos desrespeitaram. Só entramos porque o assunto foi para o jornal e o DESIPE, no dia seguinte, nos aprovou em menos de 24 horas. Mas fomos fortes e não desistimos.

O trabalho da *Casa do Perdão* no presídio existe desde 2003. É embrionário. Não temos condições de apresentar dados empíricos de um trabalho de 15 ou 20 anos como fazem os católicos. Não temos isso, mas temos um trabalho diferente, que não enfatiza somente a questão religiosa: falamos de *Direitos Huma-*

nos, pois sou militante dessa área. Falo sobre o *Movimento Negro* porque sou do Movimento Negro e a maioria é negra dentro do sistema prisional. Falo sobre cidadania, família e ressocialização.

A grande preocupação da *Casa do Perdão* é o egresso. Desenvolvíamos atividades sociais no nosso terreiro como alfabetização e curso de artesanato, mas não atendíamos a ex-presidiários. Fui percebendo como fazer com esses indivíduos. Por mais que se questione uma cesta básica, um cheque-cidadão, eles são paliativos que atendem às necessidades de quem tem fome. Não sou a favor de política assistencialista, mas, às vezes, ela é importante. No entanto, percebemos que isso não dava para fazer. Busquei pesquisas e percebi que um ex-presidiário tem três vezes mais chances de matar, de ser agressivo do que aquele que não passou pelo presídio, pelo fato de ele ter conhecido o “inferno”. Aquele que não foi ainda para o presídio não conheceu o inferno. Então, ele teme a cadeia, o outro não teme porque já passou por lá. Eu fiquei buscando o que fazer e chegamos à conclusão de que tínhamos de elaborar um projeto, uma atividade só voltada para o egresso porque a gente sabe que a realidade do egresso é outra, principalmente dentro do campo religioso.

Não podemos maquiagem a realidade: muitos largam as religiões as quais se filiaram antes de entrar nos presídios, sejam católicos, evangélicos, umbandistas ou espíritas. Ao firmarem contato conosco lá dentro, reativam isso. Entretanto, temos clareza de que muitos se envolvem de novo com a religião somente pela ociosidade. Pensam: “Estou ocioso. O que me oferecerem está bom. Ou picolé ou pimenta, eu vou pegar”. Quando voltam e dão de cara

com o mesmo meio do qual participavam antes de serem presos, é muito difícil suportar não ter o dinheiro para o leite. Não estou vitimizando ninguém, pelo contrário. Mexo na ferida dos presidiários. Minha palestra é: “Você se desviou do seu comportamento padrão. Será que você nasceu pensando: eu quero assassinar, eu quero traficar? Quais eram os seus objetivos com três, quatro, cinco anos de idade?”. Trabalho muito nesta questão, pois temos de ter cuidado, senão o indivíduo volta para a sociedade cobrando o que nós oferecemos lá dentro, uma vez que quando ele volta a sociedade não sorri, a sociedade “bate”. Então, eu preciso que ele tenha uma consciência. Não vou culpá-lo porque ninguém é perfeito, mas mostro a ele que houve um desvio comportamental ainda que ele não tivesse uma visão de sociedade, uma formação religiosa e até mesmo uma formação educacional. E falo mais à vontade ainda por ter o histórico de ter sido filha de traficante, ter ficado com minha mãe morta por três dias dentro de casa e ter superado tudo isso, e não foi com revolta, nem com arma e nem com nada disso.

É difícil realizar o trabalho nas prisões porque as religiões de matriz africana, ao contrário das demais religiões, não têm um órgão gestor. Na nossa Casa do Perdão nada é cobrado, é um trabalho completamente filantrópico e tudo é organizado, mas há um custo para ir o presídio e não tínhamos como financiar isso. Para tanto, fomos literalmente andando até o presídio e não fomos uma vez só. É uma boa distância da Casa até lá: são cinco bairros de diferença. Não falo isso me martirizando porque nós, como agentes religiosos, entendemos que é um dever. Não existe bônus por isso, é o dever. A religião tem de sair dos muros e é muito desgastante, pois eles nos “sugam”.

Faço um trabalho de acompanhamento com a família porque não acredito em ressocialização sem a família. Não dá, não consigo acreditar. Meus pais morreram drasticamente, mas tive avós que amenizaram a falta que sentia

deles e pude ir à escola. É muito complicado lidar com essa questão na cabeça de pessoas com pouca instrução. Poucas rompem o gueto como eu rompi para ter um esclarecimento, para ter uma outra capacidade de entendimento da vida. Larguei o trabalho, era gerente de uma empresa e ganhava relativamente bem, mas falava que ia ao presídio toda sexta-feira e meu patrão, obviamente, não entendia. Ele devia pensar: “O que essa mulher com esse terno e com esse salto alto vai fazer num presídio? Ou ela é mulher de traficante ou ela é maluca e não faz bem para a imagem da empresa”. Então tive de sair e foi um preço muito caro que paguei: tenho marido, tenho filho fazendo faculdade... é complicado. Meu professor de Direito foi o único a entender meu trabalho. O de Matemática quase me reprovou. E o de Direito foi muito solidário comigo por ser sensível à área judicial.

Então, a gente teve essa grande dificuldade. Como já disse, as religiões de matriz africana não têm um órgão gestor — o *pai de santo* ou a *mãe de santo* não são pagos para exercer essa função — e ficamos sem suporte. Tivemos inúmeras dificuldades com a questão financeira, até porque a maioria dos *médiuns* do terreiro são pessoas pobres, da comunidade e algumas *filhas de santo* que tenho são até mulheres de presidiários.

Enfim, a *Palavra de Deus* é ótima, mas é delicado falar dela para quem está numa situação de conflito com a sociedade. Portanto, tive o cuidado de procurar uma área neutra para montar nossa base, por causa da questão dos *comandos* (facções que atuam no crime “organizado” no Rio de Janeiro), uma situação que me chocou ao entrar no presídio. Quando estamos fora dos presídios, não temos idéia da periculosidade do que significa um *comando*. Então, é preciso atentar para o local onde será o atendimento do egresso a fim de que não nos restrinjamos a um desses grupos.

Meu discurso ia ao encontro da linguagem deles por vários motivos. Primeiro porque eu era

uma novidade. Muitos queriam a umbanda ou o candomblé lá dentro, mas não foi fácil. Eu não posso fazer meu culto normal, tradicional do meu segmento religioso lá dentro, porque — o que está lá dentro do presídio é um pedaço da sociedade que foi para dentro do muro, portanto, o preconceito que há aqui fora, há lá também — envolve atabaque, envolve transe mediúnico etc. Sou sensível, uma pessoa de mente aberta. Por isso, quando entrei no presídio, não tinha a intenção de fazer culto porque sabia que ia estar exposta a muita coisa, inclusive pela densidade espiritual, emocional e psíquica que existe ali dentro. Então fui dar palestras, pois na minha instituição religiosa, ao contrário da maioria das tradições religiosas de matriz africana, trabalhamos com palestras no *terreiro* toda terça-feira, onde realizamos esclarecimentos. Essa forma de entrada foi interessante porque eles escolhem o tema e não eu. Eu não chego lá pra falar: “Hoje eu vou falar de perdão, hoje eu vou falar de orixás, hoje eu vou falar de Cristo, hoje eu vou falar de oferenda...”. Nós vamos falar do que eles quiserem. Assim, eles escolhem o tema e a atividade flui. Na primeira palestra fui embargada por um “irmãozinho fanático” e eu não sabia como proceder. Mas Deus é completamente perfeito, cada vez mais constato isso. Os próprios detentos reagiram de forma muito harmônica, não houve tensão, não houve problema. Eles falaram: “Nós não paramos a tua missa, nós não paramos o teu pastor. Então, você não vai parar ela. Saia daqui.” E ele saiu. Ele me provocou e me desrespeitou, mas foi o único problema que eu tive lá.

Depois desta situação nunca mais tive problemas, embora seja relativamente nova e mulher. Ser mulher e ser mais velha passa pela figura materna, mas ser mulher e ser nova não passa despercebido num presídio onde a sexualidade não está em dia, onde a sexualidade está à flor da pele, onde há pessoas com muita liberdade sexual. E eu lá dentro, tento fazer um discurso na língua deles. Não falo difícil, falo no linguajar deles, falo

de igual para igual, senão fica muito difícil para eles. E mesmo assim nunca me faltaram com respeito. Meu marido já foi lá comigo e nem o apresentei como meu marido. Ele foi como mais um integrante do Centro, coisa que ele não é na verdade, mas foi como mais um integrante a fim de que ele ficasse à vontade para poder acompanhar esse trabalho. Porque a nossa casa, a nossa família tem que ter sensibilidade com esse trabalho. A minha mãe (minha avó, que me criou) não é sensível a esse trabalho e eu a ignoro porque eu acredito nele, assim como alguns *pais de santo* não são sensíveis. Ignoro e vou seguindo em frente.

A minha preocupação com o egresso é profunda e precisamos de recursos para ajudá-lo. Não dá para ajudar só com boas intenções, ainda mais sabendo, como eu sei, o que acontece quando o ex-presidiário volta para a favela de onde ele saiu. É voltar e ouvir: “Tudo bem? Vai lá, teu posto é esse”. É assim, sem demagogia nenhuma, é exatamente o que acontece. Até porque alguns “rodaram” [foram presos] devendo [dinheiro para o tráfico]. Então, têm que pagar. Vai ficar desfilando na favela sem pagar? Não vai, vai ter que pagar. E aí, pouco tempo depois reincide na vida do crime. Eu já vi casos de meninos que eram apenas “vapor”, que nem arma usavam porque nem todo “vapor” usa arma e quando voltou para a rua era o “bicho”, matava um por dia. Por quê? Porque fez um “cursinho” de homem mau dentro do presídio. Então, tudo isso me preocupou muito.

Algo que vem me preocupando cada vez mais, principalmente por ser da área de Direitos Humanos, do Movimento Negro, por ser dirigente de uma instituição religiosa que é discriminada, embora eu saiba me defender muito bem, é a forma que vêm as religiões, o hiato que existe entre as religiões. Às vezes é chato. A Casa do Perdão não tem dinheiro e, por isso, eu falo dessa maneira simples, sem microfone. Um outro “irmãozinho” mais fanático ligou o aparelho da igreja evangélica para abafar minha voz. E eu, graças a Deus,

inspirada pelo alto, falei: “Eu não posso gritar, estou com problema de garganta. Vocês podem se aproximar?”. E eles se aproximaram e eu falei mais baixo ainda e todos me ouviram. Quer dizer, eu fico preocupada com ‘como é que esse sujeito volta?’ Sabemos, como dirigentes religiosos, que é mais fácil a ressocialização se o indivíduo está envolvido com a religião, seja ela qual for. A gente sabe disso, mas o que me preocupa é até que ponto ele está de fato envolvido com essa ressocialização uma vez que o DESIPE proíbe o meu *adjá*¹, proíbe o meu atabaque, mas o DESIPE não proíbe a guitarra, não proíbe o microfone, não proíbe o pandeiro. E o DESIPE alega que meu atabaque e meu *adjá* podem se tornar instrumentos de morte, armas lá dentro. Agora, o fio da guitarra e o pandeiro podem ser, igualmente, instrumentos utilizados para fazer armas. O DESIPE sabe, passamos por uma série de entrevistas, que sou uma pessoa esclarecida e que deixei claro que só faria o culto verdadeiramente de umbanda quando sentisse que havia preparo. Esse preparo não é da noite para o dia. E eles até gostam muito da palestra, muitos falam assim: “Nossa, eu não sabia que era assim”. Falamos de determinadas práticas religiosas, da falta de ética existente em toda religião, enfatizamos que há os dirigentes éticos e os dirigentes não-éticos e quando a gente esclarece essas coisas que acontecem dentro da religião – como comercializar a religião ou fazer pedidos maus – eles gostam e tenho certeza de que a gente avança muito.

Preocupo-me em como eles nos vêem e gostaria de propor um evento ecumênico no presídio. Eu queria muito. Ontem estava numa palestra onde estavam reunidos: matriz africana, pastor presbiteriano, batista, judeu e falamos sobre intolerância religiosa. Assistimos a um vídeo sobre o MIR, Movimento Inter-Religioso, e cada vez mais penso nessa integração. Se o preso vir briga inter-religiosa não vai se agarrar na única coisa que tem para se agarrar quando sair da prisão. Ele tem de ver que eu falo uma coisa, Padre André outra

e o Pastor Vicente outra, mas a nossa fala replica uma certa diversidade que traduz para eles que somos tolerantes, que vivemos em harmonia, traduz uma série de outras coisas, mas não uma briga.

Acho isso muito importante. É uma coisa que a gente vem fazendo do lado de fora da prisão através do MIR, através de várias atividades ecumênicas. Acho isso brilhante, maravilhoso e poderíamos até convidar outros segmentos religiosos que não estão aqui representados neste momento, como os Hare Khrisnas, por exemplo. Faço isso dentro da minha *Casa de Santo*. Recebo pastor, padre, hare krishna, cigano, enfim, recebo todo mundo e são convidados imediatamente a fazer uma oração na sua tradição. Quer dizer, quando as pessoas saem de lá, saem assim, no mínimo: “Nossa, o que foi isso? De onde eu estou saindo? De um terreiro de umbanda? Será que é isso mesmo?”. O *Maharaji* quando foi lá parou a favela toda, porque o *Maharaji* tem aquelas vestes. A favela corria atrás dele e as crianças andando atrás mexendo na roupa dele e ele naquela calma que lhe é peculiar. Foi tão curioso aquilo, foi tão engraçado! E as crianças ficaram assim hipnotizadas; foi comentário em toda a favela.

Bem, estamos avançando! Os *terreiros* de matriz africana começam, a partir dessa aceitação da *Casa do Perdão*, a querer aproximar-se e está sendo muito bom o retorno deles. Eles têm solicitado. No cadastramento não fui eu quem procurou o DESIPE, foram três assistentes sociais diferentes me ligando porque eles pediram a umbanda lá dentro. E pediram muito. Foi complicado o horário, a agenda, conciliar um dia para atender. E eu disse: “Fala que eu não vou fazer uma sessão, não vou fazer *gira*², não vou fazer *shirê*³. É a *mãe de santo* que vai entrar de calça jeans, no muito com uma guia no pescoço, discretamente.” O trabalho tem avançado nesse sentido, mas está se construindo e esperamos depois trazer resultados mais empíricos. Por hora, é isso o que podemos falar.

1 Sineta de metal composta de uma, duas ou mais campainhas utilizadas por pais-de-santo (Babalorixás e Ialorixás) para incentivar o transe. Também chamado Adjarin.

2 Depende do sentido, pode ser a sessão espírita em si, ou seja, o ritual litúrgico como um todo, ou pode também ser no sentido de: “correr uma gira” que normalmente é um termo utilizado por entidades e que significa que eles estarão verificando um determinado assunto e procurando uma solução para o consulente.

3 É o conjunto de cânticos sequenciais feitos no início de todas as sessões em homenagem e saudação a cada Orixá ou entidade cultuada.

Missão metodista nas prisões

Ao iniciarmos o trabalho de evangelização nas prisões do Rio nos fizemos a seguinte pergunta: Quem é o preso? Precisávamos dessa resposta, pois ele seria o “objeto” de nossa evangelização, o nosso alvo. Podemos dizer que o preso é aquele que vitimou alguém, que descumpriu a lei e que foi de encontro a um bem tutelado, guardado pela norma penal. Vendo assim, é correto o cumprimento de uma punição. Mas se olharmos as estatísticas relativas aos presos de nosso Estado¹ veremos que, em sua grande maioria, o preso é jovem, pobre, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional. Sob esse ponto de vista podemos dizer que o preso também é vítima. Vítima da desagregação familiar, de um modelo econômico excludente, que nega chances até aos mais qualificados.

Não estamos de forma alguma defendendo a impunidade, mas entendemos que a pena de prisão deveria ser apenas para pessoas sem nenhuma possibilidade de convivência social e que o direito penal e a restrição da liberdade não solucionam um problema gerado no “berço da miséria”. Acreditamos que a solução para tais males está na diminuição dos contrastes sociais, do fosso que separa ricos e pobres em nosso país e em medidas que possibilitem a reintegração do indivíduo que sai da prisão.

No Brasil, a Lei de Execução Penal (LEP), base legal do sistema penitenciário, diz no seu primeiro artigo que o objetivo da execução penal é “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal” e também “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do interno”. No seu décimo artigo nos diz que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência

em sociedade”. A LEP está em acordo com as determinações das Nações Unidas, que entendem que o “objetivo último da justiça penal é a reinserção social do delinqüente”.

Ao tomarmos conhecimento do alto índice de retorno ao cárcere de pessoas que mal saíram dele, – aproximadamente 85% – passamos a entender que a real finalidade da pena de prisão é o isolamento social do preso. A reclusão funciona, assim, como uma forma de “vingança da sociedade ofendida”, sem nenhuma preocupação de reintegração social, transformando o texto da lei em simples “hipocrisia jurídica”².

A resposta à pergunta inicial – Quem é o preso? – e as questões suscitadas por ela, foram fundamentais para orientar a prática de evangelização da Igreja Metodista em meio à realidade carcerária. Outro fator que nos ajudou a alcançar este objetivo foi a rica tradição teológica da qual somos herdeiros. A antropologia Wesleyana, ao contrário de outras correntes teológicas, entende o homem como criado à “imagem e semelhança de Deus” e que isso permanece mesmo após o pecado original (Burtner e Chiles, 1995). Esta imagem está “gravada em nossa alma por obra do Deus Onipotente” (Stokes, 1986). Isso confere valor e dignidade ao homem, não importando em qual estado se encontre.

John Wesley, fundador do Metodismo, lutou com denodo pela humanização dos presídios e do sistema prisional. Inúmeras foram as pessoas a quem J. Wesley inspirou. Um dos seus discípulos mais notáveis foi John Howard, responsável pela reforma do sistema prisional inglês no século XIX. Entre ele e seu mestre uma estreita amizade se firmou (Camargo,

¹ 66,5 % da população carcerária nos presídios da cidade do Rio de Janeiro é composta por negros e pardos; 52,7% é de jovens entre 20 e 29 anos; 43% tem de 4 a 7 anos de instrução, 23,66% de 1 a 3; e 13,49% tem menos de 1 ano ou não tem instrução alguma. FONTE: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas a partir de dados do Censo de 2000.

² Para saber mais sobre as incoerências do sistema prisional, ver Augusto Thompson (1991).

1986). Com isso entendemos que a nossa vocação histórica é promover uma evangelização integral, que enxerga o homem conectado ao seu meio e que o pecado não é só individual, mas também social. Temos como missão denunciar este modelo de sociedade desigual, o que também, é uma missão evangélica e humanitária.

Sendo assim, atuamos em duas frentes:

- 1) Fazemos evangelização nas unidades penais;
- 2) Unimos-nos a outras organizações, religiosas ou não, na promoção da vida e da dignidade humana.

Dizer para quem está preso que ele é a personificação mais clara da exclusão social de nosso país, apesar de ser uma afirmação verdadeira, não lhe traz benefício algum. Ele, mais do que ninguém, sabe disso. Pregamos a graça de Deus, que atinge o indivíduo, dando-lhe esperança e paz.

A Lei de Execução Penal prevê, no art. 4º, que o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança. Júlio Fabrini Mirabete (1997), ao comentar este artigo relata que em países escandinavos há muitos voluntários (professores, pastores evangélicos etc) que colaboram com os *probations officers*, supervisionando diretamente o criminoso em prisão aberta, como também na Holanda, onde existe uma longa tradição de trabalho voluntário nessa área organizado pelas igrejas.

Qualquer ação que vise à reintegração social deste indivíduo não depende, a meu ver, somente de uma política pública, de uma ação formal do Estado, mas sim da participação do conjunto da sociedade. Cuidar para que haja real diminuição dos altos índices de reincidência penal deve ser uma preocupação de todos. A idéia não é substituir o Estado em suas funções, nem isentá-lo de suas culpas,

mas entendo que sem algum tipo de ética de co-responsabilidade nenhuma mudança significativa acontecerá.

O art. 80 da Lei de Execução Penal prevê que em cada comarca haja um Conselho da Comunidade com atribuições de fiscalizar o cumprimento da pena. Temos participado ativamente deste Conselho junto com outras entidades, fazendo visitas aos presídios, averiguando suas instalações e entrevistando os presos. A participação da Igreja neste Conselho na comarca do Rio tem sido fundamental para nós e isso vai além da evangelização tradicional.

Entre os momentos mais marcantes na participação neste conselho, citamos nossa visita à Casa de Custódia de Benfica, junto com o juiz titular da Vara de Execuções Penais do Estado e outras organizações que compõem o Conselho, horas após o incidente conhecido por todos, onde pudemos ver os sinais do que foi aquela noite de horror e conversar com os presos que sobreviveram³. A pedido dos presos ligamos para seus familiares informando que estavam vivos, ficando cada organização responsável por uma parte da lista. O que mais me emocionou foi a resposta dos familiares. Logo após me identificar como pastor e informar o nome daquele que sobreviveu eles diziam: “Glória a Deus” ou simplesmente “Aleluia”. Neste momento não consegui conter o choro.

Em uma das últimas visitas do Conselho a uma unidade penal, a insalubridade do ambiente e o descumprimento à Lei de Execução Penal e às Regras Mínimas para o Tratamento do Preso estabelecidas pela ONU eram algo gritante: presos convivendo com esgotos, ratos, friagem e doenças. Um dos presos, entre as grades, me perguntou: “O Senhor está passando mal, não?” Respondi que sim. Ele retrucou: “Imagine eu, Doutor, que estou aqui dia e noite”. Na assembléia posterior a esta visita foi pedida pela quase unanimidade dos conselheiros a desativação de tal unidade.

3 Ver Ignacio Cano et al. nesta publicação.

Ir ao presídio é uma atividade para poucos até mesmo porque é uma unidade de segurança. Há restrições ao número de agentes religiosos de cada instituição para entrar nos dias de culto, mas dada a carência completa de recursos da quase totalidade dos presos, o trabalho externo das Igrejas locais se torna de fundamental importância. Neste sentido tentamos envolvê-las neste tipo de trabalho. Um sabonete, que para nós tem pouco valor, chega a ser moeda de troca, na prisão.

Numa das reuniões do Conselho, recebi uma ligação em meu celular, de uma senhora, liderança em uma de nossas Igrejas, informando que seus membros se cotizaram e estavam fazendo diversos kits, contendo: pasta de dentes e sabonete entre outros itens de higiene pessoal para doação nos presídios. Pude relatar isto aos outros conselheiros, o que foi um momento importante para o nosso trabalho.

Percebo que o interesse de nossas Igrejas Locais vem aumentando dia a dia; prova disto são as palestras agendadas a pedido delas, onde sempre somos interpelados sobre formas de um envolvimento maior. Estas palestras têm se tornado um importante momento na vida da Igreja. Entendo que o preso nos evangeliza a todos, pois traz no rosto algo que não queremos ver: o enorme fosso social que separa as pessoas neste país.

Realizamos encontros anuais com militantes dos direitos humanos, autoridades do Estado e especialistas na área carcerária, sempre no intuito de gerar consciência e uma ação efetiva por parte da sociedade. Já foram realizados seis encontros, todos nas dependências do Centro Universitário Metodista Bennett.

Para finalizar, acho marcante o fervor de algumas denominações evangélicas dentro das prisões: há até pastores presos consagrados pelas respectivas igrejas. Pela convicção com que expressam sua fé, lembram-me as antigas igrejas de escravos e afro-descendentes nos Estados Unidos que, em meio ao racismo e à

pobreza expressavam sua fé e espiritualidade a partir de fervorosos hinos. Enfim, “Que o Nosso Senhor Jesus Cristo abençoe a todos”.

Bibliografia

BURTNER, R. W. e CHILES, R. E. (org). *Coletânea da teologia de Wesley*. São Paulo. Igreja Metodista, Colégio Episcopal. 2ª ed. 1995. p. 103-104.

CAMARGO, Báez, *Gênio e espírito do metodismo wesleyano*. São Paulo. Imprensa metodista: 1986. p. 59.

MIRABETE, Julio Fabrini. *Execução Penal. Comentários à Lei n. 7.210 de 11/7/84*. São Paulo, Editora Atlas: 1997 p. 48.

STOKES, Mack B. *As crenças fundamentais dos metodistas*. São Paulo, Imprensa Metodista, 1986 p. 59.

THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro. Ed. Forense: 1991.

Assembléia de Deus: trabalho com internos e famílias

Pr. Vicente de Paulo Nascimento
Pastor da Assembléia de Deus
Coordenador da Assistência aos Penitenciários do município do Rio de Janeiro

60

Comunicações do ISER

Trabalhar em várias frentes

Como eu havia falado no início da minha apresentação, esta é a primeira reunião de que participo e me sinto muito honrado com este convite. Trabalho já há quinze anos nesta área e vi o colega falando das dificuldades, mas realmente, hoje, está até melhor.

Eu coordeno trinta agentes religiosos e nós temos, além da parte religiosa e dos cultos, projetos culturais, que são os cursos. Temos cursos teológicos e cursos para eliminação do analfabetismo. Há dois anos atrás, conseguimos junto com a Alfalit¹, que é uma ONG evangélica, preparar alguns professores nossos, através da ASSIAPERJ (Associação das Igrejas Evangélicas Atuantes nos Presídios do Rio de Janeiro) uma entidade que coordenei há quatro anos.

São várias as denominações que trabalham dentro das Unidades e coordeno esse grupo de igrejas e os representantes da denominação da qual pertencço, que são trinta agentes. Nós trabalhamos no Pedrolino de Oliveira (PO), na Lemos de Brito, na Milton Dias Moreira; passei no Hélio Gomes muito rápido, foi só o curso de alfabetização; também, na Água Santa, e em Bangu, na Tavalera Bruce e na Esmeraldino Bandeira. Estamos presentes também na Unidade semi-aberta, que é a Plácido de Sá Carvalho. Desenvolvemos a parte religiosa e a parte cultural, que são os cursos: temos o curso básico em teologia com duração de dois anos, gratuito, para os internos e para quem quiser fazer; temos cursos profissionalizantes de elétrica e eletrônica, e o preso ao sair recebe certificado. Os professores são registrados no CREA e o curso é reconhecido por qualquer empresa e

entidade. E encaminhamos esse pessoal para a área profissional. Ou seja, acompanhamos a parte religiosa, a parte de formação cultural e a parte profissional.

Com a saída do preso, acompanhamos e encaminhamos para a igreja que eles irão participar, seja a igreja católica, seja espírita, enfim, é um trabalho interdenominacional. Encaminhamos e acompanhamos até que ele esteja realmente firme com a sociedade.

No PO², onde estou há 12 anos, são vários projetos. Já formamos quatro turmas, pois o policial, de um modo geral, só sabe manejar arma. É raro algum que tenha outra profissão. Se ele não tiver um patrimônio antes de ter sido preso, é a família que vai ter de ajudar.

Trabalhar com a família

Quando formei a ASSIAPERJ foi mediante as dificuldades que eu comecei a ver não só do interno, mas também da família. A inquietação do preso se dá pela situação em que se encontra a família lá fora: como é que a mãe está, como é que a esposa está, os filhos como é que estão: falta alimento, falta roupa, falta escola. Essas 30 pessoas da minha equipe, trabalham de segunda a segunda. Quarta-feira, eu fui à Cachoeira de Macacu atender duas famílias da Lemos de Brito. Há sete meses eles não visitavam o preso e o rapaz estava ficando numa ansiedade, numa inquietude tremenda. E nós visitamos, levamos roupa, alimento; os filhos estavam fora da escola e os encaminhamos para lá, demos material e retornamos. Fomos a São Paulo atender mais uma família que o preso não via também há dois anos. Consegui localizar os parentes e a esposa em São Paulo. Quer dizer, é um

1 Alfabetização através da Literatura

2 Unidade prisional para policiais.

trabalho gratificante. Eu era um empresário, tinha uma microempresa e deixei tudo para me dedicar totalmente a esse trabalho social. Como sou formado em pedagogia (área de educação), dou aula à noite e trabalho durante o dia nos presídios do Rio.

“Gabinete pastoral”

No início, o trabalho era voltado só para o interno, mas comecei a perceber que mesmo com a religião, ele permanecia ainda ansioso e inquieto. Criei um sistema dentro das Unidades através da Direção, que é um sistema chamado de “gabinete pastoral”, onde nós trabalhamos mais o lado psíquico da pessoa. Montamos uma agenda e, às terças-feiras faço atendimento, na Lemos de Brito, das 13 às 17h, somente no gabinete pastoral – e isso tem melhorado muito. O próprio diretor começou a perceber que o comportamento do preso mudou, que ele já estava se estabilizando psicologicamente devido a esse tratamento. Inclusive alguns diretores de outras Unidades me convidaram. Por isso já vamos para a oitava Unidade. Eu tenho mais dois colegas que são profissionais da área de psicologia, dois terapeutas clínicos, de psicanálise clínica, e dois psicólogos. Isso não interfere no trabalho da assistente social, mas ao contrário, ajuda pois esse serviço fica bem puxado para ela, devido a grande quantidade de internos – são muitos, mil, mil e pouco, oitocentos. Para a psicóloga trabalhar com todos eles é difícil e, como nós já estamos diretamente com os internos, temos maior facilidade. Eu atendo em torno de oito a dez pessoas por dia dentro da Unidade. Trabalhando na área do caráter, da personalidade.

Os agentes religiosos são respeitados

Faço trabalho em favela – Morro do Alemão, Complexo Nova Brasília, Nova Holanda – então, eu conheço muito essa parte social. Quando começo a trabalhar com o preso, já

identifico a comunidade à que ele pertence e conheço as dificuldades sociais do local. Por exemplo, em Vigário Geral, nós tivemos um caso seriíssimo. Fiz um trabalho em Lucas e isso favoreceu. A favela de Lucas agora invadiu Vigário Geral e eu tinha uma família do PO que morava em Vigário Geral, aliás, mora ainda. Só que Vigário Geral era do Comando Vermelho e o cabelo do jovem era vermelho – uma apologia ao Comando Vermelho. Se o outro grupo o pega, o mata. Quando Lucas invadiu Vigário Geral, esse garoto que morava lá dentro não se ligou nesse detalhe. Quando invadiram, o Terceiro Comando assumiu Vigário Geral e eles começaram a procurar esse jovem para matar. Só por causa do cabelo. E o rapaz tinha saído do PO e estava no Batalhão de Choque, onde nós temos um trabalho também. E ele desesperado me disse que os traficantes estavam procurando ele para matar. E aí vem o relacionamento, o trabalho, a confiança que até os traficantes têm nosso trabalho. O pessoal cria um sistema, um clima tenso (“puxa, trabalhar no presídio!”), mas o interno, o preso, tendo religião ou não, respeita os agentes religiosos. E durante esses anos de trabalho no cárcere, nunca tive notícia de um padre aprisionado, encarcerado, nem algum agente religioso. Eles são conscientes do nosso trabalho. Estive lá em Lucas, procurei o chefe do comando da área naquele momento e conversei acerca do garoto. Ele emitiu uma ordem para Vigário Geral para que não tocasse no garoto porque era conhecido do Pastor Vicente.

Houve um episódio há dois meses atrás na Lemos de Brito com o Diretor. Um dos presidiários que encabeçou umas quatro rebeliões na Milton Dias e umas quatro fugas, os diretores não o queriam. E ele se converteu lá na Lemos de Brito; fizemos um culto e ele disse: “eu quero, quero mudar a minha religião, quero ser um camarada religioso. E ele realmente mudou. Quando foi para Lemos, já havia uma previsão de mudança para Ary Franco. Mas ele já estava no grupo de discipulados, que é o trabalho de conscientização e as palestras que

a gente faz durante três meses antes de ele se batizar. A gente faz uma palestra de conscientização em relação ao caráter, personalidade, temperamento, onde se explica, através da genética, do ponto de vista biológico, o motivo pelo qual ele adquiriu aquele caráter: como ele foi formado, o que ele herdou dos pais, dos avós etc. O diretor ia transferi-lo, mas acreditei no trabalho que estava sendo feito e percebi que valia a pena, era gratificante. Eu cheguei lá numa sexta-feira, e ele estava no isolamento e iria ser transferido. Foi quando conversei com o diretor e informei que ele estava no meu grupo de palestra. Entretanto, diretor foi rápido em dizer: “esse camarada não presta, nenhum diretor quer ele, como é que eu vou ficar com ele na minha unidade? Ele vai encabeçar fuga...” Então, falei: “se nós não dermos uma chance ao cidadão, como é que nós vamos provar que ele pode mudar ou que ele teve uma chance de mudar? No morro ou na favela, ele já não teve escolha, não teve chance. Não teve opção social, não teve chance educacional.” É o que nós vemos nas favelas, é o que nós vemos agora no morro do Alemão: crianças com 9 anos com “AR-15” ou pistola. Estão recrutando as crianças. Uma criança de 10 anos para “endolar” droga ganha R\$ 150,00 por semana. Dessa maneira, ganhando R\$ 600,00 por mês pode até comprar tênis de marca, e por isso não sai daquela área. Esse garoto quando a polícia bate ali é o primeiro a se entregar; enquanto os outros fogem, ele fica de “bucha”. E é preso, só que é menor, já conhecemos o processo, ele vai sair daqui a pouco. E o que acontece? O Diretor me deu a chance e o rapaz hoje está totalmente tranquilo. A esposa tinha abandonado, mas conseguimos localizá-la, fizemos a ressocialização no casamento, se batizou e, hoje, ele é membro da igreja lá dentro. Ele é um desses exemplos em que o Diretor diz: “É! Realmente eu preciso confiar nesse trabalho, e crer que a ressocialização pode acontecer”. É um exemplo disso lá dentro da Lemos de Brito. No Ary Franco, também, temos uns quatro que eram considerados perigosos e hoje estão totalmente ressocializados.

Trabalho gratificante

Quando deixei a minha empresa, passei para um colega e fui me dedicar à educação para que eu pudesse fazer esse trabalho. A minha recompensa toda é essa: ver o cidadão, que não tinha nenhuma perspectiva de vida, ressocializado e reintegrado à família e aos seus filhos através do casamento. Trabalhamos também com a parte social do casamento, a parte de cidadania. Estamos fazendo na Lemos de Brito três casamentos por mês. O pessoal normalizando a situação, regularizando. Nós temos, na nossa associação, um departamento jurídico, com um juiz e três advogados que são totalmente voluntários. Todos os processos, *habeas-corpus*, intervenção jurídica, nós fazemos através dos advogados, reemissão de *habeas-corpus*. É uma estrutura que a sociedade não conhece, não tem noção de como realmente é esse trabalho. A idéia de quem está de fora é que: nós vamos só fazer a parte religiosa, mas existe um processo de ressocialização dos que estão lá dentro que é muito gratificante. Então, notar que um policial que só sabia atirar, saiu com uma outra profissão, desenvolvendo uma outra área profissional, é gratificante. Percebemos que realmente vale a pena.

O trabalho dos batistas nas prisões

Para além do trabalho religioso

Sou missionária urbana pela Convenção Batista Carioca e atuo dentro das unidades prisionais do Rio há 20 anos, desde 1985. Atualmente, eu coordeno o trabalho pela Convenção Batista Carioca e atendo a 18 unidades prisionais: Complexo da Frei Caneca, Complexo de Bangu, Evaristo de Moraes e Casa de Custódia de Magé. Nós trabalhamos com uma equipe muito abençoada. Várias igrejas nos ajudam e até pessoas não vinculadas a igrejas evangélicas, como empresários, como é o caso lá em Magé, onde temos um empresário que é católico e tem estado conosco lá, doado cadeiras e participado dos cultos.

Faço assistência no Complexo Frei Caneca, na Unidade Milton Dias e sou a capelã da Hélio Gomes, desde a época que comecei, há 20 anos. Trabalhamos com assistência religiosa, que é nosso objetivo maior, ou seja, levar a evangelização à população carcerária de nosso Estado. Através dessa evangelização, buscar um reencontro com eles mesmos, através da auto-estima, um reencontro com Deus e, conseqüentemente, a valorização moral, que eles perdem ao assumir a identidade de marginalizado. Pois quando eles são considerados marginais, são também ética e socialmente marginalizados. Então, quando eles entram no sistema, perdem um pouco de sua identidade como seres humanos. Eles ganham um registro geral, que é um número, e muitos até nem se conhecem entre si, senão pelo número. Eles têm sempre que estar com o número na ponta da língua pra poder receber qualquer assistência.

Além do trabalho religioso, nós trabalhamos também na área educacional. Sou professora e deixei o magistério para abraçar esse ministério como capelã prisional. E, por conta disso, nós temos investido também na área da educação. Organizamos já duas escolas. Um centro educacional que leva o meu nome, no Complexo da Frei Caneca, onde desenvolvemos cursos de informática junto com o CDI, alfabetização e ensino até a 8ª série. A segunda escola que nós entregamos ao Estado é no Muniz Sodré. Então, temos investido também na área educacional porque, recebendo os internos no Ary Franco — quando convidada pela Secretaria de Administração Penitenciária, naquela época, DESIPE — às sextas-feiras, nós fazíamos um censo junto com a responsável pela área educacional, social e a direção — constatamos que muitos ali não sabiam ler nem escrever. Levando estudos bíblicos, nós também ouvimos muitos dizerem que não poderiam participar porque não sabiam ler nem escrever. Como professora, e tendo clareza de que através do conhecimento o homem pode também mudar, nós iniciamos um processo na área educacional e, hoje, já estamos implantando a terceira parte na Casa de Custódia de Magé. Lá, estamos com 25 internas já matriculadas para, em fevereiro, iniciarmos o curso de alfabetização.

Um outro exemplo é a escola do Muniz Sodré. Hoje o galpão onde é a escola, qualquer um pode ir visitar. Antes tinha aqueles mil e trezentos jovens sem nada para fazer, sem nenhuma estrutura, jogados literalmente no galpão atrás do Esmeraldino Bandeira. O galpão estava desativado, os esgotos entupidos e não tinha água. Eles dependiam da água, da luz e do esgoto do Esmeraldino e dormiam

no chão. Então aqueles jovens começaram a se revoltar, tinham brigas todos dias, rebeliões. Chegamos ali em um clima tenso, terrível. Conseguimos chegar até aqueles jovens, conquistá-los, porque nós precisamos conquistar o coração do ser humano, e não chegar brutalmente. Eles precisam se sentir amados, mesmo que eles estejam errados. E eu consegui, pela graça de Deus, conquistá-los, e hoje, eu falei pra eles: nós vamos fazer uma escola. Então, o local que era um castigo, um galpão enorme onde ficavam aqueles jovens jogados, olhando por aqueles buracos de ferro, hoje é uma linda escola. Mas como foi construída? Sem um centavo do Estado, nem um grão de areia do Estado. Meus joelhos dobrados, minha luta em busca de ajuda. E o diretor fez questão de colocar uma placa lá para qualquer pessoa ler. Ele fez questão, não fui eu, eu não queria porque não é esse o nosso propósito, mas ele colocou lá “Escola realizada pela missionária Adenice”. Tudo bem, mas hoje aqueles jovens estão com outro referencial. Se quem trabalhou lá antes chegar hoje não reconhece. Além do excelente diretor, nós temos trabalhado junto à equipe que ele conseguiu. Hoje nós temos curso de artesanato, curso de primeiros socorros, e estamos lá com outros cursos implantados e a nossa escola imensa para qualquer pessoa ver o que era antes e o depois. Então, eu creio que é por aí. Eu acho que é a soma de todos, é a ajuda de todos, mas que cada um possa fazer algo. Isso é que é importante.

Além destas atividades, trabalho também com a família do preso através do nosso projeto Culto da Família, de acompanhamento à família. Não tenho uma equipe de visitação formada talvez tão bem como a do pastor Vicente. Nós estamos formando agora, é uma das coisas que tenho batalhado. Havia uma equipe para visitação, mas essa equipe, infelizmente, por problemas até de trabalho, se dissipou, mas estamos montando novamente essa equipe. A demanda é muito grande porque o que mais o preso quer é ter a família por perto.

Os encontros com os egressos

Desenvolvemos também um trabalho de acompanhamento a esses homens, agora com a implantação do projeto Luz da Liberdade, porque uma de nossas preocupações nesses vinte anos como capelã prisional, exercendo esse trabalho em caráter integral — manhã, tarde e, às vezes, até a noite, quando há uma solicitação da direção para que nós estejamos na Unidade — temos observado que após o cumprimento da pena perdemos um pouco o contato porque são muitas unidades, são muitos presidiários. Eu atendo em média 5 unidades por dia e, durante a semana quase 3 mil presidiários. Não individualmente, lógico, porque nem poderia, mas através de palestras, cultos, estudos bíblicos, trabalhando em galerias ou com eles juntos. E quando eles saem, muitos entram em contato conosco. Mas outros não entram porque vão para outros estados, outros lugares e nós perdemos o contato. Mas Deus tem me dado muita alegria em receber o *feedback* através de alguém, seja de um funcionário do sistema, seja através de uma outra pessoa, de empresas, como, por exemplo, foi o caso de uma empresa de Bangu, em que alguns estão trabalhando e quase todos eles sempre falam sobre a missionária. Enfim, a minha dificuldade era exatamente essa: acompanhar e saber daqueles que se firmaram, que continuaram ou rescindiram no crime, essa era uma de nossas preocupações. Então, nós estamos com esse projeto Luz da Liberdade, que visa exatamente fazer um cadastramento daquele ou daquela que nós acompanhamos para não perdermos o contato com eles.

Muitos ligam pra mim: são pais, mães, esposas. Outros mandam bilhetinhos através de alguém. E outros, reencontro em situações variadas, como indo falar em igrejas, como ocorreu recentemente, em Niterói. Estive numa região chamada Porto Novo e lá eu reencontrei um jovem que eu acompanhei no presídio Evaristo de Moraes, um ex-traficante.

Eu tinha perdido o contato com ele, mas ele está lá naquela igreja, está trabalhando, está bem, é o diretor do centro de recuperação por onde ele passou. E o pastor disse: “olha, eu queria muito que a senhora viesse aqui para conhecer uma pessoa”. E encontrei também outro, ex-sequestrador, que nós atendemos também na Frei Caneca, na época em que trabalhava na Lemos Brito — eles me chamam muito para várias unidades, mas não tenho, às vezes, condições para atender a todas as unidades. Mas, graças a Deus, Ele tem levado outras pessoas para fazer esse trabalho. Temos, acho, 68 igrejas que trabalham, são pessoas totalmente envolvidas. Isso os cadastrados, fora os que vão voluntariamente, vão durante as visitas, entram durante as visitas e fazem o trabalho voluntário sem o cadastramento.

As conquistas e vitórias que temos alcançado são exatamente estas. É quando sou solicitada para ir a uma casa, rever uma família que foi totalmente reconstruída através de nossos atendimentos, de nossa equipe, vidas que foram restauradas. E já posso ver ali o João Severino, ex-trafficante, hoje membro de nossa igreja, casado com uma menina conhecida minha, também missionária. Fui madrinha do casamento junto com meu esposo, e volta e meia, estamos sendo padrinhos de casamentos. Nos revemos através de encontros, nos transportes, nos pontos de ônibus, ou em qualquer lugar, e eles me reconhecem: “Oi missionária Adenice, lembra de mim? A senhora me atendeu em tal unidade”. Esses dias, estava entrando na Convenção Batista, na Rua Senador Furtado, quando vi um casal atrás de mim. Quando já ia entrando no portão, ele gritou e eu parei. Nos dias de hoje é meio complicado, a gente não tem como não desconfiar de alguma coisa, era uma pessoa de que não me lembrava. O que acho muito bonito é esse *feedback*, nós não nos lembramos deles mas eles sempre se lembram de nós. Porque é o amor, exatamente essa atenção de que o ser humano precisa para se levantar quando ele está caído, é essa mão estendida de todos juntos num mesmo objetivo. Isso é muito importante. E ele disse:

“Olha, missionária, a senhora se esqueceu de mim? Essa aqui é a minha esposa. A senhora me acompanhou na unidade tal, eu era aquele rapaz que tocava o violão.”

Então, a gente não sabe quais são as vitórias, porque essa vitória é muito grande, os frutos estão aí espalhados. Que não haja o reconhecimento da mídia, que não haja o reconhecimento até da própria sociedade, isso pra mim não faz muita diferença. O importante é cada um cumprir com o seu dever, cumprir com sua missão, em cada local. E tenho acompanhado muitas famílias totalmente restauradas, famílias que verdadeiramente estavam destruídas: mulher para lá, filhos para cá e o pai na prisão. Hoje estão todos juntos.

O perdão de Deus

Hoje pela manhã, houve o testemunho de um dos rapazes que, por problemas de briga na unidade, terminou assassinando uma pessoa, e ele não conseguia se perdoar. A pior dificuldade do ser humano é não se perdoar porque é muito complicado trabalhar assim. E nós trabalhamos essa parte exatamente da culpa. Quanto Deus pode ajudar, quanto Deus pode perdoar e aquele jovem realmente encontrou paz através disso, da nossa palavra de que Deus pode perdoar. Através de um contato com este Deus, através de uma confissão, ele poderia encontrar a paz que procurava. E esse rapaz realmente conseguiu encontrar essa paz, nós realizamos o seu batismo. Logo depois, sua companheira o procurou e nós realizamos o encontro deles porque ela o odiava muito pelas coisas que ele fez, mas ela também conseguiu perdô-lo. Hoje, eu tive a notícia de que eles vão casar agora no final do mês e esperam a minha visita lá no casamento. A sogra vendo a mudança, deu uma casa para os dois e eles estão conseguindo móveis, segundo me informaram, sem saber de onde vêm. Então, são pequenas parcelas, são coisas minúsculas, mas que somando no todo, com cada trabalho, com cada um fazendo sua parte, formamos um grupo grande.

A discriminação

A nossa dificuldade consiste, em primeiro lugar, exatamente pelo enorme problema social que nós temos, especialmente quando eles saem das prisões. Lá dentro é tranqüilo trabalhar com eles. Eu sou considerada mãe dos presidiários, assim eles me chamam. Minha casa é enfeitada, eles estão sempre me dando presentes, sabem a data de aniversário do meu casamento, do meu aniversário, do meu esposo, dos meus filhos, eles estão sempre naquela alegria de poder demonstrar de alguma forma o carinho que eles têm por nós. E uma das dificuldades é saber o que fazer quando eles saem porque são muitos os que me ligam: “missionária, a senhora pode pedir a Deus por mim porque eu estou com uma entrevista para um emprego e estou apostando muito nesse emprego”. E de repente, três ou quatro dias depois, nem ele me liga, mas uma outra pessoa falou: “fulano mandou avisar que ele foi na entrevista, passou, deu tudo certo, mas quando olharam a carteira dele – presidiário – mandaram ele vir daí a um mês e ele entendeu que ele estava sendo recusado”. Então, como bem falou o Doutor Odiney, no gabinete dele, numa conversa que tivemos recentemente: “esse preconceito, essa discriminação, essa dificuldade da aceitação dessas pessoas que saem, ainda que recuperadas, ainda que totalmente ressocializadas, querendo uma chance pela sociedade, não há como ignorar”. Essa tem sido uma das maiores dificuldades.

Falta trabalho para os jovens

Os desafios, nós encontramos a cada dia. O crescimento da população carcerária se dá principalmente pelo aumento assustador do número de jovens. No Ary Franco, na galeria B, que é a galeria do Comando Vermelho, trabalho realizando às vezes oito cultos, depois deço para a galeria A, que é no subsolo, – onde aquele jovem, que eu nunca esqueço, marcou muito a minha vida. Fiquei até um tempo sem poder ir lá porque nós temos também o nosso

lado emocional. Somos missionários, enfrentamos todas as coisas, mas o lado emocional também é abalado um pouco. E aquele jovem segurando naquela grade chorava muito. Primeiro, ele estava lá no canto da cela e eu disse para o pessoal: “E aquele menino?” Responderam: “chegou anteontem, missionária, mas ele está muito abalado, ele diz que é só viciado, pegaram ele com umas drogas”. E ele veio chorando: “Missionária, por favor, me tire daqui. Eu só sou usuário, eu preciso de tratamento e não de cadeia”. Então, isso é uma coisa que tem acontecido. Meninos que sobem o morro, por causa do vazio ou de alguma situação, para buscar drogas e quando descem, se os policiais pegam no flagrante, é preso e autuado como tráfico.

Nós estamos com uma situação delicada, já falei isso para várias autoridades, em alguns debates, em faculdades, ou em locais onde podemos falar, e até com nossas autoridades carcerárias mesmo, e, graças a Deus, tenho notado uma abertura de mente para as penas alternativas. Porque o problema não é só prender, prender é tão fácil. Ali na Casa de Custódia, seis mulheres grávidas, presas, também porque estavam com drogas para ganhar “um dinheirinho”, segundo elas me falaram. Nós estamos com um problema sério, socialmente falando, em termos de emprego. As pessoas estão tendendo muito para a venda de drogas e isso está dando muito flagrante. Há uma menina ótima na Casa de Custódia, assim como também na Nelson Hungria; tenho encontrado meninas excelentes que simplesmente estavam com o namorado, quando ele foi pego com drogas e ela foi presa junto. Não adianta explicar à polícia.

Precisamos ver esse desafio do crescimento cada vez maior da população carcerária, pois não existe nenhum programa no nosso Governo. Agora, essa nova política penitenciária através dessa secretaria está mudando um pouco, mas ainda a passos muito lentos. E estamos vendo isso: pessoas com todo vigor, jovens que chegam simplesmente porque

são usuários e saem de lá como verdadeiros traficantes já para pegar uma gerência de boca-de-fumo como um me falou: “Missionária, me tira, por favor, dessa cela porque já estão querendo me aliciar para quando sair daqui, ir para uma gerência de boca-de-fumo e não sei como dizer “não” – estou com medo”. São jovens amedrontados, que não têm nenhuma ajuda, não há psicólogos suficientes para ajudá-los. Esse tem sido um desafio. Não sei se os outros que trabalham percebem a dificuldade de atender a todos, de fazer algo. Eu também vejo, que há um descaso de algumas autoridades quando as igrejas tentam ajudar. Não há um programa de governo. Simplesmente prender e jogar debaixo do tapete não vai resolver. Essas pessoas vão voltar para a sociedade, vão retornar e o que podemos fazer para que, ao retornarem, eles possam tomar um novo rumo.

No meu coração, como capelã, como educadora é possível ver essas pessoas saindo com um novo referencial, com uma mudança, mas que a sociedade também esteja pronta para receber. A igreja, os segmentos religiosos devem apoiar o trabalho. Há vinte anos, já venho fazendo isso e vejo, a cada dia, crescendo mais a necessidade de mais pessoas se envolverem nesse trabalho. Mas é o que acontece depois que tem me preocupado. E também, temos que nos mover um pouco para que nossos governantes tomem uma atitude diante da realidade de nossa população carcerária sem nenhuma perspectiva, nem mesmo lá dentro. Até mesmo querer fazer uma faxina é motivo de briga. Quantas vezes, tenho apartado briga entre eles porque querem fazer uma faxina, para remissão de pena, principalmente, para os que têm crime hediondo e não podem apelar. Só podem ter remissão de pena através da faxina, que é um trabalho que eles fazem sem ganhar nada. Trabalham para o Estado e, às vezes, trabalham até duas horas da manhã – é a hora que eles requisitam – para ganhar um dia de pena para três dias trabalhados. É a forma que eles acham. E fora isso, não vejo muita coisa sendo aplicada.

Os apenados no trabalho de assistência religiosa

Amanda dos Santos Lemos

Assistente Social
Ex-estagiária de Serviço Social
da Penitenciária Esmeraldino
Bandeira

68

Comunicações do ISER

Muito se fala do papel exercido pelo assistente social como responsável pela coordenação das atividades religiosas desenvolvidas no âmbito prisional, mas pouco se falou do apenado como parte atuante deste processo. A partir da minha experiência de estágio no Serviço Social da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, no trabalho de coordenação da assistência religiosa, surgiu o interesse em compreender melhor as relações e a dinâmica deste processo, onde percebemos efetiva participação dos internos.

O universo investigado foi constituído por sete instituições religiosas, representantes de diferentes credos com um total de 22 agentes religiosos cadastrados. Além disso, entrevistamos 1 assistente social responsável pela coordenação do trabalho, 1 representante da Segurança da Unidade Prisional e aproximadamente 8 apenados “monitores”¹. Inicialmente, tentamos realizar encontros grupais com os “monitores”. Entretanto, com a ausência de muitos, decidimos realizar encontros individuais e, em seguida, com os agentes religiosos. O tema gerador a ser desvelado nesses encontros grupais foi a “participação”, restringindo esta categoria às práticas da assistência religiosa, onde buscamos compreender a percepção dos apenados sobre a experiência vivida.

Posteriormente, realizamos encontros individuais com a assistente social, coordenadora do projeto de Assistência Religiosa, e com o chefe de Segurança, responsável pela integridade física e moral dos agentes religiosos e dos próprios apenados. Realizamos estes encontros com o objetivo de aprofundarmos a compreensão do fenômeno da participação, do ponto de vista de todos os atores envolvidos.

Todos os encontros foram registrados em áudio, para que se mantivesse a fidelidade dos diálogos. As gravações foram previamente autorizadas por todos os entrevistados.

O “monitor” como expressão da participação

Tomamos como ponto de partida para realização deste estudo o fenômeno da participação dos “monitores” da Penitenciária Esmeraldino Bandeira no processo de planejamento e desenvolvimento das atividades de assistência religiosa. O aspecto central presente na fala de todos os “monitores” com relação aos motivos para a participação é a “possibilidade de levar a palavra e, assim, se aproximar de Deus, trazendo novas almas para o seu rebanho”.

“Precisamos levar a palavra de Deus para todos, porque só eu sei o que Deus fez na minha vida.” (Encontro I)

“O significado (da participação) é fazer a obra de Deus, diz a bíblia que nós temos que ir por todo mundo e pregar o evangelho a toda criatura, então precisamos falar de Jesus pra todos, o importante é trazer as pessoas para a presença de Deus.” (Encontro III)

Para estas pessoas a possibilidade de pregar e evangelizar sua experiência com Deus representa a proximidade com o Divino, é um ato de agradecimento, pois, dedicando suas vidas à pregação da palavra, eles estão retribuindo os milagres atribuídos ao divino. Na perspectiva de realizar um trabalho de evangelização e pregação da palavra, durante os encontros, muitos apenados, do grupo evangélico, pontuaram a necessidade da ampliação dos espaços

¹ Assim são denominados os apenados que auxiliam os agentes religiosos no dia-a-dia da prisão, tanto na “organização, como na preservação e realização de ritos religiosos”.

destinados à prestação da assistência religiosa. Segundo eles, realizar os cultos apenas no templo em dias pré-determinados é muito pouco, não atinge uma porção significativa da população presa.

“Tem que dar espaço pra gente falar de Jesus, é melhor ainda, seja culto com a família, seja no pavilhão A, seja no pavilhão B, o importante é trazer as pessoas pra presença de Deus.” (Encontro VI)

“O nosso objetivo é esse, garantir este espaço. Nós tínhamos o culto com a nossa família, também foi tirado, né?! Perdemos vários trabalhos aí, com certeza não vamos parar, vamos continuar trabalhando, diz a bíblia que a porta que Deus abre ninguém fecha e a que ele fecha ninguém abre, (...) porque se for de Deus não tem ninguém que possa impedir.” (Encontro II)

Na percepção deste grupo, toda oportunidade deve ser aproveitada para a pregação do evangelho e a busca pela ampliação e reconhecimento do espaço existente para a prática religiosa gerava uma grande mobilização por parte dos “monitores”. Ao reivindicarem a consolidação deste espaço e o apoio do Serviço Social, o grupo demonstrou consciência crítica e conhecimento sobre a causa, caracterizando a existência de um movimento organizado.

Mas a abertura deste espaço não é algo assim tão simples. Devemos lembrar que tudo isso ocorre em um estabelecimento prisional que deve cumprir determinadas normas de segurança que preservem a integridade física e moral de todo aquele que neste estabelecimento se encontrar. Neste cenário, várias são as dificuldades encontradas para a expansão da evangelização, pois é difícil criar canais de pregação sem comprometer as normas de segurança da Unidade.

Na tentativa de consolidar o espaço destinado à evangelização, este grupo busca parcerias internas e externas, muitas vezes se reportando

ao próprio Serviço Social para que este setor “dê uma força” a sua causa.

“...depois a senhora conversa aí com o diretor, que nós tamos pedindo a ele também uma tarde de salvação no pavilhão A, a gente tamo mandando carta pra rua pra pedir material higiênico.” (Encontro VI)

“A gente quer fazer um culto, só da gente interno, por isso que é bom se a senhora passasse pro diretor para ele dá uma força pra gente. Mesmo porque, a gente quer fazer o culto lá pra vê se a gente traz mais companheiro.” (Encontro VI)

Participar das atividades religiosas para estes apenados representa muito mais do que satisfazer uma necessidade ou ocupar o tempo. Participar destas atividades para eles é “se entregar a Jesus, é a possibilidade de ter uma nova vida, de transformar as suas próprias existências”.

“...a cadeia, o diretor, o chefe de segurança não pode transformar a vida de ninguém, mas Jesus .Ele pode, Ele é o Único que pode transformar a vida da pessoa, quando a pessoa abre o coração pra Jesus tudo pode acontecer.” (Encontro VI)

“Quando eu vivi no mundo, eu só fiz coisa errada... olha aí onde eu acabei... eu não era santo, não, andava com más companhias e fiz tudo que não presta. Foi quando eu encontrei Jesus e a minha vida mudou, eu era maldição, hoje em dia, eu sou bênção.” (Encontro II)

“Viver com Deus é melhor, eu era católico e larguei tudo, acabei na cadeia. Hoje eu sei que a gente precisa ter uma religião.” (Encontro I)

Durante os encontros realizados, percebemos que o grau de participação dos “monitores” difere de acordo com a denominação religiosa à qual estão vinculados. Há uma maior mobi-

lização por parte dos apenados “evangélicos”, o que torna este grupo mais organizado, independente e, conseqüentemente, participativo. Entretanto, isso não desqualifica os esforços depreendidos por “monitores” de outras denominações religiosas. Assim, no dia-a-dia da Unidade, eles escrevem a sua história e buscam a transformação deste espaço. A partir da determinação destes homens muito já foi feito e eles querem mais. Aos poucos estes homens conquistam o espaço, o respeito e a admiração daqueles que vivenciam esta experiência.

Pelas mais diferentes razões, sabemos que o sistema atualmente não cumpre sua função de ressocializar os apenados. Diante desta carência, as atividades religiosas surgem como grande incentivo para que os apenados “se tornem novamente capazes de viver em sociedade”. Os apenados que se dedicam às práticas religiosas acreditam que se aproximando de Deus estarão se afastando do pecado, ou seja, do crime, que segundo eles “não leva a lugar nenhum”.

Os Agentes Religiosos

Os agentes religiosos das diferentes doutrinas reproduzem a mesma diferenciação que há entre os “monitores”. Ou talvez o processo seja inverso, e os monitores reproduzem a diferenciação identificada entre os agentes. Os agentes das doutrinas católica e espírita têm uma compreensão semelhante acerca da participação dos apenados no desenvolvimento das atividades de assistência religiosa. Segundo eles, a participação é algo positivo que proporciona a transformação e ocupa as vidas das pessoas encarceradas, afastando-os do convívio com “o que não presta” e possibilitando a reaproximação com Deus.

“...a religião consiste nisso, em você reintegrar o homem ao caminho da espiritualidade sem religiosidade piegas, mas sim, religiosidade da reintegração dele na consciência com seu Deus, que é a natureza...”(Encontro V)

“Eles participam da missa, fazendo leituras, eles fazem a limpeza da igreja, a gente chega, aí a capela está suja, aí eles vão, pegam logo a vassoura com a maior boa vontade, (...) a gente vê o interesse deles de limpar a igreja, eles limpam, fazem a leitura, dão os folhetos para os outros que estão chegando. Quase todos cantam e fazem as orações, você vê eles muito participantes da celebração ou da missa.” (Encontro VII)

Na ótica deste grupo, participação nada tem a ver com organização política, social e cultural. A participação está restrita a atividades de ajuda como limpar o templo ou cantar nas celebrações. Ainda assim, alguns agentes falam com emoção sobre o envolvimento dos apenados com a assistência religiosa. Os agentes da Pastoral Penal (Igreja Católica) lembram, com emoção, a restauração da capela da Unidade, que foi possível graças à participação dos internos.

“Na construção da capela, o padre fez um agradecimento logo na inauguração da capela. Foi um momento muito bonito, porque a gente via a luta deles, porque eles ficavam ali dentro trabalhando... então, eles saíam de lá e vinham ali para igreja, e depois eles tinham a felicidade, o prazer de dizer “eu ajudei a construir essa igreja”, aí eu conversava com eles, tinha um que fazia tanta coisa ali que a gente até se surpreendia! (...) Todos eram voluntários, não foi ninguém obrigado a ir, ao contrário, o construtor tinha dificuldade de tantos quantos queriam participar.” (Encontro VII)

Os agentes religiosos acreditam que a assistência religiosa configura-se como um instrumento imprescindível para processo de ressocialização do interno. Segundo eles, o Estado deixa lacunas na administração de seus estabelecimentos prisionais, o que ocasiona a revolta dos presos contra a sociedade, dificultando sua reintegração. Neste cenário, as instituições religiosas realizam mais que

um trabalho religioso, elas desenvolvem, em paralelo, atividades sociais e materiais, amenizando os sentimentos de revolta e vingança que o apenado nutre contra a sociedade durante o período de reclusão.

Esta postura das instituições religiosas atrai os apenados e “proporciona uma transformação na vida daqueles que aceitam e congregam a palavra de Deus”.

“A gente acredita que esse trabalho, quando a pessoa frequenta assim, ele já muda um pouco a sua vida pública. Então, ele saindo daqui, ele vai repensar duas vezes no que vai fazer. Todos nós somos passíveis de erros, agora, é preciso que a gente não repita esse erro. Muitos falam que hoje não fariam o que fizeram no passado, pela palavra que foi passada foi se refletindo. Então, às vezes, a pessoa erra por causa de quê? De uma palavra, né?!” (Encontro VII)

“Essa é a conscientização que nós damos a eles, é uma conscientização, mais de valores humanos, de reintegração social do que, praticamente, uma religião, porque eu considero uma religião aquela que dá a consciência do homem ao seu Deus, não importa qual.” (Encontro V)

“De repente, eles vêm porque já estão cansados de não adquirir nada na vida, não construiu nada, é só derrota e isso a gente usa até para fazer as pregações. As orientações batem em cima disso: o que você fez até hoje? O que você adquiriu?” (Encontro VIII)

Por outro lado, ao nos aproximarmos dos agentes religiosos, pregadores da doutrina evangélica ou protestante, nos deparamos com outra realidade, marcada por um universo de representações e significações.

Logo nos primeiros encontros, percebemos que a concepção de participação destes agentes era mais ampla, bem próxima de uma

posição política. Em princípio eles concordam com os demais agentes, e dizem perceber a participação dos apenados como positiva e importante,

“visto que o alvo da igreja é dar assistência a estes homens, cuidar do seu lado espiritual (...)” (Encontro VIII)

Ao aprofundarmos o diálogo, percebemos que, para eles, a assistência religiosa assume dimensões mais amplas. Na realidade, as instituições evangélicas formam um movimento organizado e dão todo um tratamento diferenciado à questão da religiosidade.

“Uma vez ele crendo e aceitando as escrituras, com certeza ele mudará o caráter... Nós acreditamos nesta mudança, até porque essa credibilidade que nós damos, já é baseada em fatos, em obras que são realizadas na vida deles. Eles mesmos testemunham aqui dentro e quando saem pra liberdade, quando são crentes, abraçaram a fé de verdade, a gente faz uma espécie de acompanhamento na sua vida, então com isso vamos ver se eles não mais voltam para aquela vida anterior, não mais pensar em roubar, não mais enganar, não mais pensar em mentir... Agora, a visão, o interesse deles mudou, através das escrituras, dos ensinamentos. Isso levou a eles a mudança de caráter, por isso, que ele é o nosso alvo...” (Encontro VIII)

“Deus está sempre acima. Ter suas vidas, realmente, transformadas só depende deles, tem uns que a gente vê que é um processo, não é de imediato e nós temos trabalhado em cima disso.” (Encontro V)

Os agentes religiosos evangélicos fazem questão de reafirmar que o trabalho deles não se resume à pregação do evangelho: a “obra” que eles realizam é muito maior, perpassando o que eles chamam de assistência social e material, reconciliação de famílias, acompanhamento e orientações sentimentais.

“(...) é evidente que a gente não pode esquecer um pouco do social, que isso chamamos de bem material...”

(Encontro VIII)

“(...) esse trabalho é um trabalho que tem que se prolongar acerca do atendimento a eles, acerca dos familiares deles, que nós também temos um trabalho, porque quando eles vêm na frequência, eles passam pra nós o problema da família lá fora, a gente vai atrás dessa família e tenta ajudar.”

(Encontro V)

A União Evangélica como organização social

Ao buscar a consolidação do movimento de participação, o grupo evangélico demonstrou maior engajamento e determinação, o que levou à organização coletiva destes apenados, dando origem à União Evangélica Esmeraldino Bandeira. Ao nos debruçarmos sobre a compreensão do fenômeno da participação no desenvolvimento da assistência religiosa, nos deparamos com outro fenômeno, o da organização. Segundo os entrevistados, a União Evangélica Esmeraldino Bandeira é uma instituição religiosa, fundada por apenados e agentes religiosos (alheia ao conhecimento das autoridades legais), com o propósito de acabar com a desunião entre as instituições evangélicas credenciadas para desenvolver trabalho religioso dentro desta Unidade Prisional. Entretanto, esta nova instituição demandaria responsabilidades e atribuições que não poderiam ser exercidas pelos agentes religiosos. Com isso, os apenados tomaram a direção desta nova congregação, dividindo competências e responsabilidades, elaborando propostas e criando regras para o convívio social. A União Evangélica Esmeraldino Bandeira, funciona como uma igreja, composta por Pastor Presidente, 1º e 2º Secretários, Tesoureiros, Evangelistas, Coral, Professores Bíblicos e Dizimistas.

“O Z. L. é o presidente, o A. M. ajuda a gente na parte da secretaria, mas tem outro

secretário, o R.. Eu sou o segundo dirigente, o Z.L. é o primeiro dirigente, tem o tesoureiro, o L. D. e tem o secretário. Ah! e o A. M. dá aula, ele é o professor, ele que dá aula do estudo bíblico.” (Encontro II)

Diante do número expressivo do grupo evangélico, a Direção da Unidade concedeu a estes apenados uma cela. Na cela B-6, do Pavilhão B, funciona a sede desta organização e todos os membros da “Diretoria da União e o ministério” moram nesta cela. Durante a noite, depois do “confere”², estes presos se reúnem e promovem cultos de louvor, vigílias, estudos bíblicos, orações, seções de descarrego, enfim, desenvolvem todas as atividades inerentes a uma igreja.

“(...) a gente tem na cela: 2º feira – culto de adoração, das 19 às 20h; 3ª feira – culto de estudo; 4ª feira – não tem nada por causa da visita, depois da visita a pessoa está cansada, a gente faz só uma oração e, depois, na 5ª feira, tem o culto de oração e domingo é culto de louvor e assim vai indo. E tem campanha de oração, começa às 10 horas da noite, só que aí, os irmãos oram em silêncio pra não incomodar as pessoas do lado, vai até 4 e meia, cinco horas da manhã... mas é por dupla, um ora, aí vai chamar o outro.” (Encontro VI)

Além disso, os “monitores” evangélicos são responsáveis por auxiliar os agentes religiosos com listas de autorização para acesso aos cultos, além da identificação de demandas que deverão ser levadas aos agentes.

O desvelamento deste fenômeno foi uma grande surpresa, não só para o Serviço Social, mas também para a Segurança da Unidade, que acreditava que a União Evangélica Esmeraldino Bandeira era uma instituição religiosa legalmente reconhecida, tamanho o grau de organização e representatividade destes apenados. Nós, enquanto pesquisadores, nos assustamos, também, com a magnitude desta “obra”. Segundo os “monitores”, através do

² Contagem numérica dos presos. Na Penitenciária Esmeraldino Bandeira é realizado às 8 horas, quando acontece a troca da turma de guardas e às 17h30, quando a cadeia é “trancada”. Em caso de dúvida, é realizado confere nominal em todas as celas.

dízimo dos frequentadores, foi possível reformar a Igreja e equipá-la com instrumentos musicais, bancos novos e construir uma piscina no altar, onde são realizados os batismos nas águas.

Entretanto, realizar uma “obra” desta dimensão requer a participação de muitas pessoas. Foi daí que surgiu a necessidade da criação desta organização, uma vez que os agentes religiosos só comparecem à Unidade uma vez por semana, no máximo duas, o que não dá conta da demanda. A União Evangélica surge como “suporte” para as igrejas evangélicas, não só para dar apoio logístico, mas, principalmente, para aproximar as diversas entidades evangélicas, que, segundo os próprios agentes, agiam de maneira isolada. Assim, com a criação desta organização, o trabalho evangélico tornou-se mais eficiente, organizado e centralizado, pois o mais importante é a pregação do evangelho e a salvação de almas.

“Eu não estava aqui pra pregar a minha Igreja Batista, como a Assembléia, não, como a Universal também não. Cada igreja trabalha dentro do seu dia com tudo pra não ter essa desunião e nós somos vitoriosos, porque conseguimos fazer isso, então, foi fundada a União dos Evangélicos. Ainda têm alguns poucos que se separam, mas com tempo nós sabemos que vão se aproximar, mas, está muito melhor do que era há 4 anos atrás...” (Encontro V)

“Olha, a União Evangélica aqui já estava sendo cogitada há mais de cindo anos atrás, porque as igrejas, cada uma tinha um grupinho, então cria-se um clima tipo guerra fria, então atrapalhava, mas se falávamos da mesma coisa, do mesmo Deus, porque não acabar com isso? Aí chegamos à conclusão que isso tem que acabar!” (Encontro VIII)

O movimento de união cresceu, ganhou força e tornou-se a maior manifestação de dedicação e organização dentro da Penitenciária Esme-

raldino Bandeira. Os “monitores” passaram a ser responsáveis pela divulgação dos cultos, identificação de demandas, preparação das listagens de acesso aos cultos, além de organizar batismos e casamentos.

“Eles que se organizam, tem os dirigentes, tem o secretário, cada um tem uma função ali dentro, eles entre eles e nós. Eles querem um aval nosso quando têm alguma dificuldade que não podem resolver. Eles vêm aos agentes e divulgam: quando se tratar de pessoas que foram batizados pela Batista, aí eles passam os problemas; quando quer ser desligado, passa pra nós, pra cada um conforme o trabalho de cada um, por denominação. Um membro nosso quando é batizado pela nossa denominação, lá fora a gente dá cuidados a ele, igual aos da Assembléia são cuidados pelo pessoal da Assembléia. Então a gente tem esse trabalho, pra não ficar uma pessoa sobrecarregada.” (Encontro V)

Ao término de cada encontro, percebíamos que a assistência religiosa reúne um universo de significações e representações. Por trás das práticas religiosas, existe uma força superior que motiva e inspira apenados e agentes religiosos na busca da transformação, não só das pessoas, mas também, do próprio espaço institucional. Ao defenderem a ampliação de um espaço que permita a participação dos apenados e a ampliação da pregação do evangelho, estes homens acabam por promover um movimento de tamanho e proporções inacreditáveis. Talvez nem eles próprios tenham essa consciência. Esta realidade é extremamente relevante para o Serviço Social, que tem de pensar sua missão diante deste fenômeno que, sem dúvida alguma, já faz parte do dia-a-dia da Penitenciária Esmeraldino Bandeira.



**Conversão:
testemunhos
acerca da
experiência
prisional**

Trajetórias religiosas e experiências prisionais:

a conversão em uma instituição penal

A conversão como processo estratégico

A conversão religiosa no universo prisional é um fenômeno muitas vezes associado – como pude ouvir de alguns informantes durante minha pesquisa¹ – à idéia de que a maioria dos detentos convertidos estaria “se escondendo atrás da Bíblia” durante o cumprimento de suas sentenças. Seguindo esta linha de raciocínio, a conversão religiosa seria definida em termos das possíveis causas e motivações; em se tratando de detentos, a conversão religiosa seria o resultado de uma tentativa de “enganar” ou de suprir suas diversas “carências”. A conversão religiosa poderia, assim, significar a “salvação” do detento em relação aos perigos produzidos na situação de encarceramento, como por exemplo “acertos de contas” entre detentos, humilhações, privações materiais e da intimidade, abusos de autoridade por parte de funcionários e outros detentos.

Assim compreendida, a conversão religiosa é reduzida a uma ação intencional do detento para obtenção de benefícios no interior da instituição em que se encontra. Mas este é apenas um dos pontos de vista sobre a conversão religiosa. Além disso, tal perspectiva parece pouco oferecer para a compreensão do fenômeno religioso no interior das unidades penais. Por que algumas denominações religiosas seriam mais atuantes que outras? Por que algumas religiões seriam coibidas e outras incentivadas? Em que medida a “manipulação” da conversão pode ser sustentada diante de uma vigilância acirrada produzida, sobretudo, pelos próprios pares? Estas são apenas algumas questões que apontam à necessidade de observar a conversão religiosa em unidades penais por meio de outros parâmetros.

Penso que as respostas a estas questões podem ser procuradas a partir da compreensão do fenômeno da conversão religiosa por parte dos detentos. Minha intenção neste artigo é, portanto, chamar atenção para alguns dos sentidos atribuídos pelos detentos às experiências, religiosas e prisionais, por meio de um código de crenças por eles compartilhado. Compreendo o fenômeno da conversão religiosa, em especial a igrejas de orientação pentecostal², como um processo estratégico³ que concede novos significados às práticas e, desta forma, altera as relações entre os diferentes grupos de detentos e destes com o mundo. Tomo a conversão, portanto, como um processo individualmente elaborado e que, assim, apresenta arranjos muito particulares quanto à seqüência de etapas de conversão percorridas e quanto aos significados atribuídos a cada uma delas. Mas é, sobretudo, um processo compartilhado, estruturado socialmente e de uma forma singular neste universo prisional.

As experiências de conversão religiosa

Passo então a apresentar resumidamente alguns dos relatos sobre conversão religiosa que obtive. Organizei-os de forma a salientar as temáticas que foram recorrentes a todos os “testemunhos” e que surgiram de maneira explícita e implícita na fala destes convertidos. Reconheço que seria possível propor outros arranjos, mesmo porque a riqueza de elementos que estes relatos expressam não pode ser circunscrita a uma única situação ou temática. Mas cabe observar que a forma como estou apresentando estes relatos está vinculada à idéia da conversão como processo estratégico – o que não significa que todos os convertidos percorram este caminho da

1 Esta pesquisa originou minha dissertação de mestrado em Antropologia Social na UFSC. A pesquisa de campo foi realizada entre abril e novembro de 1999 em duas unidades penais do Paraná: a Prisão Provisória de Curitiba (PPC) e a Penitenciária Central do Estado (PCE), ambas de segurança máxima e destinadas à população carcerária masculina. (Cf. Scheliga, 2000).

2 A maior visibilidade do fenômeno de conversão religiosa ao pentecostalismo está vinculada ao habitus que produz a experiência religiosa pentecostal. Secundariamente, ao número de grupos pentecostais presentes nas unidades penais.

3 Estou tomando o conceito de estratégia no sentido empregado por Bourdieu (1990), isto é, como o domínio prático de uma lógica, adquirido pela experiência; nesta perspectiva, estratégia jamais é uma escolha consciente e individual, guiada pelo cálculo pragmático ou por motivações afetivas.

mesma forma, ao mesmo tempo ou com a mesma intensidade.

O “fundo do poço”: crise e sinais

Gostaria de iniciar minhas considerações sobre a conversão religiosa com um trecho do relato de Renato, integrante da Igreja Evangélica Assembléia de Deus:

“Vivi muitos anos distanciado de Deus, quando em 1996 me encontrava em uma situação bastante complicada juridicamente e em todos os aspectos da vida, estava no fundo do poço, como diz o dito popular. Foi neste momento que tive um encontro real com o Senhor Jesus e Ele mudou minha vida. (...) Ele falou comigo, dizendo-me: ‘Filho, levanta que tenho planos contigo, farei de você um grande ministro de meu Evangelho’. Isso se cumpriu em um curto espaço de tempo. Sessenta dias de convertido, fui separado para a obra de Deus.”

O trecho acima é significativo para ilustrar a trajetória de alguns detentos que se converteram após terem sido presos. O momento da prisão é retratado, muitas vezes, como o instante em que atingiram “o fundo do poço” – local que se caracterizaria pela sujeira e solidão, espaço que não apresenta mais saídas, a não ser um retorno para a direção contrária. O “retorno” é a metáfora para aquilo que os detentos compreendiam como conversão. Converter-se a alguma religião, além de significar este retorno, é também compreendido como uma “tomada de atitude” que, de acordo com os convertidos, divide mundos e etapas da vida.

Os detentos quase sempre iniciaram seus “testemunhos” relatando o momento crítico no qual o processo de conversão religiosa teria sido iniciado – coincidente, muitas vezes, com o momento da prisão. A crise é marcada por situações por eles consideradas como sofridas e dolorosas, sendo bastante comum a utilização de expressões marcadas por um

valor negativo para se referir ao momento da detenção: “mundo desabado”, “momento mais difícil”, “a vida parecia ter acabado”, “sentia-se um morto vivo”, enfim, “o fundo do poço”.

As categorias que caracterizam o período anterior à conversão estão imbuídas da idéia de que um sentido para as suas vidas estava ausente (daí a sensação recorrente de “vazio interior”) o que, por sua vez, explicaria o envolvimento com drogas, bebidas e crime, além da ausência de perspectivas futuras. O “depois” é pintado com cores mais alegres: a maioria afirma ter percebido mudanças em sua vida e com relação a sua família; alguns detentos afirmam inclusive que o convívio com outros detentos e com os funcionários foi alterado, para melhor.

Em diversas ocasiões pude ouvir o quanto é valorizada pelos detentos a presença da família neste processo de conversão: alguns detentos afirmaram que a conversão religiosa e/ou a “retomada” da trajetória religiosa reaproximou-os de valores aprendidos na infância e adolescência, junto à família. A família tanto é um ponto de referência para o “retorno” como pode ser uma justificativa para o tempo “afastado de Deus” – quando se trata de não praticantes.

Para outros detentos, a conversão religiosa surge como uma situação de aproximação dos familiares; em alguns casos, a conversão religiosa do detento implica, também, a conversão religiosa de membros de sua família. A conversão resulta, portanto, na construção e consolidação de uma vasta rede de sociabilidades e lealdades. Cabe observar que esta rede não é circunscrita aos limites do presídio nem limitada às relações de parentesco. O estabelecimento de vínculos sociais e afetivos entre os detentos também não é algo exclusivo aos convertidos, mas o que me parece central, no caso deles, é como a religião atribui um sentido às relações produzidas no espaço específico da prisão e no mundo, de uma forma mais ampla.

Retomando a idéia de crise, vale dizer que ela não é, necessariamente, o primeiro passo para a conversão religiosa. Em alguns casos, este momento crítico é compreendido como um momento em que se sente uma “força sobrenatural” porque o detento já teve, em outros momentos, sinais da presença divina. Todos os detentos – em maior ou menor grau – experimentaram o contato com o divino através de visões em sonhos (como Felipe e Fábio, que apresentarei adiante), vozes e toda uma gama de sensações como calores, tremores, calafrios, que podemos explicar como efeitos de uma operação simbólica que o envolve.

“Aceitei Jesus!”

Para alguns detentos, a conversão religiosa é definida como um evento que se dá num momento especial e é definitiva. Este é o caso de Renato, que “dobrou um joelho de uma só vez”. A conversão anunciada como “instantânea” e “definitiva” pode ser explicada, por um lado, pela significativa experiência sensorial produzida no momento da decisão de “aceitar Jesus”. Por outro, pelo repertório religioso que orienta sua visão de mundo e faz com que atribua novos significados aos episódios que constituem sua trajetória. Vale lembrar que muitos detentos já haviam participado de diferentes denominações religiosas e dispunham, portanto, de um conjunto de códigos religiosos para interpretar as situações que viviam e que lhe permitiam operar uma distinção entre o período anterior e o posterior ao momento da conversão.

O “aceitar Jesus” também está relacionado ao “entregar-se nas mãos de Deus”. Uma situação observada que explicita esta nova postura frente ao mundo, e neste contexto específico que é a prisão, é a postura dos detentos com relação à avaliação periódica a respeito de seu comportamento, o exame criminológico. Muitos detentos afirmaram “entregar nas mãos de Deus os seus exames”, compreendendo que era esta atitude que fazia com que obtivessem avaliações positivas e ganhassem benefícios. O

convertido deposita confiança no plano divino e busca, na “justiça dos céus”, discernimento para agir com relação à “justiça dos homens”. É interessante notar, portanto, como o “render-se a Deus”, aqui, significa submeter-se a uma vontade divina que ressignifica as regras jurídicas.

Um exemplo, neste mesmo sentido, é o de Renato. Momentos após a prisão, Renato afirmou ter tido o seguinte diálogo interno: “Falei pra mim: ‘quer saber de uma coisa? Eu não vou falar nada pra eles. Não vou confessar nada. Eu não vou colaborar em uma vírgula, apesar das circunstâncias, o que tinha de acontecer já aconteceu, agora daqui pra frente é o seguinte: eu vou fazer meios de mais a frente poder me defender’. E busquei essa força e consegui isto, a partir daquela hora, sabe? Não sei aonde. Bom, foi de Deus, né?”. Ao optar por não depor, o detento não estava apenas assegurando seus direitos (mantendo-se calado para só falar acompanhado por um advogado), como transferindo para outra instância o julgamento dos seus atos. E adotando o repertório religioso para compreender estas ações, atribuiu novos significados para os delitos; eles estavam previstos por Deus como um meio de fazer com que ele descobrisse o “verdadeiro caminho”.

Seguindo a lógica de que “Deus escreve certo por linhas tortas”, converter-se não significa, portanto, estar a salvo de cometer “deslizes” e/ou sofrer “quedas” em sua trajetória de convertido, dentro ou fora dos limites da penitenciária. Da mesma forma que existem “barreiras mundanas” que se interpõem à trajetória de conversão “lá fora” – muitos afirmaram que os delitos cometidos e/ou pelos quais eram acusados e estavam detidos aconteceram num curto período em que “deslizaram na fé” e se afastaram da “vida cristã” – a “batalha” continua na unidade penal.

O “testemunho” mais exemplar, neste sentido, é novamente o de Renato. No momento da prisão Renato sentiu “algo diferente”, que fez com que ele decidisse não depor. Após diversas

transferências de unidades Renato chegou à Prisão Provisória de Curitiba e nesta unidade penal, “balançou” novamente, esquecendo o “compromisso” assumido no momento da apreensão pela polícia. Um indício deste “balançar” foi seu envolvimento com atividades mundanas: por ter um curso de arbitragem – possivelmente cursado ali na unidade, durante o cumprimento de outra pena – era constantemente chamado para apitar partidas de futebol dos times de detentos. Outros agravantes para este “balançar” eram os convites recebidos de outros detentos para que ele participasse de planos de fuga. O “compromisso” só foi cumprido quando um dia acordou “decidido”, sentindo a necessidade de “desenvolver o aspecto espiritual de sua vida”.

Provações, como estas, são recorrentes. Aquilo que os convertidos entendem como o preconceito da “massa carcerária” e dos funcionários por eles serem “evangélicos” também seria uma provação a ser quotidianamente enfrentada na prisão. Cabe ressaltar que os “deslizes”, as “quedas” e os “balanços” parecem fazer parte, de acordo com os detentos, de uma “providência” divina. Os deslizes, portanto, seriam provações necessárias para o fortalecimento da fé e ao mesmo tempo para o fortalecimento do “eu” perante Deus e os homens.

Evangelização, chamado e missão

Ainda de acordo com os convertidos, neste plano divino no qual a prisão está inserida como tempo e espaço de provações, descoberta do “verdadeiro caminho” e fortalecimento da fé, também está inscrita a prática de evangelização e/ou missão. Para os convertidos, a permanência no pátio, por exemplo, não tem apenas o significado de descanso e socialização, como parece ser para os demais detentos; para os diferentes grupos de detentos de orientação pentecostal, a permanência no pátio está associada, fundamentalmente, à pregação dos Evangelhos, aos “testemunhos” e ao “arrebamento” de novos fiéis para suas igrejas.

De acordo com a tradição protestante, todo e qualquer fiel tem a possibilidade de se transformar num anunciador do discurso religioso. Daí parece decorrer a importância concedida aos “testemunhos” que durante os cultos intercalam-se às orações. Os “testemunhos” dos já convertidos não raras vezes foram determinantes nas opções religiosas de outros detentos. E mais do que isso. É interessante pensarmos o quanto estes “testemunhos” podem ser lidos como momentos privilegiados de transmissão dos saberes e de uma ética religiosa.

É, portanto, bastante significativa a atuação dos agentes religiosos da própria instituição penal e um tanto relativa a importância daqueles que visitam os detentos periodicamente. Os pastores e obreiros “de fora” são agentes que legitimam o que os detentos convertidos realizam quotidianamente: de acordo com os pesquisados, quase todos lêem trechos da Bíblia para outros detentos e já os convidaram para participar dos cultos de suas igrejas; todos também afirmaram conversar sobre religião com outros detentos e seus companheiros de cela (vale observar que todos dividiam cela com outros convertidos, ainda que estes detentos não fossem, necessariamente, da mesma denominação religiosa).

Ao mesmo tempo em que todos podem anunciar os ensinamentos bíblicos e testemunhar “o poder de Deus sobre suas vidas”, alguns seriam eleitos para organizar a “comunidade” de fiéis. Estes convertidos receberiam um “chamado” não apenas para se integrarem ao grupo religioso, mas também receberiam a “missão” de conduzi-los. Este seria, por exemplo, o caso de Felipe, dirigente da Igreja Missão Final, denominação de orientação pentecostal fundada por ele no interior da Penitenciária Central do Estado. Felipe teria tido uma visão reveladora ainda na adolescência, enquanto freqüentava a Assembléia de Deus:

“Deus me levou a um certo lugar, um monte chamado Morro do Mato. E, nesse lugar, Deus me levou em visão até este lugar, onde

lá eu cheguei em cima do monte e comecei a preparar um altar. Comecei a juntar pedras, lá em cima (na visão) e fazer um altar. Então eu com a minha Bíblia, abri a minha Bíblia e coloquei aberta sobre o altar. E ali eu dobrei meu joelho diante do altar, levantei as minhas mãos e quando eu ergui a minha voz, um raio do céu desceu em forma de pirâmide e envolveu a mim e o altar, sabe, e com este envolvimento daquela claridade, daquela luz vindo do céu, desceram dois seres de branco e se posicionaram a minha direita e a minha esquerda, junto com a luz, sabe?”.

Felipe relatou que depois de ter esta visão, contou tudo a sua mãe, que teria então lhe dito que a visão tida era um “ministério”, isto é, um “dom” oferecido por Deus, como o “louvor”, a “pregação da palavra” e o “evangelismo”. O pastor responsável pela Assembléia de Deus confirmou a opinião da mãe de Felipe. A visão de Felipe interpretada como um dom divino transformou-se, como o fato de ter “nascido em berço evangélico”, num elemento legitimador da sua posição como dirigente de uma igreja de orientação pentecostal.

Sua iniciação precoce nos saberes religiosos, a prática contínua como fiel da Assembléia de Deus e a visão reveladora fizeram de Felipe um detento capacitado – aos seus olhos e perante os demais convertidos – para anunciar o discurso religioso. Esta nova denominação religiosa segue os mesmos princípios e procedimentos litúrgicos da Assembléia de Deus, como pude observar (e que o próprio Felipe reconhece como semelhante). A constituição da Igreja Missão Final foi então interpretada como a concretização do “verdadeiro” significado da visão⁴.

Outro caso particular é o de Fábio. A prisão e a conversão deste detento ocorreram no ano de 1992. Até então Fábio dizia ter “ódio de crente”: em parte, em sua opinião, por não ter herdado dos pais uma “cultura evangélica”; em parte, pela convivência com seu vizinho Rômulo, pastor da Igreja Deus é Amor. Para

Fábio, Rômulo era um “crente que perturbava muito”, devido a seus comentários pejorativos sobre a origem nordestina do vizinho. Fábio, sentindo-se ofendido, respondia os insultos com palavras ofensivas. As constantes discussões culminaram numa briga entre os dois, com Fábio correndo atrás do vizinho armado com um pedaço de pau para agredi-lo. O clima de animosidade entre os vizinhos continuou após este episódio. Meses depois Fábio foi preso e permaneceu incomunicável durante uma semana⁵. Passados os dias de isolamento, Fábio recebeu a visita do vizinho pastor, o qual lhe presenteou com um hinário.

É interessante notar, mais uma vez, a importância da atuação de agentes religiosos na conversão de novos fiéis e na transmissão do repertório religioso. Se, nos casos apresentados anteriormente, eram os “testemunhos” pessoais que fundamentalmente reforçavam o convite para participação nas atividades litúrgicas, aqui, no caso de Fábio, é a atitude de Rômulo que impulsiona a conversão de Fábio. O hinário simboliza o interesse de Rômulo sobre sua pessoa e, mais que isso, o valor que a “missão” porta para estes convertidos: superação de mágoas e procura do bem estar do outro.

Fábio relatou que depois desta visita, “fez um propósito com Deus”, ou seja, um acordo: Deus o tiraria daquele lugar e ele, em troca, tornar-se-ia um evangelista. O primeiro “resultado” deste acordo surgiu no prazo de quinze dias: Fábio afirma ter ampliado o seu espaço de circulação na delegacia – que ele exprime como ter saído “de dentro da ala” e ter tido permissão para ficar no corredor. Desde então Fábio afirma estar “evangelizando”.

A trajetória religiosa de Fábio inclui o batismo na Igreja Pentecostal Família do Senhor Jesus e a frequência aos cultos da Assembléia de Deus na Penitenciária Central do Estado. O primeiro “sinal” a respeito de sua missão foi recebido enquanto Fábio ainda freqüentava a Assembléia de Deus: “Deus me deu uma

4 Penso que a informação obtida junto a um agente penitenciário pode ser levada em consideração. Conversando a respeito da pesquisa e mais propriamente sobre a constituição da Igreja Missão Final, fui informada que Felipe “não tinha muito espaço ali dentro”. Sua participação na Assembléia de Deus era limitada bem como as possibilidades de ascensão na hierarquia interna, fato que não correspondia às expectativas de Felipe que pretendia desenvolver o “ministério” oferecido por Deus na sua adolescência.

5 Segundo o detento, este é um procedimento usual da polícia – o que, no entanto, penso estar relacionado ao tipo de acusação feita em seu caso: estupro. Nestes casos, é comum que os detentos “peçam seguro” ou que os próprios funcionários detenham o acusado numa cela de segurança máxima, isolada do “convívio” e das possibilidades de agressão física.

visão que eu tinha que ir pra lá ajudar eles [Pastor Felipe e outro diácono]. Eu fui, e passei pro [ministério do] Pastor Felipe, a gente tá fazendo uma obra junto”. Foi neste período que Fábio teve outro “sinal” sobre a sua missão. Desta vez, um sonho, de maneira muito semelhante à de Felipe:

“ Eu vi aqui do lado do pôr do sol, tinha uma serra, (...) tinha uma chuva caindo naquela serra, uma chuva muito bonita. Aquela água corria em cima daquela serra, assim, mas de repente uma pedra abriu. (...) voou água e barro pra todo o lado. E aquelas pedras vinha na minha direção. Aí eu me escondi, disse que dentro de uma casa. Assim quando eu saí na porta, quando eu olhei, aquelas pedras ia passando assim. Ia passando uma pedra na frente (...) uma pedra angular, e uma outra atrás, do mesmo modelo, do mesmo tamanho, da mesma cor. E pra trás três pedrinhas coloridas, cor-de-rosa. Eu via uma pastagem muito verde, assim, muitos animais, gados brancos. Eu acordei e fiquei perturbado com aquele sonho. Porque aquilo ali era uma visão de Deus, não era um sonho comum, era uma visão espiritual.

Quatro dias depois eu estava fazendo uma visita a uma igreja aí e ali dentro daquela igreja eu abri a palavra. Orei e abri a palavra para que Deus me desse um discernimento do que era aquilo. E daí quando eu abri a palavra, caiu lá no livro de Efésios, capítulo 02, versículos 18, 19, 20, 21 e 22⁶, que fala ali de Jesus, que ele é a principal pedra da esquina, a pedra angular.

Então compreendi que aquelas duas pedras que o Senhor me mostrou, vindo uma atrás da outra, na altura de três metros, revolucionando, seria um ministério que Deus estava colocando na minha mão. E as duas pedras simbolizava o Pai e o Filho e as três pedrinhas pra trás eu não compreendia o que que era. Eu fui pedir discernimento pra Deus e Deus me deu discernimento pelo livro de

Mateus, Marcos e no livro de Lucas, [onde] fala das três pedras, da pedra angular e nos três livros fala que Jesus é a principal pedra.(...)

E dois dias logo após o Senhor Deus me deu um estatuto, me deu os itens e normas, me deu a placa da igreja. Eu consultei o Senhor: “Senhor, mas eu tô no ministério do Pastor Felipe, da Missão Final, e como que o Senhor coloca um ministério na minha mão? É para abrir aqui, é para mandar para fora?”

Então mandei pro dirigente daquela obra que eu tava lá fora, o Bruno, um excelente dirigente, entreguei na mão dele. Ele saiu da igreja A família do Senhor Jesus e nesta semana passada ele abriu o ministério A Pedra Angular. Esta semana, com certeza, estão os papéis na mão do advogado, pra gente já registrar a obra. E está uma benção de Deus. Alugamos templo, temos já vinte membros, graças a Deus, está funcionando a obra lá fora e eu estou aqui aguardando a liberdade pelo Senhor, meu Deus”.

É possível reconhecer neste relato de conversão diversos aspectos comuns aos demais “testemunhos”: uma crise que desencadeia uma “vontade de mudar” alguns aspectos individuais e ao mesmo tempo, situações vividas; um trânsito religioso, que obedece tanto critérios objetivos quanto subjetivos; uma conversão gradual que se confirma através de “sinais” e que orienta suas ações; reproduz uma estratégia, não necessariamente consciente, mas simbolicamente eficaz, que tem efeitos valorizados como positivos pelo próprio convertido e pelos pares que compartilham a cosmologia pentecostal.

As mudanças: o que se tem e o que se vê

O desejo de mudança aparece, muitas vezes, num momento de crise e/ou na revelação, no êxtase; é testado continuamente e recomposto com mudanças concretas de *status*

⁶ “Porquanto é por Ele, que ambos temos acesso junto ao Pai num mesmo espírito. Conseqüentemente, já não sois hóspedes nem peregrinos, mas sois concidadãos dos santos e membro da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, tendo por pedra angular o próprio Cristo Jesus. É nele que todo edifício, harmonicamente disposto, se levanta até formar um templo santo no Senhor. É nele que também vós outros entraís conjuntamente, pelo Espírito, na estrutura do edifício que se torna a habitação de Deus” (Bíblia Sagrada, Epístola aos Efésios, 2: 18 - 22).

e condições de existência. De acordo com os convertidos, a conversão sempre produz mudanças. Aliás, quase todos os “testemunhos” foram iniciados com a conceituação da conversão religiosa como uma mudança.

A idéia recorrente é de que a conversão é uma transformação radical do viver, caracterizada pelo afastamento das “coisas do mundo”. Podemos interpretar a conversão como um processo que promove a ressignificação de práticas, bens e, sobretudo, de representações; em outras palavras, os princípios religiosos não apenas remetem a um outro mundo, como constituem um novo universo simbólico para o convertido. Este sistema de disposições internalizadas tem efeitos sobre os detentos que compartilham as mesmas crenças.

De acordo com os detentos pesquisados, as mudanças provocadas na e através da conversão são visíveis. Ao mesmo tempo em que a mudança diz respeito a “atitudes”, ela é exteriorizada em “comportamentos”. É algo que se tem e que se vê. O “comportamento” está, na lógica destes convertidos, referido a ações “mundanas”, à visualização imediata do “crente”. Sob este rótulo estão reunidas as manifestações exteriores das “atitudes” que, no entanto, podem ser manipuladas durante a interação entre os detentos e destes com os funcionários e familiares. Por esta razão, por mais que afirmem que o comportamento do convertido é diferente do comportamento dos demais detentos, os próprios detentos admitem que este não é um elemento suficiente para defini-los como “convertidos”. O que os definiria como “convertidos” seria algo além das “aparências”. Comportamentos podem ser rotinizados, controlados pelo detento e pelos pares, mas, de acordo com os convertidos pesquisados, “atitudes” não. Mudanças de atitude, ainda de acordo com esta lógica, somente seriam produzidas a partir da intervenção de uma força divina.

Tais mudanças atingiriam a “personalidade” do detento. Os atributos que definem a

“personalidade” do convertido refletem-se nas relações sociais em que ele se insere. Cabe observar que nesta categoria surgem adjetivos que qualificam positivamente o detento e ressaltam sua capacidade de “convívio”. Seguindo com a classificação nativa, poderia afirmar que tais atributos pessoais foram internalizados através da conversão religiosa e com o convívio com outros convertidos.

Daquilo que os detentos afirmam ser as características dos pentecostais, penso ser possível deduzir o que eles afirmam ser as mudanças produzidas pela e na conversão. De acordo com os convertidos, suas relações sociais pautam-se pela solidariedade e pela ordem. Por contraste, as relações sociais entre os detentos descrentes seriam caracterizadas, de acordo com os pesquisados, pela desconfiança e desordem. Ser solidário, calmo, responsável e obediente são atributos que teriam sido aprendidos com o convívio com outros convertidos e pressupõem um controle sobre a “natureza” humana e/ou um embate com “forças maléficas” que se objetivam de diversas formas (por exemplo, nos “vícios”, nas brigas com outros detentos e na “precariedade” da estrutura física e humana a serviço do sistema penitenciário).

A mudança que se sente – e/ou que se tem – internamente é, também, exteriorizada. O “comportamento” dos convertidos deveria ser “exemplar”: supõe cuidados com a higiene pessoal e vestuário; abandono de “vícios”⁷; “andar sempre junto”; “ler a Bíblia diariamente”; participar de vários momentos de oração, realizados individualmente ou em grupo; jejuar periodicamente; participar de atividades propostas pela instituição penal; adequar o vocabulário, não utilizando palavrões e gírias da prisão.

Pode-se afirmar, portanto, que há a adoção de uma nova rotina bem como a vigilância desta rotina pelos pares. Ao mesmo tempo em que existe a idéia de que seria “mais fácil ser crente” e manter-se convertido durante o período de reclusão (o que, por outro lado, também

7 Neste universo, “vício” é compreendido quase que indistintamente como fumar, ingerir bebidas alcoólicas, usar “drogas” (e sob esta denominação são igualmente incluídas diversas substâncias, como maconha, cocaína, heroína e *crack*, dentre outras), participar de “jogos de azar” e/ou “prostituir-se” (manter relações sexuais com vários parceiros). Os “vícios” são representados negativamente pelos convertidos, ao passo que antes da conversão, tinham outros significados e, em alguns casos, faziam parte do cotidiano. No caso específico dos detentos, os vícios estão diretamente associados ao espaço do pátio (caracterizado como antagônico ao espaço da capela e mediado pelo espaço escolar) e aos detentos “perigosos”. Em resumo: referem-se ao “mundo do crime”.

possibilitaria a proliferação de casos de “falsos crentes”) há um intenso – mas nem sempre explícito – controle realizado pela “massa” e pelos próprios convertidos sobre o comportamento dos convertidos e a cobrança constante de que se cumpram determinadas prescrições. Infringir estes códigos é uma atitude que coloca o detento numa situação pouco confortável: por não ter respeitado as regras dos grupos religiosos, ele tende a ser banido deste grupo; por ter simulado a conversão e não ter agido de forma coerente, isto é, de acordo com as expectativas realizadas sobre os convertidos, o detento perde o respeito da “massa”.

Notem como as características auto-atribuídas pelos convertidos ao pentecostalismo, ou melhor, a própria condição de convertido remete a uma série de valores que, de certa forma, “neutralizam” as representações associadas à condição de “bandido” e de presidiário – ou, pelo menos, parecem diminuir o estigma de presidiário. A conversão ao pentecostalismo configura-se, assim, em mais um elemento para redefinir as fronteiras simbólicas entre “bandidos” e “trabalhadores” (cf., dentre outros: Ramalho 1979 e Zaluar 1994).

Além disso, cabe observar que são comumente os hábitos acima mencionados que fazem os detentos de confissão pentecostal serem considerados pelos demais funcionários, bem como pelos detentos, como mais “calmos”, “obedientes” e, supostamente, mais aptos para a ressocialização; estas representações, por sua vez, fazem com que os convertidos desfrutem de alguns “benefícios” como, por exemplo, a permanência em alas classificadas como mais “tranqüilas”. Através da conversão religiosa, o detento pentecostal parece conquistar não apenas um novo espaço físico (como a negociação da permanência em celas de presos com semelhante confissão religiosa, reconhecidos pela instituição como menos “perigosos”), mas principalmente um novo *status*: o reconhecimento de que ele participa do universo pentecostal, faz com que ele redefina as relações de poder das quais faz parte.

Trajetórias que se entrecruzam: algumas considerações

Apesar das especificidades de cada um dos relatos de conversão, é possível reconhecer neles alguns elementos comuns – aspectos estes que, penso, constituem traços estruturantes destas experiências como ações estratégicas. A observação de tais aspectos recorrentes permite melhor compreender os múltiplos significados atribuídos à conversão e, por conseguinte, ao fenômeno religioso no interior das unidades penais.

Se para todos os detentos pesquisados a conversão foi entendida como uma mudança de vida, para cada um deles ocorreu um momento crítico específico em que esta mudança se fez necessária; todos os “testemunhos” são, portanto, redutíveis à idéia de “crise”, muito embora ela se configure de diferentes formas para cada um deles – quando, por exemplo, são observadas as condições precárias a que se está submetido, ou ainda quando se percebe a necessidade de novos sentidos, pois tudo o que está passando é “perda de tempo”. Enquanto para a maioria dos convertidos a crise foi produzida, em maior ou menor grau, pela precariedade das condições de existência na prisão e o “desejo de mudança” estava muito associado ao desejo de terem esta situação alterada, para outros detentos a crise foi provocada pela comparação de diferentes condições de encarceramento e representada como um processo racionalizado, como efeito de uma reflexão pessoal acompanhada por um desejo de mudança interna e inúmeras interrogações sobre sua identidade.

Mesmo quando os detentos não tiveram ou não explicitaram ter tido um momento de crise (o que talvez se explique, pelo menos em parte, pela filiação religiosa anterior ao momento da prisão), surgiu em seus testemunhos um momento de “queda”. Este momento corresponde, nestes casos, a um afastamento dos princípios cristãos que seguiam. A experiência

religiosa é, portanto, um processo não-linear marcado por diferentes etapas, por idas e vindas, “quedas”, “deslizes” e “retornos”. Vários detentos apresentaram em seus “testemunhos” estes elementos: estavam convictos de sua fé num primeiro momento; abandonaram o “compromisso” por um período, para depois retomá-lo num terceiro momento. Esta “retomada” da trajetória religiosa passa a ser compreendida, pela maioria, como a confirmação senão mesmo a própria conversão religiosa ou, em outras palavras, a adesão definitiva a determinado repertório religioso.

Além disso, a “queda” e/ou a “crise” surgiram aos olhos dos convertidos como parte de um plano divino, “uma providência de Deus”. Parecem etapas necessárias para a confirmação da fé e o “merecimento da graça”. Justifica-se não o crime cometido, mas a vivência na unidade penal; a privação da liberdade, como muitos repetem, adquire o sentido de libertação: “foi preciso vim para a cadeia para saber o que é ser livre”, sintetizou Ernesto. A conversão religiosa, ao conceder sentidos específicos às ações dos convertidos, oferece o senso de coerência para as situações vividas dentro e fora da instituição penal.

Portanto, não me parece apropriado pensar que para aqueles detentos a prisão significasse um castigo; no limite, penso ser possível afirmar que a prisão é compreendida por estes detentos como uma dádiva divina. Nos relatos que obtive, a prisão é compreendida mais como uma forma de aprendizado, tanto de regras sociais supostamente ausentes em suas vidas como (e talvez principalmente) das “regras de Deus” ou daquilo expressado como “princípio de obediência” que conduziria a uma vida “santificada”.

Este “encontro com Deus”, do ponto de vista psicológico, é acompanhado de uma “renúncia de si” (James, 1995). Mas cabe observar que tal renúncia é orientada pelos códigos religiosos que este detento passa a compartilhar com outros fiéis, entre eles, a idéia de salvação

pessoal – que se dá pela transformação de seu *status* religioso e social – e de contrato com as divindades: se Deus quiser, Deus irá transformar a vida do detento; para que Deus queira esta transformação, o detento deve “fazer o propósito” de se converter.

A religião cumpre aqui seu papel mediador entre os detentos convertidos e o sagrado ao mesmo tempo em que atua no interior do eu ao propiciar as transformações de que tanto nos falam eles próprios. As mudanças internas são reconhecíveis, segundo os convertidos pesquisados, pela exteriorização de atributos e condições capazes de distingui-los de outros detentos e lhes determinar uma posição específica no campo de relações que travavam e a que estavam submetidos na unidade penal e fora dela.

É interessante notar como o princípio de obediência a Deus se sobrepõe ao princípio de obediências às regras do “sistema penitenciário”. Quando nos “testemunhos” é mencionado o “mal” que pode surgir à frente do fiel, entre outras referências (como por exemplo, os demônios e tentações) estavam implícitas as situações de confronto entre os detentos, em função de diferentes interesses e pontos de vista – as “confusões dos pátios”, como se referiram os funcionários. Evitar as brigas e as “confusões”, para o detento evangélico, não era apenas uma atitude defensiva ou produzida pela internalização das regras de “bom comportamento” que a instituição penal determinava, mas também e principalmente uma forma de por em prática um princípio ético de respeito e um mandamento cristão que se traduz na máxima “amai-vos uns aos outros”.

Aprender e praticar estes princípios seria difícil, segundo os detentos. Primeiramente, porque se trataria de um embate de forças reconhecidas como inerentes aos seres humanos: a conversão não é e jamais será definitiva, na medida em que não há “garantias” para manter esta condição de convertido uma vez que se

trata de uma luta, conforme os testemunhos, contra a natureza humana. Em segundo lugar, porque a conversão é compreendida como um aprendizado constante, o que implica, necessariamente, erros e acertos, fracassos e êxitos na vida de cristão. Tornar-se um evangélico pareceu estar associado, ao menos para estes detentos que pesquisei, à observação cuidadosa de princípios éticos e práticas religiosas que se opõem às coisas do “mundo”.

A prisão, nesta perspectiva, pode ser entendida tanto como um espaço privilegiado que põe a salvo o fiel das “tentações” (“É mais fácil ser crente aqui dentro”; “quando facilita as coisas, aí fica tudo fácil, a gente abandona, não mantém aquela vida diferente”), como um tempo sabático, que propicia a reflexão e, de certa maneira, a purificação deste novo ser produzido pela conversão religiosa, preparando-o para a reinserção no mundo com novos propósitos e perspectivas de vida. Mas o espaço-tempo da prisão é ambíguo. As adversidades poderiam se tornar tanto um aliado na “luta” cotidiana de “seguir na batalha”, quanto elementos desmotivadores e propiciadores de novos “deslizes” e “quedas”. Aprender a ser pentecostal era também, nesta perspectiva, um aprendizado difícil por estar sendo realizado num espaço cuja estrutura física é precária e no qual a convivência é marcada pela desconfiança constante.

Para os que já participavam – assiduamente ou não – de alguma denominação religiosa, a conversão é tida como uma “retomada” e, para estes detentos, ela também produziu mudanças de *status* social e religioso, mas, sobretudo, conferiu um sentido adicional à prática religiosa: a transmissão dos conhecimentos religiosos para outros detentos. A prisão se configura como uma oportunidade para confirmar a fé e realizar atividades evangelizadoras, além de permitir uma nova compreensão para os “sinais” recebidos antes e durante a experiência prisional. Como mencionei em muitos “testemunhos”, a crise expressa de diferentes formas é seguida da conversão e

é compreendida como um “chamado divino”, como uma “missão” a ser seguida – algo que me parece próximo da idéia de vocação, muito embora difira desta pela idéia muito presente da “aceitação da caminhada” e não como mero convite ou imposição divina (a idéia de vocação determinada e da qual o fiel não pode escapar e precisa aceitar).

Como busquei demonstrar, as trajetórias religiosas distintas confluem na transformação do *status* (religioso e prisional) dos convertidos pela ressignificação de atributos pessoais: de “bandido inteligente” e bem relacionado, antes da conversão, eles passam a ser tratados como “dirigentes inteligentes e bem relacionados”, comentário que diversas vezes pude ouvir de agentes penitenciários e funcionários que mantiveram contato contínuo com o grupo de pesquisados. A conversão religiosa transformou o “bandido” que traía a mulher num homem que “honra a Deus e a sua família”; Fábio, que tinha “ódio de crente”, tornou-se um “evangelista da Palavra”. Caso semelhante ao de Raul, que se definia como “desestruturado” e depois se percebeu como “estruturado” através das regras da prisão, da constituição de laços familiares, da participação nas atividades organizadas pela instituição penal. As mudanças que me relataram os detentos surgem sempre como mudanças de pólos, no caso, de uma posição considerada negativa – primeiramente pelos outros (a família, os funcionários, “a sociedade”) e, com a conversão, por eles próprios – para uma posição valorizada por eles e pelos demais como positiva⁸.

As diferenças entre as experiências religiosas residem, pois, nos significados atribuídos de acordo com cada uma das filiações religiosas e nas interpretações subjetivas – mas socialmente produzidas – dadas a cada uma das etapas ou temáticas que caracterizam a conversão como um processo estratégico. Daí decorrem as ênfases, em alguns casos, na revelação, no êxtase e noutros, na prática cotidiana de reforço do “compromisso”. Mas as experiências de conversão religiosa são estruturadas de

8 Note-se o valor simbólico (particularmente alto) da conversão ao pentecostalismo: eles eram tidos como detentos que “davam menos trabalho”, quer por fingimento ou por convicção religiosa; seriam mais “comportados”, “tranquilos” e “equilibrados” e, por isso, não se envolviam em “confusão”; enfim, seriam mais “solidários” e “sensíveis”. Cabe observar que são estas representações acerca dos efeitos da conversão que permitem a formulação da idéia de que a religião seria benéfica porque permitiria a “estabilidade” das unidades penais.

maneira semelhante, como busquei retratar: todos os detentos, em meu ponto de vista, compartilhavam de um mesmo *habitus*, apreendido e reproduzido de diferentes formas e que expressava tanto a condição de aprisionado como a de convertido. Este *habitus* podia ser reconhecido nas práticas realizadas no interior das unidades, na forma como os detentos se relacionavam entre si e com os funcionários e nas diversas representações produzidas neste contexto. E estas visões particulares do que é a conversão religiosa refletem uma visão mais ampla sobre o universo em que estão inseridos e produzem ações estrategicamente orientadas – sendo este o aspecto que merece atenção na avaliação da relação entre religiões e prisões, em minha análise.

Bibliografia

BÍBLIA SAGRADA. (1985), São Paulo: Ed. Ave Maria. 50ª ed.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL /Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

COELHO, Edmundo Campos. (1987), *A oficina do diabo: crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / IUPERJ.

FOUCAULT, Michel. (1997), *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes.

GOFFMAN, Erwin. (1992), *Manicômios, prisões e conventos*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva.

JAMES, William. (1995), *As variedades da experiência religiosa – um estudo sobre a natureza humana*. São Paulo : Cultrix.

MAFRA, Clara. (2000), “Relatos compartilhados: experiências de conversão entre brasileiros e portugueses”. *Mana*. Rio de Janeiro. 6(1): 57-86.

MAUSS, Marcel. (2003), *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

RAMALHO, José R. . (1979), *Mundo do crime – a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal.

SCHELIGA, Eva L. (2000), “E me visitastes quando estive preso” – sobre a conversão religiosa em unidades penais de segurança máxima.” Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSC.

WEBER, Max. (1977), “Sociologia de la comunidad religiosa”. In: *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Economica.

ZALUAR, Alba. (1994), *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.

O reino e o reinado: vivências de um egresso

Ronaldo Monteiro
Membro da Adhonep – Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno

86

Comunicações do ISER

Vida de preso e vida de egresso

Há 8 meses estou em liberdade condicional. Fui condenado a uma pena muito longa. O homem que comete um delito e termina no sistema penal ganha de presente um “pacote” no qual vêm a discriminação, a falta de oportunidade, a ausência de trabalho, a falta de um abraço da sociedade, que esquece que o homem volta para ela como estiver.

Ao sair da prisão, não passei fome, mas tive de amargar dia após dia as dificuldades de não ter dinheiro, nem emprego. Nasci numa família bem estruturada. Fiz primeiro, segundo e terceiro graus. Fiz faculdade, duas, mas não concluí nenhuma. Fui oficial do Exército. Sou diferente daquelas pessoas que sempre tiveram dificuldades. Mesmo com toda essa diferença positiva, as pessoas não me acolheram quando saí. Achavam que eu não precisava, diziam que não tinha espaço. Quando saí da prisão, tinha um juiz, um advogado, minha família e amigos me esperando, mas isso não é comum para os presos. Comemorei a saída com amigos e parentes, mas ao final, peguei minha mala e disse para minha esposa que estava voltando e que ia para a Casa do Egresso, que é uma unidade prisional de regime aberto. Disse que queria ver o que acontecia com aqueles que não tinham família. Não consegui lugar na Casa do Egresso porque tinha requisitos aos quais não me enquadrava. Do mesmo modo, tentei no hotel da “Rosinha”¹, mas como teria que apresentar documentos de trabalho que comprovassem que morava longe do Centro da cidade, também, não consegui.

Voltei ao Lemos de Brito depois de 23 dias

de liberdade. Fui fazer assistência a uma família que estava lá fora, quando vi uma mão balançando chamando por mim. Vi um companheiro que cumpriu 17 anos de pena. Ele saiu e estava me pedindo para colocá-lo num ônibus para a Central do Brasil. Ele nem sabia para onde ir, pois não tinha parentes. Do lado de fora, liguei para a direção da Lemos de Brito e começamos a saga. Ele não podia ficar na Margarino Torres (Casa do Egresso) porque não tinha vaga; não tinha como ficar em hotel porque não tinha documento; e às duas e meia da manhã, cheguei na casa da minha mãe com todos dormindo no chão e arrumei um cantinho na cozinha para dormir, eu e ele. Deus é muito bom e o diretor da Lemos de Brito entrou numa luta com o Secretário e com a Coordenadora do Serviço Social e, finalmente, conseguimos colocá-lo na Casa do Egresso.

Um outro caso foi com um egresso que já havia cumprido vinte anos de pena. Fui buscá-lo e, também, não tinha família. Infelizmente, essa é uma realidade. Vivemos isso todos os dias, mas tem o lado bom. Nós temos uma série de companheiros muito boa. Eu tentei até recursos para registrar esses homens e alguns, já estão trabalhando. Seja em multinacionais, ou em funções de lideranças religiosas evangélicas, católicas ou espíritas.

Nós temos um companheiro espírita que está terminando Direito na Universidade Cândido Mendes, está trabalhando numa casa kardecista e ajuda outras pessoas. Há outro que trabalha numa grande empresa, está para assumir um cargo muito bom. As grandes empresas não aceitam ex-presidiários e esse amigo kardecista tem me ajudado muito a entender esses mecanismos das empresas.

1 Programa público do estado do Rio de Janeiro de hospedagem a preços populares para trabalhadores que circulam no Centro da cidade e residem em áreas distantes.

Temos a tristeza de um outro companheiro, um dos homens mais organizados que conheci no sistema. Em todas as unidades por onde passou, ia trabalhar em gabinete. Trabalhou no Hélio Gomes e organizou o serviço jurídico, organizou o serviço social, organizou o gabinete. Ele saiu da prisão e, com dois meses na rua, conseguiu emprego numa empresa. Em menos de dois meses, estava para ser promovido até que descobriram que ele era egresso e foi mandado embora. Teve um segundo emprego que, quando descobriram, também, mandaram embora. Já está num terceiro emprego e tomara que não tenha sido dispensado. No primeiro mês de trabalho em uma rede de móveis em Caxias foi o primeiro vendedor da loja. Todo mês de trabalho, era o primeiro vendedor. Ele estava com medo de ser demitido porque já tinha três meses, e chegou o momento de saberem das informações cadastrais dele. Um outro saiu, passou em todos os exames para o Metrô para ser condutor, mas na hora não foi admitido por ser ex-presidiário com pena acabada. Essa é a realidade que nós temos.

Experiências em curso: busca de alternativas de reinserção e testemunhos

Semana passada, tive minha carteira assinada. Estou trabalhando no Ministério de Prisões da Adhonep² que é uma Associação de homens de negócio, de empresários. Ela é uma das poucas saídas para quem tem no coração um compromisso social.

Algumas senhoras que formam o apoio feminino, empresárias, mulheres de negócio, senhoras da sociedade, artistas fizeram uma convenção estadual no hotel Sheraton esta semana e decidiram abraçar esta causa. Levantaram através dos chás que elas realizam, só com mulheres, recursos para as oficinas de agricultura, minhocário, eletricista predial – porque não adianta só curso, eles têm que ser empregados... temos levantado a bandeira de oferecer alguma coisa para, pelo menos, de

imediatamente, realizar um trabalho autônomo. Pintar uma parede, bem ou mal, vai ter trabalho tanto para o profissional quanto para aquele que só sabe pintar uma parede. Vai depender dele. E lá dentro da nossa comunidade sempre vai haver um barraco precisando passar um rolo. Não vai ganhar R\$ 500,00, mas vai ganhar R\$ 50,00, que dá para fazer uma compra para casa.

Vamos ter um curso na Avenida Brasil, na FIOCRUZ, sobre gestão, e a minha filha Cássia vai no meu lugar. Formamos uma parceria com o projeto Bicho da Seda. Vão fazer uma capacitação. Para os grandes projetos isso sempre acontece, mas para os pequenos, não, e nós conseguimos. Isso vai ser muito importante para podermos estar dividindo essa fatia do bolo e para podermos proporcionar uma opção melhor de vida para esse povo.

A maior dificuldade da minha vida... já estive em unidade de mais de 200 homens que passavam as facas nas grades e diziam que iam matar a gente. Isso não passou perto do que eu passei no primeiro mês da minha saída. Fui chamado para visitar umas crianças, que são meninos de rua, ali atrás da Central do Brasil, na Boa Esperança. Foi a primeira vez que a Adhonep me pediu isso. Quando cheguei lá, tinha umas 20 crianças, uma educadora, o pastor e a senhora de Minas, a empresária que me convidou. Pediram para eu dar meu testemunho. Antes, a senhora colocou um hino para tocar e os meninos e meninas fazendo sinais – parecia Sodoma. Um levantou, outro se aproximou do rádio e daqui a pouco deu uma pancada. A ONG é financiada por uma instituição da Holanda e tem muitos cuidados na repressão das crianças. Naquela hora, mandei parar tudo que eu ia cantar para eles. Cantei uma música que eu sempre canto e ao final um menininho perguntou se o homem da música era eu. Disse que sim, que eu estive com o Escadinha, com o Gregório, com o Uê, e perguntei se já tinham ouvido falar. Foi quando eles começaram a prestar atenção. Uma garotada muito difícil, uma bagunça,

2 Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno. (www.adhonep.org.br)

uma marginalidade diferente, sem conceito, sem respeito, agressiva, drogada, e isso às 10 horas da manhã. No final, cantamos aquela música “Quero que valorize o que você tem” e aí começaram a cantar. Mas antes disso, perguntaram se eu conhecia esse e aquele, me perguntaram até qual era meu vulgo. Uma coisa incrível para adolescentes de 13, 15 anos. No final, umas meninas se chegaram e me pediram um jogo de camisa, pois só os meninos tinham. Disse que tínhamos um projeto no qual existia um time feminino e que iria levá-las, mas ainda não consegui um transporte. Assim melhora a auto-estima. Eles jogam ali na Central, num campo de futebol, mas os meninos têm camisa, e elas, não. É importante se trabalhar com essas crianças de rua. Quando eles encontram alguém que tem uma vida, uma experiência, eles param porque até então eles afrontam a religião, as autoridades, e é muito difícil.

Cooperativas ou empresas?

Nós começamos a fazer uma cooperativa dando curso para mulheres. É preciso dizer que a cooperativa é uma empresa e tem fins lucrativos. Quando nos voltamos para isso, já temos uma dificuldade porque para quem vive naquele meio é difícil lidar com a autonomia. E na cooperativa, os donos são vinte. Outra coisa é que a empresa mais cara que existe é a cooperativa. Manter uma cooperativa é mais caro do que manter uma empresa qualquer. Outra dificuldade: cooperativa de quê? Ou seja, precisamos de vinte pessoas que desempenhem a mesma atividade. É muito mais forte, é melhor ter uma prestadora de serviço onde um só tem que mandar e mesmo isso é difícil, ninguém quer e é por isso que estou acreditando na Adhonep. Enfim, é caro ter uma estrutura para ressocializar. Primeiro tem de formar, depois abrigar e depois custear. Só é fácil fazer em parceria com todas as denominações juntas. Então não vejo a cooperativa como uma solução. A empresa é uma solução se tem alguém com compromisso social para manipular bem os

recursos e pagar bem com a participação do funcionário. Então, é ter alguém que administre, alguém que vai pintar, alguém que vai fazer uma obra. Ou seja, é uma empresa que faz o papel de cooperativa tendo o capital fechado. Vocês acreditam em milagre? Estou empregado com carteira assinada, vou receber meu primeiro salário, mas com muita dificuldade. Recebi R\$ 1.400,00 da Fundação Santa Cabrine, que era o meu fundo que estava no Banerj. Nós vendemos quase R\$ 4.000,00 para a Ação Comunitária, para a Esso. Este ano cada um dos amigos que trabalha na oficina vai ganhar em torno de duzentos reais e vai poder levar uma compra de Natal para sua família. Então é nisso que acreditamos.

O papel do Estado e os Direitos

A cooperativa para nós, para os egressos, só vai funcionar se tiver um abraço do Estado. Se há um serviço e o Estado passa para a cooperativa de ex-presidiários vai gerar emprego e cidadania. Se deixar para a iniciativa privada não vai ser assim, pois ela vai querer o lucro só para si. Por exemplo, comida de preso. Preso não come galinha? Come. É uma delícia quando tem galinha! Por que não tem uma cooperativa com um galpão para criar galinha que o Estado compra mais caro? Só não dá para competir com a Rica e a Sadia porque eles põem cem mil pintos para em trinta dias sair o frango. Tem que ter a mão do Estado. Não como a mão de “paizão”, mas a mão profissional. É o que digo, se a Prefeitura tem de limpar aquela rua ali, porque não põe uma cooperativa para trabalhar ali como gari? As comunidades não têm como absorver aquela mão de obra.

Nós temos um apoio muito grande, e eu não posso deixar de lembrar de muitos homens do Estado. São pessoas atuando de forma isolada, onde as coisas deveriam vir como uma política pública. Talvez se o sistema abraçasse de forma contundente, a sociedade fosse querer participar. Na bíblia diz assim: “como é

que vou saber, se ninguém me ensinou? Como vou conhecer, se ninguém me mostrou?”. Isso está em Atos dos Apóstolos.

Se eu chegar num presídio e disser: “olha, você tem direito, você tem direto”, eu não entro mais lá. Não vão deixar. Se eu quiser mostrar ao homem a cidadania e levar o conhecimento pleno da cidadania, não permitem a minha entrada. Quem tem de militar é o corpo técnico que tem um conhecimento técnico, quem tem de gritar são as instituições, como o ISER, a Ação Comunitária, que trabalham com isso e são ouvidas porque têm a mídia. Se o preso militar é sufocado. Se nós, em campo restrito, tentarmos levantar esta bandeira, nós perdemos o acesso ao presídio.

Os direitos são vistos – eu tenho estudado isso – não como um remédio para a inclusão social. Eles são vistos como uma ação para o indivíduo dentro do cárcere, eles são vistos como uma mordomia. E há pessoas na mídia que falam que bandido bom é bandido morto e formam uma opinião. Direitos humanos são para todo homem. Todo homem e não para todo cidadão porque o condenado perde a cidadania, mas a Carta Maior diz que os Direitos Humanos são para todos os homens. Se vendêssemos a idéia de que é preciso dar um remédio onde todos sairão ganhando, vamos conseguir. A mãe perde o filho para o tráfico de drogas e, a isso, estão todos sujeitos. Gostaria de ter resposta para uma coisa, mas quem sabe disso é Deus. Mas gostaria de saber como lidar com a mãe que também é vítima? Como lidar com a mãe que perde o filho para a prisão, que tem os filhos atrás das grades? Eu não sei como lidar, mas elas têm o direito como mãe.

Em 2002, uma assistente social da SUAM (Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta) esteve na Lemos de Brito e nos ajudou a tirar a documentação de identidade. O projeto foi interrompido, pois acharam que era muita mordomia para o preso. Eu tentei ajudar os amigos, fiquei por

último, acabou o projeto e não tirei os meus documentos. A direção do Lemos Brito hoje é bem consciente e sabe da importância do documento aqui fora.

O Reino e o Reinado

A divisão religiosa dificultou muito o crescimento do encarcerado. Sou evangélico, mas venho de uma família católica e de prática espírita na adolescência. Fiz todos os cursos que são oferecidos pela Igreja Católica. Encontrei uma coisa que me ajudou muito quando saí, que foi a opção pelo evangelho. A conversão foi dentro do cárcere. Mas, apenas pela religião não acredito. Porque existe a visão do reino e a do reinado. Na maioria das denominações, o mais forte é a visão do reinado e não do reino. Então você não consegue trabalhar. Você é católico ou espírita e tem um trabalho bem forte, mas não consegue porque nós vivenciamos isso, há uma divisão. Nós ajudamos em tudo, mas não pode haver mistura, e quem é do social não pode fazer isso. Eu ia à missa e fui proibido de trabalhar na minha área religiosa, embora “papai do Céu” nos instrua para fazer trabalhos, levantar a igreja, fui proibido de estar no púlpito por participar de missa, por participar de trabalhos sociais com não evangélicos.

O reinado é você ter alguma coisa. Trabalhei com 14 igrejas evangélicas dentro do Hélio Gomes e do Lemos de Brito. As lideranças dessas igrejas são pastores e fundadores. Saíram de outras igrejas e fundaram essas. Trabalhar junto é relativo. Trabalhamos com a Assembléia de Deus e com a Batista e você diz que está precisando comprar uma caixa de remédio e o integrante diz que não tem nem o dinheiro da passagem, ou seja, está trabalhando porque recebeu no coração, foi movido pelo amor maior e está ali. Mas a igreja dele tem mais de mil membros que dizem, tem culto quase todos os dias e tem oferta em todos os cultos. E será que não tinha condição de ajudar este irmão que precisa? Veja bem, aí é reinado.

Religião e missão

A missão daquele chamado por Deus, não importa se é evangélico ou católico, é falar de Jesus, é falar de Deus. Tem a missão de anunciar o evangelho: “Ide e pregai o evangélico para toda a criatura”. O evangelho é um só. Cada um apresenta-o a seu bel-prazer. Acredito que a missão nossa não é converter, pois senão entramos no proselitismo, que é você fazer alguém como você quer que ele seja. Nossa missão é dar a mão, é mostrar o caminho e ele se faz. Estamos dentro de uma linha pedagógica que todo mundo hoje prega que é a do Paulo Freire. Não tenho nada para ensinar a ninguém, tenho é que mostrar o caminho e tirar as dúvidas. Nosso primeiro projeto não religioso foi em 1994 e deu origem a uma porção de coisas assim – inter-religiosas – e trabalhamos juntos – católicos, evangélicos – com os internos e depois pedimos ajuda aos agentes religiosos. Conversei bastante com muitos agentes e eles diziam que aquele que quer ser plenamente ressocializado, mudado, ele precisa primeiramente de Deus agindo. Depois, querer, é muito importante ter a família ou alguém que faz o seu papel ouvindo, orientando; precisa do Estado ajudando com políticas públicas, sociais. Muitas vezes, a filha não respeitava mais o pai, não o considerava como tal. A religião é importante sim, mas nós, os agentes, falamos de Deus. Mas a religião está em Deus? Não sei! Alguns homens lá dentro pedem ajuda para os filhos, porque se nós não tivermos um trabalho para tirar as crianças desse caminho da marginalidade, vai virar uma bola de neve que não se poderá mais controlar. Nós temos aproximadamente 200 mil presidiários no Brasil. A necessidade de vagas é de mais de 100 mil sem contar o que nós temos de crianças, que não estão dentro dessa estatística, e poderão ser os futuros presos.

Nossa amiga do Ministério da Pastoral, que tem uma ajuda da Oficina de Presos, está proporcionando a mais de 100 crianças e famílias alfabetização para adultos, reforço

escolar, curso de informática, esporte, teatro. Estamos em São Gonçalo abertos para a visita de todos. Até falei esses dias que vou parar. Para manter isso só Deus sabe o que tivemos de fazer, a gente tira de nós próprios e da família para manter. Mas Deus sabe de todas as coisas e me disse para ficar quieto porque Ele estaria mandando alguém lá para ajudar a resolver os problemas. Estamos com algumas promessas de ajuda. Deus mandou agora uma educadora para reforço escolar porque a gente ficava se revezando, eu e minha filha.

O número um a estender a mão tem de ser o Estado. Todos nós somos responsáveis, temos de estender a mão, mas há o reinado. Vou a alguns jantares evangélicos da Adhonet antes de viajar e vou dizer que a maior ajuda que tive foi da Pastoral. Mesmo sendo evangélico tenho de dizer isso. A igreja evangélica tem de acordar um pouco.

Ontem uma senhora me chamou para conversar e disse o seguinte: “Você não conhece o meu marido”. Disse que não conhecia. Tive um problema com um garoto na turma de informática. Ele tem nove anos e está apresentando todas as características de quem está no tráfico. Disse para ele que não precisava dele como aluno, mas que se ele quisesse ficar que ficasse e eu ia gostar disso. Disse que ele era muito importante para nós. Disse que eu não era “coleguinha” dele para ele falar daquele jeito comigo sendo eu seu professor. O pai e a mãe dele são meus alunos e, pela maneira dele agir, eles devem saber. E ontem essa senhora me chamou e disse que precisava da minha ajuda. Apresentou a situação e disse que conhecíamos o marido dela com um certo nome, mas que o verdadeiro nome era outro. O marido dela era gerente de uma “boca” e, uma vez, estava ela com o marido e a filha trabalhando na boca de fumo, passou um homem no caminhão e perguntou para o marido se ele queria que a mulher e os filhos tivessem aquela vida para sempre e ofereceu a ele um trabalho formal. Quer dizer, ele gerenciava o tráfico no local, mas ganhou um

emprego, comprou um terreno, construiu sua casinha, hoje trabalha com transporte de carga para outros municípios, tem seu carro e ninguém sabe quem era aquele homem anteriormente, pois ele nem era dali. Ele não está em nenhuma religião, a mulher veio para a religião porque quem a ajudou foi uma pessoa religiosa, mas ele, não, e mesmo assim tem uma vida digna. Ele teve a oportunidade e foi em frente, mas quantos querem essa oportunidade e não tem?

Às vezes, basta ouvir...

Temos medo principalmente de sermos discriminados. Esta semana ouvi algo que foi muito importante para mim, pois fala sobre rejeição. Era uma pessoa falando sobre discriminação e dizia assim: “você não é o que as pessoas dizem, você é o que Deus diz que você é”. Num jantar aqui no Porcão Rio’s, fui falar pela Adhonep. A proposta dela é fazer o que uma igreja comum não faz. As pessoas não vão ao culto escutar a Palavra, mas vão a um chá, a um jantar e outros eventos. Nesse jantar dei esse testemunho que dei para vocês aqui. Estava lá sentado, levei uma fita para o rapaz do som gravar o meu testemunho a fim de corrigir alguma coisa. Quando cheguei, só ouvi ele dizendo que tinha de matar, que era a segunda vez que levavam o som dele. Na frente de todo mundo, eu disse que tanto ele quanto eu estávamos no lugar certo e na hora certa. Perguntei a ele se podia dar um abraço nele e ele ficou sem entender nada. Sentamos à mesa e os convidados foram me anunciar e tinha pessoas de alta patente e outras autoridades assistindo e fiquei pensando como ia me apresentar, mas lembrei da fita e fui lá. Naquele momento senti que eu não era o que diziam de mim e é importante falar para esses garotos que eles não são o que dizem que eles são: vagabundos, marginais, bandidos. Não dá para ter auto-estima sendo tratado assim. Quantos homens já chegaram me pedindo ajuda e queriam só ser ouvidos.

Missionários do Rock: uma história de "conversão" pela música

Christina Vital¹

Doutoranda em Antropologia
– PPCIS/UERJ. Pesquisadora do
ISER – Prof^a Sociologia UGF

Edileuza Santana Lobo

Doutoranda Antropologia
e Sociologia – PPCIS/UERJ.
Prof^a Colégio Mário Quintana
– Penitenciária Lemos de Brito

Elisa Gomes

Mestranda em Ciências Sociais
– PPCIS/UERJ

Mariana Leal

Jornalista. Mestranda
em Antropologia – PPCIS/UERJ

92

Comunicações do ISER

Introdução

Neste artigo, abordaremos o processo de filmagem do documentário *Missionários* (2005) de Cleisson Vidal e Andréa Prates e a construção da identidade dos músicos pertencentes à banda documentada. Assim como disse Iara Rolim (1998) ao analisar *A Tún Pade* de Pierre Verger, dizemos também que *Missionários* não pode ser visto sem antes ser minimamente contextualizado, pois muito da sua riqueza está nos bastidores e na qualidade de vida dos seus personagens. Buscamos falar dos anos de pesquisa, da filmagem, dos conflitos dos diretores entre si com seu “objeto” e como superaram as dificuldades impostas pelo campo para revelar uma história que julgaram “fantástica”. Para tanto, realizamos duas entrevistas semi-estruturadas com os dois diretores e promovemos um debate sobre o documentário com a presença de alunos da UERJ e dos diretores numa sessão do filme no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ². Foi, então, que um manancial de questões se colocou para nós: como os diretores realizaram esse documentário? Quais os seus propósitos? Como equacionar os interesses distintos? Como os integrantes da banda influenciaram na seleção das imagens? Os diretores tinham consciência da relação dialética que se formou e transformou observados e observadores? As ambigüidades e contradições eram recorrentes nos discursos proferidos, assim como os estigmas, as intenções conflitantes, a própria categoria da “confiança” como elemento fundamental do entendimento entre as partes envolvidas, direta ou indiretamente na produção deste documentário. Elaboramos este trabalho na perspectiva de compreender alguns dos sentidos imbricados na construção deste material visual.

Missionários: história de uma banda

Uma banda toca a música “Fábrica” do grupo Legião Urbana. Dezenas de pessoas assistem ao show no auditório da Universidade Cândido Mendes (UCAM), em 2004. *Cases* com instrumentos, guitarras e movimentos sincronizados à música e *takes* de pessoas que mais tarde identificaremos como familiares dos presos nos chamam a atenção. Assim começa o documentário *Missionários* que conta a história de um grupo de rock formado por três detentos – condenados em média a 20 anos de prisão por latrocínio – na penitenciária Lemos de Brito no final dos anos 1990. A apresentação contou com várias músicas; mas, por que esta seria selecionada para abrir o filme? Já poderíamos observar aí uma estratégia dos diretores e desvendar alguma identificação entre “observadores e observados”? Talvez sim. A letra da música vocalizaria os desejos e sentimentos dos presos na medida em que expressa o clamor de pessoas que se sentem injustiçadas pelo sistema fabril que lhes nega a liberdade, que subjuga o mais fraco. Expressa a insatisfação daquele que não pode mais ver o “céu azul” porque foi substituído pelo “cinza da fábrica”.

A idéia de documentar a banda *Missionários do Rock* surgiu do encontro entre os diretores Andréa Prates e Cleisson Vidal no contexto carcerário. Cleisson atua como diretor de fotografia. Realizou documentários e é pós-graduando em História da Arte. Por sua inserção profissional, aceitou o convite da banda para fazer a gravação de um videoclipe do trabalho dos “meninos” na prisão. Andréa Prates se aproximou do grupo pela via institucional. Ela tem formação em História e foi convidada

1 Este artigo é fruto das reflexões feitas e apresentadas como trabalho final do grupo das autoras para a disciplina Metodologia II do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPCIS/UERJ no 1º semestre de 2005.

2 Agradeço às professoras do PPCIS/UERJ Márcia Leite e Patrícia Birman pelo estímulo e ajuda na organização deste evento.

a ocupar o cargo de assessora de Joel Rufino, subsecretário de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário.³

O encantamento dos diretores foi grande. A vontade de fazer um projeto com a banda era comum, assim como uma particular admiração por André Cabral, um dos integrantes da banda. A respeito do primeiro contato, Cleisson disse: “Então fui lá e conheci o André, o Paulo e o Luciano e tinha o Renato baterista”. A ordem de citação dos nomes durante toda a entrevista parece revelar suas preferências. Ele prossegue: “De cara já tive uma certa identificação. Muito com o André que é muito querido, muito aberto e depois com os outros até pela idade”. Andréa também revela sua afinidade maior com o “preso injustiçado” que representa o André na história dos *Missionários*. Nas palavras dela: “Fui conhecer os meninos, fui conversar com eles e, claro, caí de amores ali. No meu caso, sobretudo, com o André Cabral, que é um garoto. É impressionante a forma como ele lida com as questões. Ele é muito esforçado, muito atento, muito interessado. Ele lê muito. Noutro dia ele estava lendo ‘O Processo’ do Kafka. Eu não acreditei naquilo, ele lê e discute”. André, desde o início, foi “eleito” pelos diretores como o “mocinho” da história a ser contada no documentário. A maior afinidade com ele, relatada pelos diretores, pode ser derivada da identificação com o temperamento afável do preso, pela solidariedade em relação à (suposta) injustiça no julgamento do seu caso, mas também pela sua inserção de classe – os diretores dizem que ele é de uma “família diferente”, de uma “família estruturada” e que é de classe média. André foge, até onde nos é possível observar no documentário, da representação social acerca do encarcerado, aproximando-se dos “normais” de Goffman. Fator ainda maior de encantamento por parte, principalmente de Andréa Prates, em relação a André deriva de seu gosto pelo conhecimento erudito ou acadêmico, sendo-lhe conferido assim maior “humanidade” no sentido de que ele representa a “figura do bem” em meio a uma realidade

obscura e perversa como apresentam ser a realidade carcerária.⁴

“Por definição, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar sua inferioridade e dar conta do perigo que ele representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças tais como as de classe social”. (Goffman, 1980: 15).

Nesse mesmo trabalho, Goffman assinala o fato de que ainda que o ex-interno volte para a sociedade “extra-muros” ele conserva de sua experiência social na instituição total, de tipo presídio, uma posição social diversa da que possuía antes de seu ingresso na instituição, uma posição negativa marcada por um estigma.⁵ Existem ainda tentativas de afastar o estigma social atribuído a alguém ou a um grupo como forma de humanizar esse indivíduo ou uma dada coletividade e este é o movimento que os diretores procuram realizar no documentário. “Humanizar” os presos é uma forma de aproximá-los de si e do público.

Memórias: com a palavra os presos e seus familiares

Após as cenas do show na UCAM, tem início entrevistas em *close* com André Cabral e Paulo Giovanni, dentro da cadeia, sobre como começou a banda. O enquadramento fechado é uma opção constante, uma das estratégias que promove a aproximação dos entrevistados com o público.

André Cabral (28 anos de idade; preso há 9 anos), guitarrista da banda, quando preso na penitenciária Hélio Gomes, aprendeu a tocar violão com um “colega de pena”. Ao ser transferido para Lemos de Brito, “caiu” numa cela próxima de Paulo Giovanni (30 anos de

3 Na época, final da década de 1990, essas secretarias eram unificadas.

4 Para contexto carcerário nacional ver Coelho, 1987; Lemgruber, 1999 e 2000; Ramalho, 1979

5 Sobre estigma do presidiário ver também o livro Cabeça de Porco (Athayde, Celso [et as.], 2005) no qual Luiz Eduardo Soares analisa os casos Escadinha e Marcinho VP, suas trajetórias no crime e a tentativa de mudança nos rumos cristalizados pelas representações sociais.

idade; preso há 12 anos), antigo conhecido de Luciano Wanderley (29 anos de idade; preso há 10 anos), amigo em comum. Na cela, passavam noites discutindo religião dadas as diferentes filiações: André é kardecista e Paulo evangélico. O gosto pela música, sobretudo pela banda de rock nacional, Legião Urbana, sucesso no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, era comum aos dois que fizeram disso uma parceria inicialmente de voz e violão.

André deu a idéia, conta Paulo no documentário, de colocarem mais instrumentos para tocar e formar assim uma banda. Foi, então, que convidaram o Renato, um personagem que ocupa a cena pontualmente, pois o foco é nos outros integrantes, para a bateria e o Luciano para o contrabaixo. Este disse que passou muitas noites estudando música com o André, que não sabia exatamente o que estava ensinado para o colega, mas que os dois buscavam “agradar aos ouvidos”. Já para aprender bateria contaram com a ajuda de um contato que o Arthur Nogueira, amigo do André e então produtor musical, levou à penitenciária. Arthur é uma figura fundamental para o desenvolvimento dos *Missionários do Rock*. Além de ser incentivador incansável do André – sempre levava fitas cassete e revistas de música para o amigo – deu apoio técnico para que conseguissem sua primeira conquista: o Primeiro Festival de Música do Colégio Mário Quintana no ano 2000. Segundo André, no festival “tinha um montão de cegos; a gente tinha um olho e conseguiu ganhar”. Daí em diante, o trabalho do grupo decolou: ganharam outros festivais, se apresentaram em outras cadeias do sistema penitenciário e fora dele como na Universidade Cândido Mendes, na sala Baden Powel além de programas televisivos. As dificuldades, porém, persistiram e foram largamente denunciadas no documentário.

Luciano Wanderley deu seu primeiro depoimento de fora, pois cumpria regime semi-aberto. Fala sobre crime, condenação e presídio. Sucedem-se entrevistas em que cada um fala

de seu crime, sua condenação e os primeiros contatos com a cadeia. André Cabral percebeu sua diferença em relação à massa carcerária: “A maioria era de negros, eu era um dos mais brancos”, enfatiza.

As relações de poder no sistema carcerário começam a aparecer ao longo do filme na medida em que os rapazes contam suas experiências com tortura e com situações de desrespeito em relação aos presos. Os “meninos”, referência carinhosa aos componentes da banda, na fala da diretora Andréa Prates, encontraram dificuldades de várias ordens do início ao fim da realização deste documentário.

O primeiro dia de liberdade de Luciano e seu encontro com a família foram documentados e são alguns dos pontos altos de emoção do filme. Logo depois, vem o depoimento de sua mãe sobre como era o filho, intercalado com depoimentos dele, com um discurso “regenerado”, condenando a “vida de malandro” que tinha. A música, o projeto musical, as reportagens na mídia sobre a banda e o sistema carcerário são temas das entrevistas subsequentes.

Mais uma vez o lado de fora aparece e uma música da banda é tocada no show da UCAM. A letra é o gancho para apresentarem o filho de André e sua esposa. Relações pessoais são a tônica deste bloco, em que Paulo e André falam de seus relacionamentos amorosos. Na seqüência, a mãe de Paulo fala sobre a reconstrução da imagem do filho a partir do pertencimento à banda. O irmão, em seu depoimento, reforça a admiração por Paulo afirmando ser ele seu ídolo agora e promete ajudá-lo a arrumar um trabalho quando sair da prisão. Senhor Gilberto, pai de André, entra em cena e narra o imenso afeto presente na sua relação com o filho.

Punição e preconceito estão presentes nas falas de Paulo e Luciano. André questiona a defesa da pena de morte. Afirma que até chegar ao presídio considerava que “todo bandido

era igual”. Aproximando-se da realidade carcerária se descobre que não é assim. Quando a liberdade volta a ser o tema da conversa, André afirma que a liberdade já não é mais sua prioridade: “não há nada que a liberdade me ofereça que eu já não tenha aqui dentro”.

A progressão de regime de Luciano que foi, por isso, transferido para uma prisão com regime semi-aberto, impôs dificuldades inesperadas ao curso da banda. A distância era apenas uma das barreiras a superar, a mais evidente delas. Outra foi superada pela postura firme que, segundo o diretor do documentário, foi assumida por Luciano diante dos apelos da família para não mais integrar a banda. O receio dos familiares talvez fosse a manutenção do contato com uma realidade com a qual ele deveria, cada vez mais, estabelecer afastamento e incompatibilidades e não o reforço de laços e compromissos. A identidade de preso deveria agora ser reavaliada, e rechaçada. Luciano estava como num purgatório preparando-se – no regime semi-aberto que possibilita ao preso trabalhar, estudar, estabelecer laços para além dos muros da prisão – para viver uma nova vida distante do estigma partilhado pelos presos. O medo do envolvimento em situações que o levassem novamente ao presídio orientava a posição dos familiares de Luciano, sobretudo de sua mãe, em relação à banda.

Mas uma situação emerge durante a realização do documentário e, se não coloca em xeque a continuação da banda, nos faz refletir sobre sua potência ressocializadora e sobre o “caráter religioso” que assume tal projeto musical ao promover a “conversão” de seus integrantes: a morte do Luciano. E não foi uma morte qualquer, foi uma morte ao lado do mais famoso narcotraficante do Brasil conhecido como Escadinha⁶. A cena final apresenta os “meninos” fora da prisão, mais precisamente num estúdio em Botafogo para a gravação do CD da banda “Equilíbrio atrás das grades”. O documentário começa e termina do lado de fora como se imagina a trajetória dos componentes da banda.

Sucesso atrás das grades

Andréa Prates nunca havia estado numa cadeia. Chocou-se com os esquemas de segurança. Mas viria a se surpreender ainda mais com a alegria presente no auditório onde os “meninos” tocavam. Em suas palavras: “Vi os garotos tocando lá em cima, vi um auditório cheio com presos, funcionários, direção, mídia, um auditório cheio com todo mundo interagindo na coisa da música. E eu fiquei assim: ‘Meu Deus, que coisa maravilhosa! Isso poderia ser uma constante no sistema penitenciário, já pensou se todas as cadeias fossem desta forma?’”.

O encantamento produzido em Cleisson e Andréa pela existência daquele projeto musical numa prisão impulsionou-os a querer registrar tal história. A forma de registro inicialmente era distinta: Andréa Prates tinha um projeto editorial e Cleisson um fílmico. Dinheiro não havia e essas dificuldades financeiras para a realização do projeto final perpassaram todos os quase três anos de gravação. Mas isso não impediu o sucesso do documentário que foi selecionado entre 600 filmes para integrar o festival *É Tudo Verdade*, em 2005, tendo integrado também a mostra do *Filme Etnográfico* e a mostra *Novos Diretores*, do CCBB, e do Festival do Rio neste mesmo ano. O lançamento do documentário *Missionários* foi no cinema Odeon, centro do Rio de Janeiro, e contou com a presença dos presos e de seus familiares. Em outras oportunidades, o documentário foi apresentado em universidades e colégios.

As dificuldades ligadas à entrada no sistema carcerário perpassaram igualmente todo o processo de realização do documentário. Foram inúmeras as vezes que tentaram entrar com a câmera e foram impedidos ou tentaram exauri-los pensando, talvez, numa possível desistência do projeto. Além das dificuldades para a entrada, também, foi delimitado o espaço a ser utilizado, a saber, o auditório. A relação tensa entre presos e diretores do filme, de um lado, e agentes penitenciários e direção,

6 Luciano Wanderley trabalhava em uma empresa de informática e foi assassinado ao lado de José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, no carro do ex-traficante de drogas no início do ano de 2005. As investigações do caso não foram concluídas.

da unidade, de outro, foi também objeto de atenção de Andréa e Cleisson. Goffman observa que nas instituições totais existem dois grupos distintos – internos e funcionários – e cada um tende a observar o outro a partir de estereótipos hostis.

“(...) a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados.”(Goffman, 1996:19)

Os diretores de *Missionários* afirmaram que no tocante à atividade cultural o sistema carcerário não tinha nada a oferecer. Mas será que esse discurso pode ser utilizado em relação a Lemos de Brito, penitenciária onde foi concebida a banda? Segundo entrevista realizada com um detento desta unidade, o Festival de Música do Colégio Mário Quintana teve início em 2000 e foi resultado da oficina de música iniciada no ano anterior por Claudinei,⁷ preso com formação técnica em música e instrumento de sopro, mais precisamente, o saxofone. A oficina, antes de ser incorporada ao colégio, funcionava no Setor de Educação da penitenciária oferecendo curso de teoria musical em um ano e meio, com aulas diárias de segunda-feira a sexta-feira. O curso era dividido em duas fases: a primeira de teoria musical e a segunda de prática de instrumento e solfejo. No conteúdo do curso constava ditado melódico, conhecimento de partituras e linguagem cifrada. Da primeira turma de 62 alunos, somente 25 concluíram com bom aproveitamento. Houve uma formatura para esses em 2000, ocasião na qual os alunos receberam um certificado de conclusão do curso. Dentre os presos contemplados nesta formatura estava André Cabral, guitarrista e líder da banda *Missionários do Rock*. Ainda no ano 2000 chegou ao colégio o professor de

música Flaviano⁸ enviado pela Secretaria de Educação. Foi com a chegada deste professor que a oficina foi transferida para o colégio. Foi também com essa mudança que a diretoria e o referido professor deram início ao Festival de Música a se realizar anualmente com representantes de várias unidades prisionais cariocas. O objetivo primeiro deste projeto era revelar talentos e promover a união dos internos. O Festival é dividido em duas categorias: Gospel e Popular. Os *Missionários do Rock* foram os vencedores na categoria Popular em 2000 e a partir deste evento ganharam projeção dentro e fora da Lemos de Brito. A administração carcerária mudou e, a partir de 2003, o Festival contempla iniciativas musicais somente dos internos da unidade prisional onde o Colégio Mário Quintana atua. Diante de tal depoimento pensamos: será que não dar relevo à Oficina Escola de Música Mário Quintana e à (provável) importância que isso teve para a formação dos *Missionários do Rock* era uma estratégia para tornar ainda mais singular este projeto fílmico? Será que era uma estratégia para marcar a subjetividade, a identidade moralizada individualmente pela atitude “pró-ativa” de três presos que se tornam “sobreviventes” de um sistema que colaborou de todas as formas para a “submersão de suas almas”? A “conversão através da música” se tornaria ainda mais fantástica e a cultura – *lato sensu* – se tornaria assim tão mais redentora?

Os diretores no campo: relações de confiança

As reflexões de Cleisson a respeito das dificuldades para a chegada no campo e realização do documentário nos remetem às observações de Maggie (*apud* Patrícia Monte-Mór, 2005) sobre o cinema documental e sua aproximação ao ofício do antropólogo no seu método de pesquisa e na descrição realizada pelo documentário cinematográfico. Cleisson fala ainda da insistência no objeto, da imersão no campo e do quanto essa imersão somada à identificação com aqueles que “operavam” seu objeto de atenção, o grupo *Missionários do*

7 O nome é fictício.

8 O nome é fictício.

Rock, foram fundamentais para a realização do documentário. Nesse processo de aproximação e identificação ganharam “confiança”, e essa categoria assume papel central, na fala dos envolvidos nesse processo.

Como portadores do “estigma do perigo”, podemos dizer que os presidiários povoam o imaginário social como o “marginal” provocando uma sensação de insegurança-perigo nos que com eles têm contato. A desconfiança presente nos contatos iniciais foi mútua. Havia uma tríade de relações presentes na elaboração deste documentário, composta pelos diretores do filme, os presos e seus familiares. Na outra ponta, aí já na formação de outra figura geométrica, está o sistema penitenciário e seus agentes investidos legalmente de poder para agir sobre aqueles por eles vigiados. Na primeira formação geométrica, o triângulo, a confiança dos diretores do filme em relação aos presos/músicos ocorre com o “aquebrantamento” do estigma dado socialmente em relação a eles. A insegurança dos presos e seus familiares em relação aos que se aproximam pode ser explicada de variadas formas. Privilegiaremos uma que vai ao encontro da perspectiva teórica de Goffman na qual o indivíduo estigmatizado e os que a eles estão ligados afetivamente partilham um sentimento de apreensão no contato com os “normais” por não saberem previamente a forma como serão recebidos e/ou identificados.

“Essa incerteza é ocasionada não só porque o indivíduo não sabe em qual das várias categorias ele será colocado, mas também, quando a colocação é favorável, pelo fato de que, intimamente, os outros possam defini-lo em termos de seu estigma” (Goffman, 1980:23).

As reações dos indivíduos estigmatizados podem variar, ainda segundo Goffman, entre o retraimento e a agressividade. A reação temida por parte dos diretores do documentário era, por um lado, a de que se retraíssem e, não estabelecendo a relação de confiança, pudessem não querer contar a história, e, por outro lado,

que agissem da forma mais “natural” para um preso tentando fugir em uma das oportunidades criadas pela apresentação da banda ou por eventuais saídas para estúdios. Por parte dos presos e seus familiares, a desconfiança estava na possibilidade do reforço do estigma, ou mesmo pela utilização dos depoimentos de forma “apelativa e jornalística” como declarou um dos diretores, em entrevista. Através da frequência, da insistência na escuta, por um lado, e por suas desvinculações institucionais a órgãos ligados ao sistema carcerário ou de segurança, por outro, conseguiram que André, Luciano e Paulo – os integrantes da banda que prestam depoimento no filme – descobrissem que:

“há pessoas compassivas, disposta a adotar seu ponto de vista no mundo e a compartilhar o sentimento de que ele é humano e ‘essencialmente’ normal apesar das aparências e a despeito de suas próprias dúvidas”. (Goffman. 1980: 29).

Referências negadas: cárcere na tela?

Presídios e presidiários têm sido temas de outras produções, como os documentários *O prisioneiro da Grade de Ferro* (de Paulo Sacramento), *O Cárcere e a Rua* (de Liliana Shulzbach) e ficções, como *Quase dois irmãos* (de Lúcia Murat), *Carandiru* (de Hector Babenco), e o recente seriado *Carandiru – Outras Histórias* da rede Globo também baseado no livro de Dráuzio Varela, *Estação Carandiru*. Cada produção aborda o tema a sua maneira, mas a dimensão política e a violência estão presentes com frequência. Na mídia, os presídios ganham destaque quando acontecem rebeliões e quando há ações protagonizadas por presos famosos⁸, como os recentes casos de Fernandinho Beira Mar e Elias Maluco, para citar apenas alguns exemplos. Quando o presídio torna-se tema de reportagens, é comum as autoridades competentes aparecerem afirmando seu papel como mantenedor da custódia dos criminosos com rigor. No entanto, em *Missionários* a intenção não era documentar a violência, nem o defor-

8 Para ver o tratamento da mídia com o sistema penitenciário ver Inacio Cano, et all., nesta publicação.

mador cotidiano carcerário. A intenção era mostrar algo que funciona, que redime e não que corrompe. A corrupção, os escambos, o vício e o tráfico de drogas existem, mas não foram priorizados. E essa intenção de mostrar “o que funciona”, de mostrar a banda como um projeto musical ressocializador surgiu no contato dos diretores do filme.

Os diretores elaboraram um roteiro com as questões centrais a serem abordadas, produzindo um material de quarenta ou cinquenta horas que, após a edição, foi compilado em um filme de 72 minutos. Os documentários revelam opções e tomadas de posição. O que é projetado na tela não é “a realidade”, senão, um recorte da mesma. A opção por não mostrar a face indesejada do sistema penitenciário correspondia ao desejo de ter um diferencial no material produzido sobre um contexto tantas vezes abordado sob a ótica do sofrimento e das mazelas humanas. Esta foi a principal estratégia filmica de *Missionários*: aproximar o espectador de cada integrante através de sua “humanização”. Seu sistema é a oposição dentro/fora, onde a liberdade e o contexto carcerário em crise são confrontados a cada seqüência. Cada um dos integrantes da banda conta sua história, o crime cometido – ou suposta e injustamente atribuído como no caso de André Cabral – como passou a viver no sistema carcerário, suas tentativas de fuga e como formaram a banda dentro deste universo. Abordar essa dimensão familiar e “humana” dos integrantes do grupo foi uma estratégia fundamental para conseguir mobilizar e emocionar a platéia. Assim, se formou a seqüência: “o início da banda, como se deu o crime, a transformação pela música, a família e, no fim, o sonho, a perspectiva”.

A posição ambígua dos diretores em relação à objetividade, ou suposta objetividade, a ser alcançada no filme está presente em seus discursos. Ora salientam o distanciamento deles em relação ao grupo estudado, ora mostram o quanto são cúmplices da fala de seus integrantes. O “desaparecimento da câmera”, por exemplo, pode revelar tal cumplicidade entre

observadores e observados. É como se a câmera os separasse dos “meninos”, mas que, em determinados momentos, a fala era tão “colada” que a câmera desaparecia. A esse respeito Consuelo Lins adverte:

“Assim como os criadores do cinema-verdade, os franceses Jean Rouch e Edgar Morin, Coutinho aposta na intervenção explícita para realizar um documentário. Consciente de que qualquer realidade sofre uma alteração a partir do momento em que uma câmera se coloca diante ou no meio dela e que o esforço de filmá-la tal qual é inteiramente vão, ele intervém, provoca e faz dessa metodologia, matéria a ser filmada.” (1987:7)

Ao mesmo tempo em que essa “magia” foi privilegiada, a “realidade” se impôs com a morte de Luciano. Foram colocadas as cenas da morte depois do material todo editado. O propósito de denúncia, de reforço de um estigma somados com uma perspectiva de mercado e a tentativa de fazer uma “homenagem ao morto” se misturam nessa seleção. O caráter “mágico”, a transformação dos “meninos” pela música, pela formação de uma banda com objetivos para além dos muros que os cercavam foram enfatizados na opção de filmagem.

As seqüências de filmagem não estão dispostas de forma cronológica: shows, ensaios e entrevistas alternam-se. Oposições binárias se apresentam na montagem: dentro/fora, indivíduo/sistema, liberdade/prisão, desumano/humano e presente/futuro. Essas oposições são trabalhadas nos depoimentos e nas músicas escolhidas para compor a trilha sonora do documentário.

O processo de conversão pela música

Ao longo da narrativa os personagens vão se “humanizando”, “recuperando-se moralmente” dos erros do passado que os levaram à condição presente. Tem-se, assim, a impressão de que houve uma “conversão” dos indivíduos

através da música. A diretora diz que os integrantes se transformam após o “encontro com a música”. Até mesmo o mais “santificado” dos personagens da banda, André Cabral, apresenta essa mudança. Foi condenado injustamente à prisão e cedeu aos esquemas daquela instituição total – viciou-se em drogas, tentou fugas, etc –, mas deixou isso no passado de sua história carcerária a partir da música. Nas palavras da diretora:

“Já tinham passado pelo estágio de fuga e tinham encontrado uma possibilidade, que foi a música. A gente tinha que colocar aquela mudança que já tinha ocorrido. O que é o grande barato do documentário? É esse momento da transformação. (...), o que aconteceu a partir do encontro com a música, o anterior a isso é só ilustrativo, é só para situar, para contextualizar as pessoas. (...) André Cabral diz no documentário, ele só pensava em fugir. ‘A minha cabeça virou’. Ele fala e faz um movimento com a mão. Em todos os níveis, família, amigos, relações sociais e, ele, a perspectiva dele é um projeto de vida”.

Os depoimentos seguem, então, uma lógica que apresenta o passado do crime ou injustiça, seguido da vida na prisão e deste “encontro transformador”. Os diretores parecem ter assumido a idealização da banda como um projeto de vida. Será que a banda tinha essa dimensão desde o início, como nos fazem pensar? Ou será que foi uma idéia construída pelos diretores do documentário? Será, ainda, que a interação dos atores provocou perspectivas diversas? Será que o ideal da banda formada dentro da prisão como um “projeto para fora” foi fruto dessa relação onde a troca de conhecimentos e as expectativas foram reconstruindo e atualizando realidades e sonhos? A diretora afirma categoricamente:

“Missionários do Rock não é uma banda de música, não pode ser vista só desta forma, é um projeto de vida (...) Que sentido tem em se fazer um trabalho desses

se ele não puder subsidiar coisa alguma? Não tem razão para ser. E até levar esta coisa para fora, acho que estes festivais são ótimos”.

A “transformação” é utilizada durante o filme e citada nas entrevistas como uma categoria fundamental para o entendimento do que “realmente” os Missionários do Rock significam. A opção revelada pelos diretores nos remete a análise feita por Márcia Leite Leite (2001) sobre o documentário *O Rap do Pequeno Príncipe* contra as Almas Sebosas quando afirma: “O que o documentário nos revela a respeito de Garnizé é que este escolheu para si o caminho do *rap* e, desse modo, conseguiu escapar da violência: nem ‘alma sebosa’, nem justiceiro” (p. 165). Estar na banda era uma forma de lidar com a vida na prisão, de se distanciar da massa carcerária em pensamentos e atitudes (as tentativas de fuga cessaram) e ao mesmo tempo de projetar uma vida “extra-muros”, segundo o documentário nos apresenta. É comum nas instituições totais de tipo presídio, um sentimento intenso de que o tempo em que se lá esteve é um tempo perdido. Segundo Goffman (1996), este sentimento advém das difíceis condições de vida nestas instituições, as perdas de contatos sociais e a impossibilidade de adquirir nela algo que possa ser transferido para a vida externa. Provavelmente isso explique o grande valor dado às atividades que o autor define como “atividades de distração”. Estas fazem o interno esquecer temporariamente de sua situação real e se ligar, de alguma forma, ao “mundo exterior”. No entanto, o documentário, as entrevistas com os diretores e os depoimentos dos presos/músicos procuram mostrar que o pertencimento à banda ganhou dimensões maiores do que a existência da banda como uma mera “atividade de distração”: ser da banda representava estar longe da vida do crime (não ser “alma sebosa”) e estar atualizando uma forma de lidar com as injustiças “típicas” do sistema carcerário nacional (não ser justiceiro). Na chave de leitura redentora, transformadora e “mágica”, o *rap* tem um papel fundamental, como observou

Márcia Leite assim como o rock teve no caso dos Missionários do Rock.

A realização desse projeto musical na prisão transformou subjetividades, relações afetivas e de poder. As referidas mudanças nas relações afetivas configuram um ponto alto do filme. No depoimento dos “meninos” e de suas famílias isso emerge. Segundo declaração dos diretores do documentário, entre André Cabral e sua família, nas figuras de seu pai e sua irmã, nada mudou tanto, visto que a relação “sempre foi muito próxima e muito querida. Isso já existia e continuou”. A recuperação de laços familiares, a recolocação identitária dos presos em relação a suas mães e/ou mulheres é mais enfocada em relação ao Paulo e ao Luciano. A seleção da fala das famílias pode ser reveladora também da concepção dos diretores a respeito de cada um dos integrantes da banda. No depoimento do senhor Gilberto, pai de André, a banda não tem destaque. O enfoque está na relação e na expressão do grande afeto. Não há o que ser recuperado, já que André não é, do ponto de vista de sua família e dos diretores, moralmente responsável por estar na prisão. No caso de Luciano e Paulo, a fala dos familiares é no sentido do quanto essa banda foi importante para a reconstrução dos “meninos” e para a relação com eles. Durante a apresentação de estréia do documentário no Cine Odeon foi notório para os diretores o forte impacto para os músicos ocasionado pelos depoimentos de suas famílias.

Equação desejada: denúncia social X reconstrução identitária

A negociação entre os diretores do documentário se dava no sentido de equacionar uma perspectiva de denúncia social, somada a proposta ressocializadora através da cultura e outra que valorizava a experiência e a subjetividade dos integrantes da banda, sem seguir o formato clássico do documentário: depoimentos de autoridades, especialistas e narrador com voz em *off*.

Consuelo Lins, em uma análise dos filmes de Coutinho *Santa Marta: Duas Semanas no Morro*, *Boca do Lixo* e *Cabra Marcado para Morrer*, ressalta a estratégia de filmar com o “outro”, interagindo e dando-lhe a palavra, da mesma forma que o entrevistado dá a palavra para o diretor.

“De fato, em muitos momentos, algo se constrói entre a palavra e a escuta que não pertence nem ao entrevistado nem ao entrevistador. É um contar em que o real se transforma num componente de uma espécie de fabulação, onde os personagens formulam suas idéias, fabulam, se inventam, e assim como nós aprendemos sobre eles, eles também aprendem algo sobre suas próprias vidas. É um processo onde há um curto-circuito da pessoa com um personagem que vai sendo criado no ato de falar.” (Lins, 1998)

À guisa de conclusão

Missionários é um documentário que toma partido. Ele fala de personagens reais e o “humaniza” diante das câmeras. Ele envolve o espectador ao apresentar as famílias, as mães e seus sofrimentos, a separação e a reconciliação através da “conversão à música“. As questões mais freqüentemente apresentadas nos filmes e documentários sobre prisões como, por exemplo, relações sexuais, promiscuidade, corrupção, crime, tortura, fugas, surgem como pano de fundo. A emoção nos leva por outros caminhos que obscurecem uma mensagem intrínseca à realização deste projeto fílmico: o caráter instrumental da cultura. Ou seja, a cultura não é só forma de “explosão de simpatia”, tomando o termo emprestado de Adam Smith. A cultura, no documentário, é mais do que distração. Ela tem um papel fundamental para a produção, para a sociedade, para a ressocialização do indivíduo. Nesse sentido, o “projeto para fora” que apresentava a banda *Missionários do Rock* vinha ao encontro desse ideal “redentor”. Outros grupos musicais existem na mesma penitenciária, mas são, até

onde nos foi possível observar, “formas de lidar com a realidade imediata”. Expressavam a cultura pela cultura ou pelo lazer sem vinculação maior com “transformação” ou “produção”.

Finalizamos, salientando nossa admiração pelo trabalho dos diretores Andréa Prates e Cleisson Vidal que revelaram em *Missionários* os presos com dimensões de sensibilidade distintas das apresentadas pelo senso comum acerca dos presidiários. O filme nos conduz a pensar que a última das virtudes da caixa de Pandora ainda está na terra: a esperança.

Bibliografia

- BIRMAN, Patrícia. “Yalorixás do Recife”. In: *Cadernos de Antropologia da Imagem/Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Núcleo de Antropologia da Imagem – ano 3, vl.7 n°2, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- CANO, Ignacio. “Condições de Encarceramento no Rio de Janeiro”. In: *Cadernos do ISER – Religiões e Prisões* – n° 61. Ano 24. Rio de Janeiro, 2005.
- COELHO, Edmund Campos. *A oficina do diabo. Crises e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.
- COUTINHO, Eduardo. “Revelações sobre a vida e ponto final” Entrevista In : www.criticos.com.br Rio de Janeiro, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 6ª ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1996.
- _____. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- KANT, Roberto, MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula. “Violência e criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia”. In: RBIB, n°50, Rio de Janeiro: 2000.
- LEITE, Márcia da Silva Pereira. “O Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sebosas”. In: *Cadernos de Antropologia da Imagem/Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Núcleo de Antropologia da Imagem – ano 6, vl.13 n°2, 2001.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitérios dos Vivos – Análise Sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1999.
- _____. “Pena Alternativa: cortando a verba da pós-graduação no crime”. In ALVITO, Marcos e VELHO, Gilberto (orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- LINS, Consuelo. “Imagens em Metamorfose”. Eco/UFRJ, mimeo, 1998.
- MONTE-MÓR, Patrícia. “Tendências do documentário etnográfico” TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (org) *Documentário no Brasil – Tradição e Transformação* Summus Editorial, SP, 2004.
- _____. “Religião e filmes documentários no Brasil”. In *Religião e Sociedade*. Vol. 24 – n° 2. Rio de Janeiro: ISER, 2004.
- NOVAES, Regina – “Santa Marta: duas semanas no morro”, In: *Cadernos de Antropologia da Imagem/Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Núcleo de Antropologia da Imagem – ano 3, vl.7 n°2, 1998.
- PAIXÃO, Antônio L. *Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.
- QUIROGA, Ana Maria. “Religiões e Prisões no Rio de Janeiro: presença e significados”. In: *Cadernos do ISER – Religiões e Prisões* – n° 61. Ano 24. Rio de Janeiro, 2005.
- RAMALHO, José Ricardo Ramalho. *O mundo do crime. A ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- ROLIM, Iara. “A Tún Pade – nos encontramos novamente.” In: *Cadernos de Antropologia da Imagem/Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Núcleo de Antropologia da Imagem – ano 3, vl.7 n°2, 1998.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. [et. al] “Cinema entre o real e a ficção” In. *Interseções*, ano 5, n°1, 2003.

Dossier



As condições de encarceramento no Rio de Janeiro

Tortura, violação de direitos, corrupção e tráfico de favores são algumas das práticas que compõem a rotina do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Justamente o conjunto de instituições cuja razão de ser é aplicar as sanções previstas por lei sobre aqueles que a violaram tem sua dinâmica pautada por desrespeitos recorrentes dos preceitos legais. Como se não bastasse, o acesso público a informações desse universo é sistematicamente negado ou obstruído pelas autoridades competentes, que parecem lidar com o assunto como se qualquer intromissão fosse comprometer o bom funcionamento da máquina punitiva. Tal postura, ao que tudo indica, vai ao encontro de setores significativos da opinião pública, que parece preferir ignorar esse universo sujo e degradado, mantido oculto pelos altos muros que o cercam.

O presente trabalho é resultado de uma tentativa de descrever a situação em que são mantidas as pessoas encarceradas no estado do Rio de Janeiro, com ênfase nas violações aos direitos fundamentais que acontecem nesse contexto, e a forma como a sociedade lida com a questão. As fontes e os dados utilizados são relativos aos anos de 2003 e 2004. Portanto, o relatório reflete a situação do sistema prisional nesse período.

O sistema penitenciário fluminense abriga quase vinte mil seres humanos duplamente condenados. Sentenciados pela justiça a cumprirem penas por delitos cometidos e condenados a cumprir suas sentenças em condições degradantes que, longe de promoverem a ressocialização que a lei estabelece, promovem a desumanização e, em última instância, o crime. Nas páginas que seguem tentamos oferecer um quadro exploratório das dinâmicas

que lhe são próprias e das percepções sociais de que é objeto.

No segundo capítulo tentaremos elaborar, através das cifras oficiais, um breve resumo do sistema penitenciário fluminense, enumerando seus estabelecimentos e o número de internos, para que sirva de contexto às análises posteriores.

O terceiro capítulo aborda a forma como a mídia trata as questões relativas ao sistema penitenciário do estado. Buscaremos evidenciar que a mídia oscila entre o desinteresse pelo tema e a sua espetacularização, quando acontecem grandes tragédias. Como resultado, constrói-se uma imagem pública que reforça estigmas e enfatiza a perversidade dos presos, os responsabilizado assim pelas tragédias que os afligem.

A partir dessa exploração inicial, o capítulo 4 focaliza a análise de três episódios que, pela brutalidade, provocaram verdadeira comoção, levando a atenção do público para algumas das características mais perversas do sistema: o assassinato sob tortura do comerciante Chan Kim Chang, a rebelião na Casa de Custódia Bangu III e a rebelião na Casa de Custódia de Benfica. O capítulo aborda um pequeno estudo de caso de cada um desses três eventos pela ótica da imprensa.

O capítulo 5 traça um perfil da situação do sistema, das suas deficiências e dos abusos ocorridos dentro dele, a partir dos relatórios produzidos pelo Conselho da Comunidade da Comarca do Rio de Janeiro.

O Conselho da Comunidade da Comarca é um dos órgãos da Execução Penal contemplados

pela Lei de Execução Penal de 1984. Segundo a lei, as suas atribuições incluem visitar os presídios, entrevistar presos, elaborar relatórios mensais e diligenciar recursos materiais para os presos. Embora a lei não seja muito explícita sobre as funções do Conselho, ela contém referências a funções assistenciais e a funções de supervisão e controle do sistema. O Conselho da Comarca do Rio de Janeiro tem se caracterizado, nos últimos anos, por uma função ativa de fiscalização das condições de cumprimento da pena, denunciando os abusos existentes, o que o colocou, em diversas ocasiões, em rota de colisão com a Secretaria de Assuntos Penitenciários do estado do Rio. Por último, o capítulo final traz de forma sumária as conclusões principais do conjunto do trabalho.

Quadro geral do sistema penitenciário fluminense

O Brasil vem experimentando um forte aumento no número de pessoas encarceradas. Segundo dados do DEPEN, entre 1995 e 2003, o crescimento foi de 93%. Por sua vez, o Rio de Janeiro é o segundo estado que mais encarcera no Brasil. São 19.522 pessoas¹ presas (6% da população nacional das cadeias), das quais pelo menos 962 são mulheres². Neste *ranking* fica atrás somente do estado de São Paulo, que possui mais de 104 mil internos (31% da população nacional das cadeias). Os dois estados juntos possuem quase 37% da população prisional nacional³.

A nossa análise do sistema penitenciário fluminense estará baseada, a partir daqui, em dados oficiais da Secretaria de Estado de Assuntos Penitenciários (SEAP) relativos a outubro de 2004.

O sistema penitenciário do Rio de Janeiro, regulamentado pelo Decreto N° 8.897 de 31 de março de 1986, reúne nove casas de custódia⁴, com 4.964 vagas declaradas⁵; uma colônia agrícola no município de Magé, com capacidade para 130 internos; dois presídios⁶

com 2.018 vagas⁷; dezesseis penitenciárias com 12.633 vagas⁸; dois Institutos Penais com 1.870 vagas⁹; uma unidade para atender egressos e receber presos em regime aberto, Patronato Margarino Torres, com 206 vagas; e sete unidades hospitalares com capacidade para 755¹⁰ internos. A soma de todas essas instituições totaliza 22.576 vagas em cadeias públicas.

Para o gerenciamento do sistema penitenciário do estado, a governadora Rosinha Mateus criou através do Decreto n° 32.621, de 1° de janeiro de 2003, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Para o comando da pasta, foi nomeado o promotor e coronel reformado da Polícia Militar, Astério Pereira dos Santos. Vale lembrar que o sistema penitenciário era anteriormente regido pelo Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE), que ficou extinto como consequência dessas mudanças.

Na estrutura da SEAP foram criadas, com o objetivo de dar assistência às direções dos presídios, três Coordenações de Unidades Prisionais: uma corresponde ao complexo de Bangu; outra aos estabelecimentos de Niterói e do interior do estado; e a última compreende o complexo Frei Caneca e outras instituições isoladas dentro do município do Rio. Consta da estrutura da Secretaria, ainda, uma Superintendência de Treinamento e Qualificação, voltada exclusivamente para qualificar o corpo funcional, uma Ouvidoria e uma Corregedoria. São também órgãos da SEAP a Fundação Santa Cabrini (FSC), responsável pela ocupação e qualificação profissional dos internos, o Conselho Penitenciário (CONPE) e o Fundo Especial Penitenciário (FUESP).

Uma das primeiras medidas tomadas nessa reforma foi a transferência para a competência da SEAP das Casas de Custódia do Estado e da Penitenciária Laércio da Costa Pelegrino (Bangu I), anteriormente sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública. Desta forma, buscou-se concentrar

1 Fonte: Secretaria de Estado de Assuntos Penitenciários. Outubro de 2004.

2 Para as unidades hospitalares não temos a distribuição por sexo. Já que estas atendem homens e mulheres.

3 Fonte: Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional/ junho de 2004. A população carcerária nacional compreende 331.457 internos.

4 Um total de três penitenciárias (Dr. Serrano Neves, Jonas Lopes de Carvalho e Magé) também estão abrigando internos provisórios.

5 58 estão sem condições de habitabilidade.

6 A princípio os presídios conteriam apenas presos provisórios, da mesma forma que as Casas de Custódia, enquanto que as penitenciárias estariam ocupadas por presos já condenados. Na prática essa distinção entre presídios e penitenciárias não é observada.

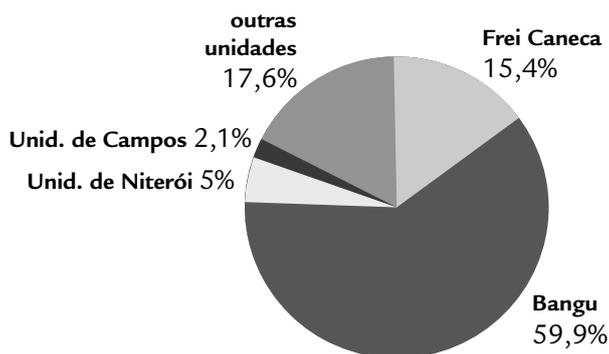
7 30 estão sem condições de habitabilidade.

8 2.505 estão sem condições de habitabilidade.

9 281 estão ou sem condições de habitabilidade.

10 Não possuímos o número de vagas declaradas para as unidades hospitalares, de modo que essa cifra resulta da soma do número de internos nos hospitais com o número informado de vagas disponíveis.

Número de internos nas unidades prisionais por complexo penitenciário



Fonte: Coordenação do Serviço Social – SEAP

tudo o que diz respeito aos presos em um único ente administrativo.

Analisando os dados colhidos junto à SEAP, existem 22.576¹¹ vagas nas cadeias públicas e unidades hospitalares penitenciárias do estado. Destas, 2.874 são identificadas como ‘inóspitas’, ou seja, sem condições de habitabilidade. Portanto, o número real de vagas no sistema seria de 19.702 vagas. O número total de internos nessas instituições é de 19.522, distribuídos conforme o gráfico acima.

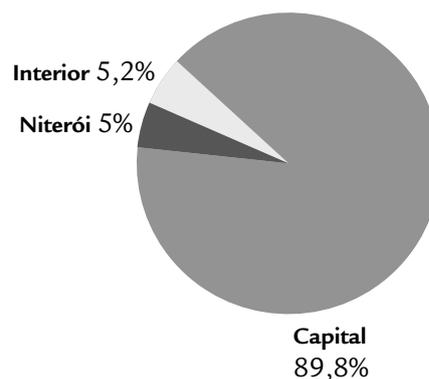
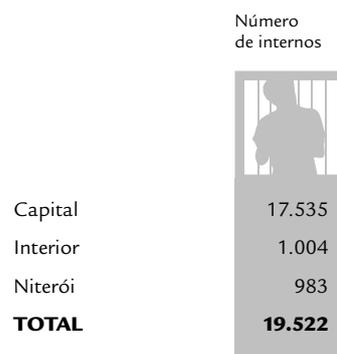
Mais da metade dos internos encontra-se em Bangu e quase 16% na Frei Caneca. Isso significa que três quartos da população carcerária do estado se concentram em apenas dois complexos penitenciários. Tomando a distribuição espacial dessa população, podemos observar na tabela ao lado, que quase noventa por cento da população carcerária cumpre pena na capital.

A realidade do sistema penitenciário do Rio de Janeiro apresenta uma peculiaridade em relação a todos os demais estados da federação: enquanto em todos eles predominam apenas condenados por roubo, no estado do Rio de Janeiro a maior concentração de penas é por tráfico de entorpecentes. Essa tendência é explicada pela intensa ação no estado de grupos organizados em torno do comércio varejista de drogas, que são, por vezes, considerados uma espécie de poder paralelo, pois mantêm sob seu controle as populações que vivem nas favelas e nas periferias.

11 São 755 vagas das unidades hospitalares e 21.821 vagas nas outras unidades.

O comércio varejista de drogas está estruturado em facções que são inimigas entre si e disputam o controle dos espaços. Essa divisão em facções é um critério fundamental de distribuição de internos no sistema prisional. Quando a pessoa detida chega à POLINTER, os funcionários perguntam a qual facção ela pertence, de forma que possa ser enviada a uma unidade da sua facção. As unidades prisionais,

Número de internos nas unidades prisionais por região do Estado (RJ)



Fonte: Coordenação do Serviço Social – SEAP

via de regra, contêm pessoas pertencentes à mesma facção, para evitar o risco de violência entre elas. Assim, elementos como grau de periculosidade, gravidade do delito cometido ou situação judicial são colocados em segundo plano em favor de um critério emprestado do mundo do crime. Por outro lado, isso dificulta a concessão de benefícios como o regime semi-aberto, pois o preso, para poder cumprir a pena no novo regime, precisa não só que exista vaga no sistema, mas que exista vaga num presídio da sua facção. As facções contribuem muito para que o sistema em geral seja percebido como um barril de pólvora, sempre prestes a explodir em motins e rebeliões. Tentativas de ignorar tais filiações realizadas de forma abrupta por parte do poder público, concentrando presos de diversas facções num único

estabelecimento, têm se revelado trágicas, como veremos mais adiante.

Um outro elemento relevante é a distribuição dos internos segundo a modalidade de pena em cumprimento. (veja tabela ao lado)

Como podemos observar mais de 60% dos internos se encontram em unidades de regime fechado. Se acrescentarmos a esses aqueles que estão em unidades de detenção provisória ou casas de custódia, aguardando sentença judicial, temos cerca de 86% dos internos em situação de privação total de liberdade.

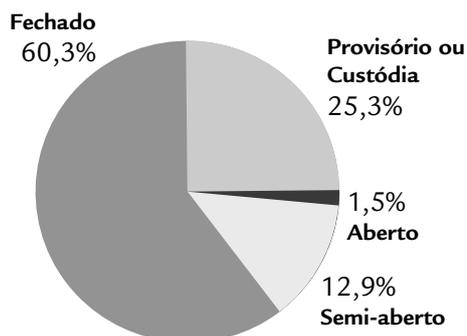
Embora o recurso à privação total de liberdade tenda a ser dominante em qualquer sistema prisional, os números fluminenses são extremamente altos. Aparentemente, eles endossam as pressões de setores da sociedade que defendem o maior uso de penas alternativas para casos de criminosos julgados por ações de menor gravidade ou violência. Essa é uma discussão complexa, mas é importante lembrar que existem numerosos casos de internos que se encontram em unidades fechadas ainda que já pudessem gozar de progressão para outros regimes. Da mesma forma, há muitos presos condenados que se encontram fora de unidades previstas para o cumprimento de pena, o que atesta a precariedade do funcionamento do sistema como um todo.

Um ponto central no debate sobre o sistema carcerário é o da superlotação. Na percepção popular, as cadeias estariam permanentemente superlotadas. Apresentamos as cifras oficiais nas tabelas seguintes, calculadas por unidade. Assim, enquanto algumas unidades possuem mais vagas do que presos, ou seja, contam com vagas sobrando, em outras unidades acontece o contrário e o número de presos excede as vagas disponíveis. (veja tabela ao lado)

A primeira vista, o sistema penitenciário fluminense teria um total de 1.962 vagas disponíveis para preenchimento (primeira coluna da tabela 4). Ocorre, porém, que apesar desse número

Número de internos nas unidades prisionais por tipo de regime

	Número de internos
Fechado	11.779
Semi-aberto	2.520
Aberto	290
Provisório ou Custódia	4.933
Especial	nulo
TOTAL	19.522



Número de vagas livres e vagas faltantes nos presídios por regime

	Vagas Livres	Vagas Faltantes	Diferença de vagas
Fechado	150	801	-651 ↙
Semi-aberto	73	150	-77 ↙
Aberto	16	76	-60 ↙
Provisório ou Custódia	1.710	755	955 ↗
Especial	13	nulo	13 ↗
TOTAL	1.962	1.782	180 ↗

Número de vagas livres e vagas faltantes nos presídios por complexo

	Vagas Livres	Vagas Faltantes	Diferença de vagas
Frei Caneca	62	71	-9 ↙
Bangu	92	1.201	-1.109 ↙
Unidades de Niterói	31	73	-42 ↙
Unidades de Campos	175	55	120 ↗
Outras unidades	1.602	392	1.210 ↗
TOTAL	1.962	1.782	180 ↗

expressivo de vagas a serem preenchidas em algumas unidades, observa-se em outras unidades uma superlotação, que somada totaliza 1.782 internos. Fazendo uma simples operação aritmética, podemos constatar, então, que o saldo total de vagas disponíveis no sistema, de acordo com as informações disponíveis, é de apenas 180 vagas¹².

Em suma, de acordo com esses dados não é possível concluir que existe superlotação no conjunto do sistema penitenciário, apenas em algumas unidades¹³. Acompanhando pelo tipo de instituição penitenciária, podemos observar que as vagas disponíveis concentram-se nas unidades em que os presos estão ainda aguardando a sentença judicial, havendo também uma disponibilidade residual nas unidades especiais (para policiais e portadores de diploma universitário). Analisando, em

linhas gerais, os dados apresentados, algumas hipóteses podem ser esboçadas: existe um grande problema em relação à distribuição e planejamento das vagas no sistema penitenciário do estado. Para solucioná-lo seria necessário ir além da construção de novos presídios. Em segundo lugar, temos um quadro resultante da estratégia do governo do estado, que privilegiou a criação de Casas de Custódia em detrimento da ampliação das vagas nas unidades penais para atendimento de internos nos regimes fechado, semi-aberto e aberto, gerando, com isso, um grande número de vagas para internos em regime provisório. A situação é especialmente grave para os presos em regime semi-aberto, muitos dos quais não conseguem vaga num dos poucos presídios dedicados para esse fim e são obrigados a permanecer em instituições de regime fechado. A relação vagas disponíveis / superlotação sugere a necessidade de um melhor planejamento dos recursos disponíveis.

Finalmente, cabe destacar, como demonstra a tabela seguinte, que o excesso de presos se concentra exatamente no complexo de Bangu, construído como a grande solução para o sistema penitenciário e principal foco de problemas desse universo. É evidente que o excesso de internos não explica por si só o fato de estarem em Bangu os principais focos de rebeliões no sistema penitenciário fluminense. Lá se encontram alguns dos presos tidos por mais perigosos sob a guarda do Estado, e isso deve ser levado em conta. Está fora de dúvida, porém, que a manutenção de internos além da capacidade de absorvê-los compromete a segurança e as condições de funcionamento das unidades. (veja tabela ao lado)

Como podemos perceber a partir de uma breve aproximação, o universo carcerário fluminense padece de um conjunto de problemas. Questões referentes a modalidades de gerenciamento do sistema se juntam aos procedimentos impostos pelas dinâmicas da ilegalidade – como as restrições impostas pela existência de facções à distribuição racional e

¹² Segundo dados do Ministério da Justiça (2004), o Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro é um dos poucos no país que ainda possuem vagas disponíveis. Na sua grande maioria encontram-se superlotados.

¹³ A superlotação, no entanto, tende a ser intensa na POLINTER e nas delegacias que ainda possuem carceragens, que não fazem parte da SEAP. É importante destacar, porém, que há pessoas já condenadas que continuam presas, de forma irregular, em delegacias.

legal dos internos nas diversas unidades – comprometendo seu funcionamento. Soma-se a isso a baixa capacidade operacional dos órgãos do estado e o relativo desinteresse do público quanto à sorte da população carcerária e temos como resultado um quadro atravessado por irregularidades e violações. Curiosamente, como tentaremos demonstrar a seguir, apenas quando essa sinfonia de caos e degradação é passível de ser apreendida pela lógica do espetáculo é que temos algum interesse e uma mobilização por parte da opinião pública e de alguns setores do Estado.

Mídia e imagem pública do sistema penitenciário

As imagens veiculadas pela grande imprensa hoje têm um grande peso na construção de percepções, valorações e interpretações socialmente compartilhadas. Não raro, temos a mídia pautando iniciativas governamentais, redefinindo agendas, estabelecendo paradigmas para as políticas públicas. As questões relativas à segurança têm sido especialmente suscetíveis a encontrar, nos mais variados veículos de comunicação, um fórum em que a abordagem e os conteúdos das intervenções dão a tônica para um amplo debate acerca da natureza do problema e das iniciativas tomadas pelo Estado.

O repertório de problemas referentes à segurança pública é suficientemente intenso e variado, o que garante um espaço permanente para que notícias sobre o tema tenham espaço cativo nos veículos de comunicação. Assim, interessa-nos verificar a frequência com que o sistema penitenciário fluminense aparece como objeto de interesse na produção jornalística da imprensa e a natureza dessa cobertura. Para tanto, foi realizada uma busca temática em três dos principais jornais de grande circulação no Rio de Janeiro – Jornal do Brasil, O Globo e O Dia – para os anos de 2003 e 2004. Os dois primeiros atingem o setor da população com maior nível de escolaridade e renda, enquanto o último é um

jornal com perfil mais popular. Os três são instrumentos importantes de formação da opinião pública.

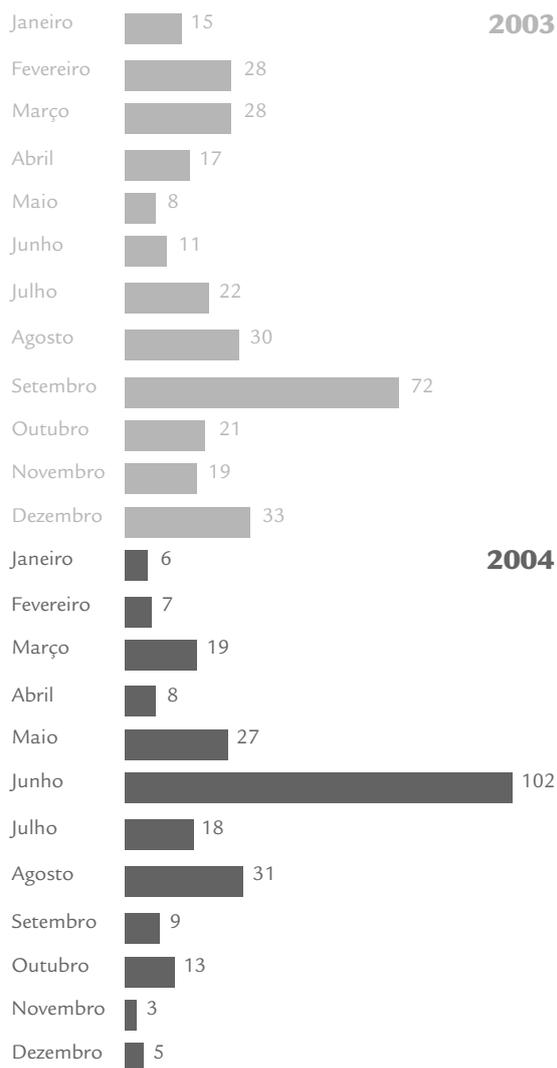
O primeiro passo consistia na seleção das matérias desses jornais relativas ao sistema penitenciário. No caso de O Globo e do Jornal do Brasil, foi feita, em primeiro lugar, uma busca automatizada de matérias que contivessem as palavras “cadeia” “prisão”, “penitenciária” ou alguns dos seus derivados. Em segundo lugar, as matérias foram lidas para selecionar aquelas que realmente tratavam, mesmo que não fosse de forma exclusiva, do sistema penitenciário. As matérias em que a palavra “penitenciário” ou outras eram apenas menções de passagem, mas cujo conteúdo realmente não tinha nada a ver com a questão, foram descartadas.

No caso de O Dia não existia a possibilidade de uma busca automática. Portanto, os pesquisadores tiveram de ler todos os jornais dos anos referidos para identificar as matérias relevantes, de acordo com os critérios definidos acima.

O primeiro resultado é o número de matérias por mês dedicadas ao tema, como indicador da importância atribuída à questão, assim como do seu apelo público. Um indicador mais preciso estaria composto pelo espaço (em cm^2) destinado a tais referências e pela ponderação desse espaço em função do lugar em que a notícia aparece – por exemplo, qualquer espaço dedicado ao tema na primeira página possui mais valor do que uma matéria em páginas interiores. Infelizmente, seria preciso um tempo muito maior para poder desenvolver esses indicadores.

Num contexto como o Rio de Janeiro, em que a segurança pública preocupa gravemente a população e ganha muito espaço nos meios de comunicação, esperar-se-ia que a questão conexa do sistema penitenciário recebesse uma atenção semelhante de forma regular. Não entanto, não foi essa a direção em que os dados apontaram.

Número de matérias sobre questões relacionadas ao sistema penitenciário publicadas por mês nos jornais: *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*.



O gráfico acima apresenta o número de matérias aparecidas por mês no conjunto dos três jornais.

As variações na série temporal de um mês para outro são, em geral, pequenas, salvo em dois momentos que serão descritos mais adiante. A primeira conclusão que pode ser extraída é o baixo número de matérias dedicadas ao tema. Excetuando-se os casos extraordinários de setembro de 2003 e de junho de 2004, o número de matérias é sempre inferior a 60 por mês, ou seja, duas matérias por dia. Apenas em fevereiro, março, agosto e dezembro de 2003, e maio e agosto de 2004 — além dos dois meses extraordinários anteriormente mencionados — encontramos um número próximo ou superior a trinta matérias. Isso quer dizer que na maior parte dos meses, a média é de menos de uma menção por dia. Essa é uma tendência

extremamente baixa, sobretudo considerando que estamos lidando com três jornais. Devemos lembrar, também, que estão incluídas aí matérias cujo cerne não é necessariamente o sistema penitenciário, embora elas tratem também do sistema.

Desse modo, num total de vinte e quatro meses cobertos pela pesquisa, apenas dois meses contam, excepcionalmente, com números bastante expressivos. Isto porque nesses dois momentos aconteceram episódios concretos que tiveram grande repercussão e que provocaram uma atenção especial, embora temporária, voltada sobre o sistema penitenciário. Os dois episódios que causaram comoção nacional foram trágicos. Agosto de 2003 foi o mês em que o comerciante de origem chinesa Chan Kim Chang foi torturado brutalmente no interior do Presídio Ary Franco, vindo a falecer dias depois, em decorrência das seqüelas do espancamento de que foi vítima. Junho de 2004 foi o mês em que houve a segunda mais longa rebelião de presos já ocorrida no sistema penitenciário fluminense, que se arrastou por 64 horas. Ao final do conflito, segundo dados oficiais, trinta e uma pessoas (um agente penitenciário e trinta internos) estavam mortas. Trataremos, na próxima seção, entre outros, desses dois casos que dramatizaram alguns dos traços mais perversos do sistema carcerário do Rio de Janeiro.

Passamos agora a descrever a conjuntura nesses outros seis meses — fevereiro, março, agosto e dezembro de 2003, e maio e agosto de 2004 — em que o número de matérias foi próximo ou levemente superior a 30 casos. Apesar desses meses apresentarem incidências de notícias bem inferiores aos dois momentos de pico de nossa série, ainda encontramos neles incidências bem superiores ao que podemos considerar o padrão do período estudado. Buscamos, então, verificar os motivos para tal tendência.

Fevereiro de 2003: esse mês, o segundo de vigência do governo de Rosinha Mateus, foi

especialmente conturbado na área de segurança pública. O governo fluminense negociava com o governo federal a transferência de um dos traficantes considerados mais perigosos, Fernandinho Beira-Mar, cuja presença no sistema penitenciário do Rio de Janeiro era entendida como uma ameaça à ordem pública. Ao mesmo tempo em que o governo estadual assumia sua incapacidade de manter a guarda de um prisioneiro tão influente e perigoso, as autoridades encontravam grandes dificuldades de encontrar algum outro estado que o aceitasse. Simultaneamente, ocorreram vários atentados à ordem pública, culminando com o que ficou conhecido como a segunda-feira sem lei. Vários espaços públicos foram depredados e o comércio recebeu ordens dos criminosos para fechar as portas em muitos pontos da cidade do Rio de Janeiro, o que espalhou pânico pela cidade.

Os dois episódios que mobilizaram a cidade do Rio apareciam como conectados na medida em que, segundo as próprias autoridades, as iniciativas de desordem eram orquestradas e comandadas por presos do interior do próprio sistema penitenciário. Mais especificamente, os suspeitos eram traficantes de uma facção criminosa (Comando Vermelho), a qual pertencia Beira-Mar. É esse o momento no qual o sistema prisional vira alvo de uma atenção especial. No final de fevereiro, o traficante foi transferido para o Presídio de Segurança Máxima da cidade de Presidente Prudente, São Paulo.

Março de 2003: durante esse mês, a opinião pública acompanhou os desdobramentos da transferência de Beira-Mar para a cidade de Presidente Prudente, bem como as tentativas do traficante de retornar ao Rio de Janeiro. Aconteceu, também, naqueles dias, o assassinato do Juiz de Execuções Penais de Presidente Prudente, Antônio Jorge Machado Dias, que chocou o país. Durante todo o mês as ameaças do crime organizado deixaram a cidade em estado de alerta e a imprensa deu ampla cobertura às iniciativas anunciadas

pelas autoridades para controlar o crime e a ação dos chefes do tráfico dentro do sistema penitenciário.

Agosto de 2003: o período foi marcado por notícias decorrentes de três mortes ocorridas no fim de julho e uma no início de agosto. No dia vinte e dois de julho o coordenador de segurança dos presídios de Bangu, Paulo Roberto Rocha, foi assassinado à queima-roupa¹⁴. Quatro dias depois, o delegado de divisão de capturas suburbanas, Roberto Ubiratan Dias, também foi executado. No dia 5 de agosto, foi morto o diretor do presídio Bangu III, Abel Silvério¹⁵. O assassinato de autoridades da área de segurança causou compreensível comoção, que aumentou com a veiculação da informação de que a ordem das execuções teria saído de dentro dos presídios¹⁶. Uma quarta morte, no fim de julho, também cativou a atenção da imprensa. Dessa feita, a vítima foi Marcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, ex-chefe do tráfico de drogas do Morro Dona Marta, zona sul do Rio de Janeiro, preso em Bangu III. O fato de ter sido assassinado dentro de sua cela, estando sob a custódia do Estado, não chamou tanto a atenção da mídia quanto a trajetória pregressa da vítima. As três mortes, ocorridas no final de julho, somadas à morte do diretor de Bangu III, ocorrida no início do mês seguinte, fizeram com que, ao longo do mês de agosto, a imprensa desse cobertura a declarações e anúncios de iniciativas voltadas para debelar a ação do crime organizado no interior do sistema penitenciário. No fim desse mês ocorreu o episódio envolvendo a morte de Chan Kim Chang, que levaria o interesse da mídia pelo sistema prisional ao seu ponto mais alto.

Dezembro de 2003: é o mês da mais longa rebelião do sistema penitenciário fluminense. Como esse caso será relatado na seção seguinte, não nos deteremos nele agora.

Mai de 2004: nesse mês havia já uma razoável cobertura da imprensa sobre medidas voltadas para o aumento do controle dos presos

¹⁴ Jornal do Brasil. 26 de julho de 2003. p.03 – *Diretores de Presídio sem Segurança*.

¹⁵ Jornal do Brasil. 6 de agosto de 2003. p.18 – *Assassinado diretor de Bangu 3*.

¹⁶ Ver também: Jornal do Brasil. 18 de agosto de 2003. p.16 – *Mais um agente morto*. Sobre o assassinato de outro agente penitenciário.

no interior do sistema quando, no dia vinte e nove, estourou uma das mais sangrentas rebeliões no estado na Casa de Custódia de Benfica, que também será relatada na próxima seção. O impacto da tragédia explica o alto número de matérias publicadas em junho de 2004.

Agosto de 2004: nesse mês, um grupo de presos do presídio Ary Franco rendeu os dois agentes responsáveis pela segurança em seu pavilhão e assassinou oito colegas, precedendo cada morte de um “julgamento”. Após as mortes dos “condenados” e da liberação dos “absolvidos”, entregaram os estoques com que perpetraram o crime e libertaram os dois agentes feitos reféns. A tranquilidade e a facilidade com que agiram provocaram nova comoção que explica, ao menos em parte, a razoável cobertura pela imprensa dos problemas prisionais.

Essa coleção de eventos nos permite concluir que o sistema penitenciário mereceu da mídia destaque apenas em momentos dramáticos e negativos como rebeliões e fugas. Essa é a tônica predominante. Um dos paradoxos do quadro atual é que muitas rebeliões acontecem quando, após uma tentativa frustrada de fuga, os presos decidem fazer um ato de força para poder negociar as condições da sua entrega e evitar represálias irregulares (como espancamentos e outros abusos), que não raro acontecem após as fugas. Assim, a atuação ilegal dos agentes do estado contra os presos nesses casos promove outras ações ilegais e violentas por parte desses últimos, das quais os próprios agentes do estado acabam sendo vítimas (reféns etc).

Fora os casos de rebeliões e fugas, o sistema penitenciário adquire visibilidade quando autoridades ligadas ao setor de segurança se pronunciam, anunciando, invariavelmente, medidas que tornarão o controle interno mais rigoroso. Não raro, estas manifestações também costumam ser provocadas por episódios de motins e fugas.

Além dessa atenção cíclica deflagrada por rebeliões, fugas ou medidas corretivas, o sistema penitenciário concentra a atenção intensa dos meios de comunicação e da sociedade apenas em casos muito dramáticos. A qualidade do drama pode ser atingida por duas vias. A primeira é um alto número de vítimas decorrentes de ações dos presos ou de agentes públicos. A segunda é um perfil de vítima que não corresponde ao modelo típico do apenado, seja por se tratar de um criminoso ilustre (Marcinho VP) ou de uma pessoa de classe média-alta (como o comerciante Chan Kim Chang). Nesses casos, os problemas crônicos do sistema vêm à luz: a indigência dos internos, a precariedade das condições de higiene e segurança, a brutalidade dos tratamentos. Poder-se-ia dizer que a sociedade reage como se esses fatos fossem extraordinários, quando, na realidade, o único extraordinário é a sua exposição pública. Um exemplo claro desse processo foi a cobertura dada à rebelião de Benfica, que foi seguida por uma série de denúncias sobre arbitrariedades no sistema penitenciário. O mesmo pode ser dito sobre o episódio que resultou na morte de Chan Kim Chang.

Por outro lado, a cobertura jornalística parece deixar transparecer, em muitas ocasiões, uma impressão de que o ‘inferno’ do sistema penitenciário parece advir da combinação de um conjunto de presos irremediavelmente corrompidos — para o qual a única resposta possível parece ser maior rigor e dureza — e eventuais falhas de profissionais igualmente contaminados pela perversão. A precariedade da estrutura e das condições de trabalho dos agentes, e a perversidade das lógicas ilegais que se sobrepõem aos códigos formais com a aquiescência do poder do Estado, ganham destaque apenas em situações dramáticas.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o recurso dos presos à violência e ao desafio aberto não deixa de ter certa racionalidade, já que apenas nesses momentos algumas das características do sistema penitenciário que lhes são particularmente desfavoráveis vêm à tona. Quando

as crises resultam em mortes, a degradação e as irregularidades — a corrupção, a tortura, a violação de direitos — escapam dos limites demarcados pelos muros do sistema. Assim, somente motivada pela erupção de situações limite, a mídia torna público aspectos indefensáveis do tratamento que o Estado brasileiro dispensa àqueles que se encontram sob sua tutela.

Os três episódios descritos na seção seguinte servem como estudos de caso para entender melhor esse quadro.

Crises no sistema penitenciário fluminense: três episódios exemplares

O assassinato de Chan Kim Chang

Vinte e cinco de agosto de 2003. O chinês naturalizado brasileiro Chan Kim Chang é detido pela Polícia Federal no aeroporto internacional do Rio de Janeiro e levado para o presídio Ary Franco por tentar embarcar para os Estados Unidos com a quantia de trinta e cinco mil dólares não declarados. Dois dias depois, Chan Kim Chang é internado no Hospital Salgado Filho em estado de coma decorrente de ferimentos sofridos no interior daquela unidade. No dia quatro de setembro, ele morre devido às lesões causadas, segundo o apurado, por agentes penitenciários com o auxílio de três detentos responsáveis por trabalhos de apoio no presídio.

Graças à brutalidade do ocorrido, o episódio mereceu cobertura diária da mídia. A opinião pública pôde acompanhar, passo a passo, a agonia do chinês naturalizado brasileiro e as investigações que levaram à denúncia de dez suspeitos, sendo sete agentes penitenciários e três internos. Pôde, também, ter contato com alguns detalhes da sessão de tortura e violações sofrida por Chan Kim Chang. Embora repulsivo o que ocorreu naquela ocasião nas dependências do presídio Ary Franco é muito

menos incomum do que a cobertura dada pela imprensa e o sentimento provocado junto à opinião pública parecem sugerir. Com efeito, relatórios anteriores do Conselho da Comunidade¹⁷ já tinham relatado denúncias de tortura no Ary Franco.

O episódio relatado dramatiza uma série de marcas que caracterizam o funcionamento do sistema carcerário fluminense. Segundo o apurado na investigação, a brutalidade dos agentes foi uma reação à recusa do detido a ser fotografado. Ainda segundo os autos, que tiveram algumas passagens publicadas pela mídia, Chan Kim Chang encontrava-se bastante agitado ao dar entrada no presídio, tinha dificuldades para se comunicar em português e se insurgiu contra as determinações dos agentes penitenciários. Como resposta, os agentes extrapolaram o uso da força, espancando covardemente o detido, e prosseguiram as agressões mesmo após este se encontrar prostrado. Dentre as violências praticadas, foi relatado o uso de um pau, destinado exatamente para esse tipo de procedimento e apelidado “direitos humanos”¹⁸. A inscrição mencionada atesta a forma como uma parcela dos funcionários do sistema prisional, aparentemente com o beneplácito ou a cumplicidade passiva de seus superiores, lida com sua obrigação, enquanto agentes do Estado, de preservar a integridade daqueles que estão sob sua tutela.

Dentre as várias denúncias encaminhadas por órgãos de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais, o abuso de autoridade e a violência estão entre as mais frequentes, sendo objeto de denúncias em muitas das unidades do sistema penitenciário fluminense. Aparentemente, esse tipo de procedimento, a despeito das denúncias, chega a ser naturalizado pelos próprios internos. No caso aqui tomado como paradigmático tal naturalização é atestada pela participação de três internos na sessão de tortura a qual o comerciante foi submetido.

O caso da tortura seguida de morte de Chan Kim Chang desencadeou uma crise na cúpula

¹⁷ Como já foi mencionado no início do trabalho, o Conselho da Comunidade é um órgão da execução penal, previsto na lei, que, entre outras coisas, visita os presídios e fiscaliza o sistema penitenciário.

¹⁸ O Globo. 9 de outubro de 2003. pg. 14 – *Agresões com um porrete chamado “Direitos Humanos”*.

do governo do estado que se estendeu até os meses posteriores. Um de seus desdobramentos foi a demissão do Secretário de Direitos Humanos, José Luiz Duboc Pinaud. Jurista com longo histórico de militância em causas de defesa dos direitos humanos, Pinaud foi um dos responsáveis pela denúncia de tortura sofrida pelo chinês. Ele tirou pessoalmente as fotos da vítima, quando ainda internada no hospital, que serviriam para negar a versão oficial, segundo a qual Chan Kim Chang havia se autolesionado. Essas fotos foram fundamentais para o Ministério Público formular a denúncia responsabilizando os agentes do Estado. Por outro lado, suas declarações públicas reconhecendo a tortura foram fundamentais para que a responsabilidade do Estado fosse assumida. Tal postura o colocou em rota de colisão com o Secretário de Administração Penitenciária, Astério Pereira, que assumiu inicialmente a versão da autolesão, na tentativa de minimizar a responsabilidade de seus subordinados e a existência de abusos no interior do sistema penitenciário. Fruto desse enfrentamento, em novembro, cerca de dois meses após a morte de Chan Kim Chang, a governadora Rosinha Matheus exonerou o Secretário de Direitos Humanos. No momento em que o presente relatório é elaborado, Astério Pereira permanece à frente do Sistema de Administração Penitenciária.

Bangu III: a mais longa rebelião no sistema penitenciário fluminense

O complexo penitenciário de Bangu foi criado com a expectativa de ser a “solução” para o problema do sistema prisional do Rio de Janeiro. Um total de cinco unidades, algumas delas anunciadas como inexpugnáveis e a prova de fugas, receberiam os presos mais perigosos e contariam com um moderno sistema de controle. O complexo atual, no entanto, é algo completamente diferente. São frequentes os casos de rebelião. Em cada uma dessas rebeliões, os presos fazem uso de armas de fogo introduzidas no presídio por meio de

esquemas que, segundo se suspeita, envolvem agentes penitenciários, advogados, familiares de presos e policiais. Também há esquemas para o comércio de drogas, de vantagens para os presos com mais recursos e para a entrada de aparelhos de telefone celular, ligados a centrais telefônicas clandestinas. Nos últimos anos, foi feito um esforço para a colocação de bloqueadores de telefonia celular, a despeito do qual continuam acontecendo ligações de dentro dos presídios.

Esse tipo de ligação promíscua com o mundo além muros, alicerçada em esquemas de corrupção e tráfico de vantagens, faz com que freqüentemente o interior do sistema penitenciário pareça pouco mais que um prolongamento das redes criminosas, funcionando com as mesmas lógicas e estruturas hierárquicas destas. Sendo assim, aquele criminoso que detém poder na hierarquia de alguma facção ligada ao comércio de drogas tende a reproduzir esse poder no interior do sistema. Há relatos de internos que não somente controlam seus negócios do interior do sistema penal como são capazes de coordenar, através dos telefones celulares, ações externas.

Do mesmo modo que as hierarquias se reproduzem, também as rixas e rivalidades do chamado “mundo do crime” são respeitadas e concorrem para estruturar o universo penal fluminense. É o caso das cisões entre facções do crime organizado em torno do comércio varejista das drogas. Como já foi relatado, o pertencimento a uma ou outra facção é um critério básico de estruturação de todo o sistema penal. Tal lógica está de tal modo arraigada que ela é observada até mesmo no sistema de cumprimento de medidas sócio-educativas voltado para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

A rebelião ocorrida em Bangu III, no mês de dezembro de 2003, é apenas um episódio na sucessão de crises e sobressaltos acontecidos no interior do complexo. A origem, como é freqüente, foi uma tentativa de fuga frustrada.

Durante a mesma, morreu baleado um agente penitenciário, pertencente ao Serviço de Operações Externas (SOE) da SEAP. Os integrantes desse serviço aparecem nos relatórios do Conselho da Comunidade como os principais acusados de maltratarem os presos. A rebelião subsequente visava negociar as condições da entrega dos presos num ambiente carregado pela morte do agente, para evitar represálias e abusos. O motim durou setenta e cinco horas e revelou várias das mazelas e fragilidades do complexo. No início da rebelião, cinquenta e quatro pessoas, entre agentes, técnicos, médicos, professores psicólogos e visitas, foram feitos reféns. Dessas, apenas sete foram libertadas antes do fim das negociações.

Os agentes do SOE, revoltados com a morte do colega, passaram na volta do enterro na porta da unidade e começaram a atirar para o alto e inclusive contra a porta do presídio. Num ambiente muito tenso, tiveram que ser contidos pela Polícia Militar, que também teve de proteger a integridade do Secretário Astério da ira dos agentes. Esse episódio evidencia a falta de controle que o próprio estado tem sobre esse grupo (o SOE) e sobre a conduta dos seus membros.

No fim do conflito, foram encontrados sete revólveres e uma granada que, segundo os próprios presos, já se encontravam no presídio antes da rebelião estourar.

O caso de Benfica

Em 7 de abril de 2004 foi inaugurada a Casa de Custódia de Benfica. Ocupando o prédio onde funcionava o 22º Batalhão da Polícia Militar, ao lado da Delegacia Ponto Zero, a Casa de Custódia foi anunciada como um recurso importante para desafogar carceragens de delegacias e abrigar detidos sem situação judicial definida. Pouco mais de um mês depois, no dia vinte e nove de maio, estourou aquela que viria ser a segunda mais longa rebelião no sistema penitenciário fluminense. Na madrugada daquele dia, um grupo fortemente armado

investiu contra a Casa de Detenção, atirando nos policiais militares que faziam a guarda externa do edifício. Simultaneamente, internos armados atiravam da carceragem, enquanto traficantes da Favela Arará, comunidade com pouco mais de cinco mil habitantes, localizada atrás da Casa de Detenção, também abriam fogo contra os guardas.

Os acontecimentos, ao longo das sessenta e duas horas subsequentes a essa tentativa de tomada de assalto, revelam um conjunto de dados que retratam a forma como funciona o sistema carcerário no Rio de Janeiro. Originalmente, não se tratava propriamente de uma tentativa de tomada de assalto, mas uma estratégia para criar confusão e permitir a fuga de alguns presos. A informação oficial foi a de que quatorze presos conseguiram escapar, logo depois de desencadeada a rebelião, através de buracos feitos com paus e pedaços de ferro. A obra que, fora apresentada como solução para desafogar delegacias e minimizar os problemas de superlotação em algumas unidades, revelava-se, segundo palavras de Paulo Ferreira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Justiça, uma construção de “tijolo e barbante”¹⁹.

A despeito da fuga e do caos ter se instalado, as autoridades alegaram que tudo estava sob controle. No entanto, enquanto uma comissão negociava com os presos, o agente penitenciário Marco Antônio Borgatte, um dos reféns, foi assassinado com um tiro à queima-roupa, após tentar fugir. As aulas na Escola Municipal Cardeal Leme, cuja entrada dá para algumas celas da casa de custódia, foram suspensas e a população da área ficou em estado de paralisia. As negociações foram conduzidas pela Polícia Militar, como de praxe, até que a Secretaria de Segurança Pública decidiu enviar um pastor conhecido dos presos para intermediar a rendição dos rebelados.

Depois do fim da rebelião, o saldo final, porém, foi desastroso: além do agente penitenciário, foi divulgado um balanço oficial de trinta

¹⁹ O Globo, 31 de maio de 2004, pg. 10. — *Refém é morto pelas costas.*

presos mortos, embora houvesse controvérsias sobre a exatidão desse número. Aparentemente, todas essas mortes foram provocadas pelos próprios presos rebelados. Os amotinados que controlavam a prisão, pertencentes a uma facção criminosa, levaram a cabo um “juízo” a partir do qual decidiram executar alguns internos, em sua maioria pessoas consideradas membros das facções criminosas rivais.

Esse ponto teve um impacto muito grande no debate que seguiu. Ao assumir a Secretaria de Administração Penitenciária, Astério Pereira já tinha anunciado a sua intenção de acabar com o uso das facções como critério para a distribuição de presos. Em princípio uma idéia justificável, ela não poderia, no entanto, ser implementada simplesmente juntando presos de facções anteriormente separadas num mesmo presídio, pois isso poderia colocar em grave risco a vida e a integridade dos internos sob custódia do estado. O estado poderia, por exemplo, tentar enfraquecer o grau de filiação dos presos na entrada do sistema, construindo mais presídios para presos declarados “neutros” e dando a eles condições melhores do que a média das outras unidades, estimulando, assim, que mais presos se declarassem neutros. A idéia inicial do Secretário de misturar os presos foi, contudo, sendo pouco a pouco posta de lado, uma vez que o sistema não se revelou suficientemente equipado para dar garantias aos presos.

Porém, nos meses anteriores a SEAP decidiu transformar alguns presídios, colocando presos de facções diferentes na mesma unidade, separados somente por alas. Diversos órgãos, entre eles o Conselho da Comunidade, alertaram para o risco de massacre entre presos de facções diversas obrigados, de repente, a viver na mesma unidade. Inclusive, o poder judiciário interessou-se pela questão, mas o poder executivo afirmou garantir a segurança dos internos naquelas novas condições. O presídio considerado com maior risco de explosão, em função da presença das duas facções, era Bangu III. De qualquer forma, a tragédia da Casa

de Custódia de Benfica, em que presos de uma facção mataram os de outra, veio a enfatizar o enorme risco desse tipo de medida. Após a comoção social que seguiu e a lembrança de que várias instituições tinham feito advertências sobre o perigo dessa postura, o judiciário tomou uma atitude mais incisiva e a SEAP se viu obrigada a rever essa política.

O episódio de Benfica ajudou a trazer a tona não apenas as conseqüências de uma política forçada de convivência de presos de diferentes facções, mas, também, outros problemas crônicos do sistema.

A Casa de Custódia de Benfica foi adaptada para abrigar 1.311 internos. No momento em que a rebelião estourou havia, segundo informações veiculadas na imprensa, 889 internos. Estava previsto que esse número aumentasse, na semana posterior à crise, a 1.220 internos. Trata-se, portanto, de uma unidade concebida nos moldes das grandes unidades de detenção, em que um número expressivo de internos, com perfis e trajetórias muito distintas entre si, são encarcerados juntos, ou separados por paredes e portões cuja inviolabilidade é, para dizer o mínimo, não confiável. Tal sistema tem sido objeto de críticas reiteradas por especialistas e militantes de defesa dos direitos dos apenados. Elas são de eficácia duvidosa, de difícil administração e torna todos os envolvidos – guardas, agentes penitenciários e internos – bastante vulneráveis. É importante frisar que esse é ainda o modelo predominante no Rio de Janeiro e em outros estados no Brasil.

Para poder construir, instalar, equipar e fazer funcionar as casas de custódia num prazo breve — o que era necessário para desafogar as carceragens das delegacias —, o governo do estado lançou mão de alguns expedientes considerados de urgência, como a dispensa de licitação em alguns casos. Outra medida que podemos considerar emergencial foi a de contratar uma cooperativa de policiais militares aposentados para trabalhar nas casas de custódia em vez de convocar concurso público

para formar um maior número de agentes. Assim, parte do corpo de agentes da casa de custódia de Benfica era formada por homens de idade avançada, alguns deles sem condições físicas para o desempenho de função tão difícil e sem qualquer treinamento para o exercício do cargo. Em suma, parte do corpo de profissionais cuja existência justifica-se para garantir a segurança dos internos e a deles próprios não apresentava qualificação e condições necessárias para uma ou outra tarefa.

Um outro problema importante nas discussões após a crise foi a localização da casa. Essa questão se situa dentro de um debate de grande relevância para os sistemas penitenciários: a polaridade entre afastamento e integração. A Lei de Execuções Penais estabelece, no seu artigo 90, que *a penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano a distância que não restrinja a visitação*. Essa formulação pretende, ao mesmo tempo, certo afastamento dos presos em relação ao resto dos cidadãos para evitar perturbações e riscos para esses últimos e, simultaneamente, manter uma distância que não impeça o contato com as visitas, que são muito importantes para a re-socialização do preso.

As unidades do sistema prisional fluminense localizam-se, predominantemente, em áreas urbanas e densamente habitadas. No entanto, sendo unidades grandes, verdadeiros complexos construídos para abrigar centenas de internos, aos problemas mencionados anteriormente relativos ao controle interno, administração e segurança, acrescentam-se aqueles que dizem respeito à interação que as comunidades estabelecem com a instituição penal e à segurança da população do entorno.

A proximidade de áreas densamente povoadas aumenta as chances de sucesso das fugas e a vulnerabilidade da população local, e dificulta o controle do fluxo nas imediações da unidade penal. No caso da Casa de Custódia de Benfica, foram veiculadas pela imprensa informações como a de que os presos costumavam fazer

gestos obscenos para as crianças nas horas de saída e entrada da escola que se localiza no fundo do prédio²⁰. Muitas vezes, ainda segundo esses mesmos relatos, os professores seriam obrigados a terminar as aulas antes da hora, por causa do barulho e da confusão promovida pelos internos.

Assim, o risco é o de que em lugar de tornar mais viável a reintegração dos presos, as grandes unidades localizadas em áreas comerciais e residenciais podem acabar reforçando estigmas e alimentando repulsas recíprocas. Moradores e comerciantes, em geral, não querem seus bairros abrigando unidades penais. As pessoas têm medo da insegurança que isso poderia trazer e também do estigma que pode afetar ao próprio bairro, o que pode resultar em desvalorizações do mercado imobiliário local.

O caso da Casa de Custódia de Benfica ainda revela um problema adicional: nos fundos do prédio encontra-se uma favela dominada por um grupo organizado para o comércio de drogas. A construção de uma unidade penal próxima a uma área de risco põe em dúvida a capacidade de planejamento do poder público.

A brutalidade do que ocorreu na Casa de Custódia de Benfica foi, à luz de repetidas denúncias, apenas a dramatização extrema de um quadro sombrio que é extensivo ao sistema carcerário como um todo: locais sem mínimas condições de higiene, falta de elementos materiais mínimos, reduzido número de guardas e precárias condições de segurança, comida ocasionalmente imprópria para o consumo humano, atendimento médico tardio ou insuficiente, episódios repetidos de torturas e humilhações, etc.

Após o fim da rebelião, o governo não permitiu o acesso de diversas instituições oficiais de fiscalização, como a Promotoria Pública e o Conselho da Comunidade. Esses órgãos e outros acabaram entrando algum tempo depois.

20 O Globo, 30 de maio de 2004, pg. 21 – *Moradores desconfiavam que a segurança era frágil*

Os obstáculos ao trabalho das instituições que desenvolvem um controle externo do sistema prisional afetam gravemente a transparência do poder público e geram a suspeita de que ele tem muito a esconder dos olhos dos cidadãos.

Cada um dos casos anteriormente relatados evidencia traços do funcionamento do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Deixando de lado singularidades regionais, o sistema penitenciário brasileiro todo se caracteriza por tais problemas. No Rio de Janeiro, porém, ficam atestadas, a partir dos casos apresentados, algumas graves violações aos direitos legalmente garantidos àqueles que se encontram sob a tutela do Estado: 1. a inépcia do Estado em controlar atividades ilícitas no interior das unidades prisionais, o que põe virtualmente os agentes e os internos — sobretudo aqueles responsáveis por crimes menos graves e com menor prestígio no mundo do crime —, sob risco de agressão; 2. a total incapacidade do Estado em controlar seus próprios agentes, tanto no uso da violência injustificada quanto na corrupção que propicia a entrada de armas e telefones celulares no interior do sistema; 3. a precariedade e a falta de segurança das unidades, que fazem com que elas, muitas vezes, não contem com condições mínimas de habitabilidade para os presos nem de trabalho para os agentes. 4. o recurso à tortura como instrumento de intimidação e castigo, afirmação de autoridade e “manutenção da ordem”. O flagelo da tortura é comum ao ponto de acabar naturalizado por muitos agentes e presos.

O controle externo sobre o sistema penitenciário

O quadro de abusos e irregularidades, anteriormente descrito, é tão grave que a transparência do sistema adquire uma importância maior. Assim, os órgãos de controle externo passam a ser atores fundamentais para tentar monitorar a situação e resolver os problemas. Entre eles, podemos citar a Secretaria Estadual de Direitos Humanos,

a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, o Conselho da Comunidade, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

A situação desses órgãos no estado do Rio de Janeiro difere de um caso a outro, mas muitos deles reclamaram das limitações, ocasionais em alguns casos, permanentes em outros, colocadas pelo poder executivo ao seu papel fiscalizador. Em momentos de crise ou de denúncias concretas, essa tendência restritiva se acentua.

Apesar de ser parte do executivo, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos teve diversos embates com a SEAP. Tal como já foi relatado, o Secretário João Luiz Duboc Pinaud acabou sendo afastado após um enfrentamento com o Secretário de Assuntos Penitenciários relativo a casos de tortura no sistema.

Por sua vez, o núcleo de atendimento do sistema penitenciário da Defensoria Pública do Rio de Janeiro se consolidou como um órgão fundamental na garantia dos direitos humanos dentro das prisões, nos últimos anos. O massacre de Benfica aconteceu depois que a Defensoria Pública e o Conselho da Comunidade haviam se pronunciado publicamente contrários à política de juntar precipitadamente presos de facções diferentes nas mesmas unidades. No desfecho da rebelião, os dois órgãos foram impedidos de acompanhar a revista policial dos presos, restrição que também mereceu críticas públicas por parte dos representantes dos dois órgãos. Aproximadamente um mês após esses episódios, nos quais a Defensoria adotou uma posição crítica das ações governamentais e de defesa dos presos, o coordenador do núcleo de atendimento do sistema penitenciário, Eduardo Gomes, foi substituído.

Por sua vez, o Conselho da Comunidade teve diversas restrições no seu acesso aos presídios (resistência para obter autorização, atrasos, pedidos para voltar outro dia, etc.)

que foram registrados nos seus relatórios. Numa visita, durante o ano de 2004, os membros do Conselho portavam, com autorização do juiz, uma câmera fotográfica para documentar possíveis torturas e as condições materiais, mas os funcionários obrigaram a entregar o filme.

Por fim, no mês de julho de 2004, o Secretário Astério entrou com um ofício na Vara de Execuções Penais, questionando a legitimidade da composição do Conselho e a do seu presidente, Marcelo Freixo. A motivação de tal provocação legal foi, evidentemente, a irritação com as críticas públicas a sua gestão, feitas à imprensa por diversos membros do Conselho, marcadamente pelo seu presidente. Em consequência, o juiz Carlos Augusto Borges decidiu dissolver o Conselho e convocar um novo, presidido por ele mesmo, o que mergulhou a própria instituição e as organizações que a compõem numa séria crise que buscam ser resolvidas no momento de redação do presente relatório.

Em suma, as tentativas de restringir a capacidade de diferentes instituições de monitorar o sistema penitenciário são extremamente preocupantes, particularmente em função das graves irregularidades e violações observadas até hoje. Todavia, o poder executivo parece agir com mais vigor contra aquelas que se mostram mais ativas no cumprimento do seu papel de controle externo.

O artigo 37 da Constituição determina que “a administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. O princípio da publicidade diz respeito ao conhecimento acerca dos atos da administração pública, de forma que todos os interessados possam participar das decisões políticas. Numa área crítica e tendente à ocultação, como o sistema penitenciário, a publicidade e a transparência adquirem uma importância crítica.

As condições das unidades penais segundo os relatórios do conselho da comunidade

O Conselho da Comunidade do Sistema Penitenciário, como já foi explicado, é um órgão da execução penal que dentre as funções está a de visitar presídios, entrevistar presos e elaborar relatórios sobre as condições observadas. Essa seção está baseada num conjunto de 10 relatórios de visitas produzidos pelo Conselho durante os anos de 2003 e 2004. A escolha das unidades visitadas é definida por critérios variados. Há uma tentativa de visitar todos os presídios de forma rotativa e rotineira. Porém, em muitas ocasiões a visita é motivada por alguma denúncia recebida sobre violação de direitos ou mau funcionamento. Em outras ocasiões, trata-se do acompanhamento de algum conflito acontecido no passado.

Além dos obstáculos já relatados impostos pelo executivo, não é incomum encontrar certa hostilidade em relação ao Conselho entre alguns agentes penitenciários. Segundo estes, o Conselho daria atenção apenas aos direitos humanos dos presos, negligenciando, porém, as péssimas condições de trabalho e os riscos passados pelos agentes. No entanto, a partir de 2003 houve uma aproximação entre a direção do sindicato dos agentes e o Conselho, até o ponto que a direção do primeiro passou a assistir às reuniões do segundo.

Os relatórios do Conselho atestam as deficientes condições das unidades, com problemas que afetam tanto internos quanto os profissionais que lá trabalham. A comida, por exemplo, normalmente é a mesma para agentes e internos. Em alguns casos, a alimentação é aceitável, mas em outros é claramente deficiente, como admitido, às vezes, pelas próprias direções dos presídios.

O espaço físico é precário em praticamente todas as unidades, comprometendo a habitação, a higiene e a segurança dos prédios. O espaço

degradado é condição propícia para o surgimento e a propagação de uma série de doenças infecto-contagiosas. A Casa de Custódia de Benfica, um dos nossos casos paradigmáticos da seção anterior, foi visitada dias antes da rebelião aqui relatada. Na ocasião, o relator da visita descrevia o efetivo de seguranças: quatro agentes penitenciários e vinte e cinco PMs cooperativados (por turno). É evidente que um total de vinte e nove profissionais, dentre os quais a maior parte com idade incompatível para esse tipo de trabalho, são insuficientes para a guarda de 862 presos (número referente ao dia da visita). Acrescente-se a isso, ainda segundo o relatório, o fato de nenhum dos PMs cooperativados terem recebido qualquer treinamento para a função. O resultado é um conjunto de pessoas limitado e pouco qualificado para a realização de trabalho tão exigente física e psicologicamente. Na Penitenciária Esmeraldino Bandeira, visitada em maio de 2003, os turnos eram cumpridos por treze agentes que, em tese, garantiam a segurança de 1.024 internos. O número de agentes por turno está, via de regra, abaixo do número de agentes que a própria SEAP reconhece como necessários para cada presídio.

Se as condições das unidades visitadas são bastante precárias e, no limite, põem a integridade física e psicológica dos agentes penitenciários sob graves riscos, a situação dos internos é mais grave. A começar pela própria forma de interação entre agentes e internos. Em praticamente todas as unidades visitadas os presos relataram pelo menos algum caso de tortura. Em alguns deles, foram relatados episódios de espancamentos coletivos. Não raro, os visitantes puderam ver marcas de espancamento recente nos corpos de alguns internos. Na Casa de Custódia Jorge Santana (Bangu), visitada em abril de 2003, setenta por cento dos internos apresentavam escoriações, todas elas, segundo afirmaram, causadas por espancamentos perpetrados pelos agentes. Os espancamentos coletivos são usados como forma de controle, de afirmação da autoridade e de manutenção da ordem.

No Presídio Ary Franco, visitado em julho de 2004, presos recém chegados do Presídio Hélio Gomes, transferidos após uma tentativa de fuga, relataram o uso de spray com gás de pimenta, introduzido, durante a noite, na sala em que estavam acomodados. Isto lhes provocou dores, náusea e intoxicação durante toda a primeira noite que ali passaram.

Os momentos das revistas e do *confere* são especialmente propícios para a prática de abusos. Especialmente quando a revista é realizada por funcionários que não trabalham diretamente no presídio, casos de humilhações e até golpes não são raros. Nesses momentos, há também denúncias freqüentes no sentido de que pertences dos internos chegariam a ser quebrados, bens pilhados, fotografias, livros e papéis pessoais rasgados. Em situações de maior pressão, como quando há fiscalização nas celas para apreensão de drogas e armas, os internos são às vezes obrigados a passar horas ao relento, nus, muitas vezes sentados em lugares molhados e sujeitos a humilhações.

Uma conclusão que pode ser facilmente extraída da leitura dos relatórios é que os agentes do Serviço de Operações Externas (SOE) são especialmente violentos. Casos de agressões, quando das revistas realizadas por estes agentes e durante o transporte de presos transferidos ou quando devem comparecer ao Fórum, foram relatados em diversas unidades. São especialmente impressionantes os depoimentos colhidos na Casa de Custódia Bangu V e na casa de Custódia Jorge Santana. Sob a alegação de se proceder a uma ação voltada para a segurança da unidade, alguns agentes promoveram verdadeiras pilhagens e espetáculos de humilhação, agredindo os internos, destruindo seus pertences e fazendo ameaças durante horas. Essa foi a ‘recepção’ que os funcionários da SEAP deram aos presos no dia em que o presídio foi transferido da responsabilidade da Polícia Militar para a da própria Secretaria.

O temor de sofrer torturas nas mãos de agentes do SOE é tão grande que o Conselho

encontrou numerosos presos que, mesmo doentes ou seriamente machucados, se negavam a ser transportados para o hospital por medo de serem torturados no caminho.

Segundo relato de vários presos das unidades visitadas, uma das estratégias utilizadas por alguns agentes e, em alguns casos, pelas próprias direções de unidades, para controlar os internos é estimular conflitos e rixas entre eles. Tal procedimento serviria como forma de evitar que o “coletivo” se unisse para fazer reivindicações e se organizasse como um ator capaz de pressionar a direção. Tal interpretação é discutível, mas, de fato, são recorrentes os casos de agressão incluindo mortes de internos. Esse tipo de queixas apareceu com maior ênfase na Penitenciária Esmeraldino Bandeira, na Casa de Detenção Bangu III e no Instituto Penal Milton Dias Moreira.

As próprias carências estruturais provocam violações aos direitos básicos dos presos. Em algumas ocasiões, os presos são obrigados a dormir no chão de cimento sem mesmo um lençol ou papelão. Papel higiênico é um artigo raro e a omissão do poder público deve ser reparada por familiares ou por membros das facções. Esse esquema de assistência de necessidades básicas acaba fortalecendo a adesão e o poder das facções criminosas na prisão.

O ambiente e a precariedade da vida na prisão criam as condições ideais para que muitos tenham vários problemas de saúde. O atendimento e o cuidado nesses casos nem sempre é ideal. Há, inclusive, casos perturbadores. Em 12 de julho de 2004, logo após um conflito decorrente de tentativa de fuga, o Conselho da Comunidade foi ao Presídio Hélio Gomes. Ali, pôde tomar contato com presos que estavam com queimaduras cujo atendimento no hospital Penitenciário se restringira a banhos de soro. Alguns outros, a despeito de se encontrarem feridos, sequer desceram para encaminhamento ao hospital porque, segundo alegaram, aqueles que para lá se dirigiam eram espancados ao longo de

todo o percurso. Ainda durante essa visita, os membros do Conselho presentes travaram contato com um interno com uma bala alojada no corpo, em péssimas condições de saúde, mas sem qualquer atendimento.

Casos de doenças respiratórias, infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis são comuns no sistema. Do mesmo modo, é comum que esses internos tenham dificuldade no acesso à medicação prescrita para tratamento. Na penitenciária Esmeraldino Bandeira, os membros do Conselho encontraram dois internos soropositivos que enfrentavam dificuldades para tomar seus medicamentos. No Instituto Penal Ary Franco, um interno que retirou um dos pulmões, devido a um tiro, dormia no chão e não tomava medicamentos; um outro, no mesmo local, apresentava secreções na região ocular, que havia sido operada para a implantação de uma prótese no lugar do olho.

No entanto, em algumas unidades o acesso e a qualidade da assistência médica são melhores e há profissionais de saúde que se esforçam para oferecer um serviço minimamente digno. Contudo, deve-se observar que alguns dos casos levantados pelo Conselho da Comunidade eram visivelmente graves e punham em risco a vida dos enfermos.

Uma outra carência observada no sistema diz respeito ao acesso a serviço jurídico. É possível dizer que à pena de privação da liberdade, o infrator pobre acresce uma segunda punição: a dificuldade de ter um acompanhamento razoável de sua situação penal e de ter acesso a benefícios e progressões garantidos por lei. Como já foi explicado, são muitos os internos que se encontram em unidades incompatíveis com sua situação penal. Isto se deve a três fatores: a) a falta de vagas no sistema para alguns regimes; b) a lentidão das resoluções judiciais; c) a falta de um acompanhamento jurídico suficiente.

Assim, muitos presos sentenciados permanecem em Casas de Custódia e muitos outros

com progressão para regime semi-aberto já adquirida continuam cumprindo a pena em regime fechado. Num artigo publicado em 17 de fevereiro de 2004, o jornal O Globo torna público o resultado de um mutirão realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro na Polinter, onde ficam presos aguardando julgamento: dos 597 presos, 222 já tinham sido sentenciados. Ou seja, pouco menos do que quarenta por cento do contingente encontrava-se ali irregularmente. Nas visitas feitas pelo Conselho da Comunidade, alguns casos como esses foram registrados.

Em muitas ocasiões, comprovou-se que a assistência jurídica e o acompanhamento da situação penal dos internos eram precários. Na Penitenciária Esmeraldino Bandeira, os internos reclamaram da sua irregularidade. No Ary Franco ela simplesmente não existia, quando da visita dos conselheiros.

Da mesma forma que ocorria na área de saúde, a existência de deficiências não é incompatível com o trabalho dedicado de vários profissionais — nesse caso, defensores públicos — que tentam fazer o melhor possível num contexto desfavorável. Com frequência, o número de internos que solicitam apoio jurídico imediato é muito superior ao número de defensores que atuam no presídio.

Em algumas unidades, agentes penitenciários, num claro desvio de função, fazem o papel de advogados, acompanhando processos e informando internos sobre sua situação jurídica. Diretores de unidades e demais autoridades ligadas ao sistema penitenciário responsabilizam a inexistência de vagas como principal causa dessa situação. Embora possa ser um argumento razoável em alguns casos, ele não dá conta da complexidade do problema. Conforme analisado no capítulo 2, os dados da própria SEAP mostram que na maioria das unidades há um número maior de vagas do que de internos. De forma que o problema parece ser mais de organização e planejamento do que propriamente de número de vagas.

Por outro lado, a tendência a reduzir o debate sobre o sistema penitenciário à necessidade de abertura de mais vagas é míope e parece ignorar que é perfeitamente possível que, preservados os procedimentos atuais, a criação de novas vagas possa crescer indefinidamente, sem que o fulcro do problema — a saber, o correto funcionamento do sistema, no que ele deve ter de punitivo, exemplar e re-socializador —, seja alcançado. Um dos elementos que pode ajudar a desafogar o sistema é um maior recurso a penas alternativas, o que, de qualquer forma, depende em parte de critérios fixados por lei.

A lentidão de algumas decisões judiciais, em parte provocada pelo reduzido número de juizes que trabalham na Vara de Execuções Penais, não colabora para melhorar o quadro. Com efeito, uma vez que o preso que já possui os requisitos solicita o regime semi-aberto, ele é transferido para um presídio semi-aberto, mas permanece em regime fechado até a decisão do juiz ser oficializada. Com isto, há internos que preferem não pedir o regime semi-aberto, pois na nova prisão podem perder, durante muito tempo — até finalmente poder desfrutar do regime —, o direito a visita íntima de que gozam no presídio atual de regime fechado.

O mau funcionamento do sistema que se reflete, dentre outros, no deficiente acesso aos direitos dos presos tende a aumentar as tensões nas prisões e, muitas vezes, a sobrecarregar desnecessariamente algumas unidades.

Um outro ponto central para a comunidade carcerária é o tratamento dado aos familiares dos presos durante as visitas. A máxima segundo a qual a família do presidiário cumpre a pena junto com seu familiar carece de base legal, mas está arraigada na experiência dos familiares. Sob a justificativa de que é necessária para a manutenção da segurança, as visitas são submetidas, às vezes, a revistas vexatórias, a restrições arbitrárias quanto a roupa que podem usar ou aos alimentos que podem trazer, e, ocasionalmente, humilhadas.

Essa é uma queixa comum em muitos presídios, e provoca grande tensão, pois os presos a consideram uma ofensa pessoal pior do que muitas outras.

A breve síntese do que se encontra nos relatórios do Conselho da Comunidade Carcerária oferece um quadro de graves violações a direitos básicos da pessoa. São poucos os internos que têm acesso a postos de trabalho remunerados, e poucas as penitenciárias que oferecem formas de lazer, ou outras fontes, de qualquer ordem, capazes de tornar homens e mulheres que lá se encontram seres humanos melhor preparados para a possibilidade de uma vida digna, honrada e honesta fora dos muros da prisão. Ao contrário, o que temos é um sistema que brutaliza. Brutaliza não somente internos, mas, também, agentes e demais profissionais que lá atuam.

Conclusão

Em sua configuração moderna, os sistemas punitivos cumprem diversos papéis, como a sanção individual, a dissuasão em relação a outros possíveis transgressores e a re-socialização do réu. No caso do sistema fluminense, a capacidade de re-socialização que o sistema fornece é, por diversas razões, muito limitada.

A percepção do sistema carcerário que parece emergir da imprensa não é uma visão diferenciada, como um conjunto de homens com graus variados de periculosidade por crimes de gravidade também diversa. Em lugar disso, a imagem é a de homens reduzidos a um radical grau de degradação, num inferno de privações das quais eles aparecem como responsáveis principais.

No entanto, o estudo do sistema carcerário mostra sérias falhas estruturais, começando por uma infra-estrutura que não fornece nem segurança nem condições materiais condizentes com a perspectiva de re-socialização. Os agentes penitenciários estão submetidos a pre-

cárias condições de trabalho e o seu número está sempre aquém do necessário. Os presos sofrem contínuas violações aos seus direitos, que poderíamos resumir da seguinte forma:

a) falta de acesso aos seus direitos legais, como progressão de pena, por falta de vagas, de planejamento ou de apoio jurídico. Com efeito, muitos internos encontram-se de forma irregular em unidades que não condizem com sua situação penal. Entre os direitos aos quais muitos presos não têm acesso está o trabalho, que permite redimir pena e, sobretudo, estimular a re-socialização. A ociosidade é, de fato, uma das grandes mazelas do sistema atual.

A responsabilidade por essa falta de acesso aos direitos legais depende em parte de condicionantes estruturais do próprio sistema e em parte de limitações no atendimento jurídico. O número de internos em algumas unidades é muito grande para o número de defensores públicos existentes. A substituição dos defensores por agentes penitenciários no atendimento jurídico não pode ser contemplada como uma medida aceitável.

b) tortura e tratos desumanos e degradantes são denunciados de forma regular em muitas unidades do sistema que pouco faz para evitar a barbárie que acontece dentro dos muros. O Serviço de Operações Externas é considerado como o principal responsável por atos de violência física injustificada contra os presos;

c) falta de acesso a bens materiais básicos, como papel higiênico e, em algumas ocasiões, uma cama;

d) precariedade no atendimento médico, que em certas ocasiões é demorado e insatisfatório, a despeito do esforço de muitos profissionais da área. A prioridade dada à segurança faz com que haja reclamações de que alguns internos, particularmente

de noite, devem esperar muito por um atendimento de emergência. Também há queixas em algumas unidades de falta de medicamentos ou de atenção inadequada. O medo dos internos de serem torturados no transporte até o hospital é mais um fator complicador, pois faz com que alguns se abstenham de procurar tratamento;

Além das violações sofridas pelos internos, o tratamento dado às famílias está sujeito a altas doses de arbitrariedade, que chega, em alguns casos, a provocar humilhações contra as mesmas.

Nesse quadro apontado até aqui, as chances de re-socialização são, obviamente, pequenas, e dependem mais das redes sociais e da disposição de cada preso do que das condições que o sistema oferece.

Por último, é extremamente preocupante a tentativa do poder executivo de dificultar o trabalho dos órgãos fiscalizadores do sistema, pois o controle externo é imprescindível para tentar mudar o quadro atual.

